

REVISTA
INTERNACIONAL
do
MOVIMENTO
COMUNISTA
1

Em lingua portuguesa

1988

Essa revista é realizada conjuntamente, em escala internacional e em várias línguas, por diversos componentes do movimento comunista.

O grupo Comunismo (México), Comunismo ou Civilização (Alemanha, Brasil, Espanha, França) e União Proletária (França, Japão), reuniram suas forças para favorecer a difusão das posições gerais do programa comunista, polarizar a expressão do movimento comunista e reforçar a unidade dos revolucionários frente aos ataques dos Estados capitalistas.

Essa utilização comum dos meios (edição de uma revista comum, intercâmbio de traduções, rede comum de difusão, etc) não implica a priori nenhuma reaproximação política entre os componentes que participam deste esforço comum.

A única base comum imperativamente exigida para poder participar dessa cooperação é a defesa incondicional das posições gerais do comunismo:

- Reivindicação da tradição do comunismo desde o "Manifesto do Partido Comunista" de 1848 até às esquerdas da III Internacional.

- Necessidade da atividade política autônoma do proletariado e de sua reconstituição em partido comunistas em escala mundial.

- Derrubada da burguesia. Necessidade da ditadura do proletariado, fase de transição política que permite a instauração do comunismo.

- Reivindicação do comunismo, que assiste ao desaparecimento das classes, do trabalho assalariado e, com ele, do valor e demais categorias mercantis.

- Recusa de todos os falsos imediatismos: stalinismos, trotskyismo e todas as formas do esquerdismo.

Essa apresentação é ao mesmo tempo um apelo permanente para que todos aqueles que se situam nas mesmas posições juntem-se a esse trabalho coletivo para a emancipação do proletariado.

Grupo Comunismo
Comunismo ou Civilização
União Proletária

SUMÁRIO

Comunismo ou Civilização	4
Comunismo	107
L'Union Prolétarienne	122

**COMUNISMO
OU
CIVILIZAÇÃO**

COMUNISMO OU CIVILIZAÇÃO pela
INVARIÂNCIA da teoria do proletariado

- Defendida na Liga dos Comunistas (Manifesto do Partido Comunista – 1848); na A.I.T. (obra do Conselho Geral de Londres dirigido por Marx); quando da Comuna; na Segunda Internacional; contra a degenerescência e falência desta (Esquerda socialista na Alemanha, Bolcheviques, Esquerda Socialista na Itália – Fração Abstencionista).
- Que triunfa na Rússia em 1919 e Internacionalmente: Moscou 1919, fundação da Terceira Internacional; Livorno 1921: fundação do Partido Comunista da Itália, ruptura com a democracia.
- Defendida pela Esquerda Comunista contra a degenerescência de Moscou; contra a União Sagrada na resistência ao fascismo.
- Que deve ser restaurada, assim como o Partido Comunista – órgão da classe proletária – fora de todo democratismo, carreirismo, individualismo, contra o imediatismo e contra toda dúvida revisionista quanto à doutrina.
- O objetivo de "Comunismo ou Civilização" é a reformalização do Partido Comunista.

“O comunismo é a VERDADEIRA solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a verdadeira solução do conflito entre a objetivação e a afirmação de si, entre o indivíduo e a espécie. Ele é o enigma resolvido da história e é consciente disto”. (Marx, 1844)

“A civilização e a justiça da ordem burguesa mostram-se sob sua face sinistra cada vez que os escravos desta ordem levantam-se contra seus mestres. Então, esta civilização e esta justiça desmascaram-se como a selvageria sem máscara e a violência sem lei. Cada nova crise na luta de classe entre o apropriador e o produtor faz ressaltar este fato com maior impacto. As atrocidades dos burgueses em junho de 1848 desaparecem por si mesmas diante da indizível infâmia de 1871. O heróico espírito de sacrifício, com o qual a população de Paris – homens, mulheres e crianças – combateu durante dias após a entrada dos Versalheses, reflete tanto a grandeza de sua causa, quanto as glórias infernais da soldadesca refletem o espírito inato desta civilização de que são os mercenários e os defensores. Gloriosa civilização, certamente, cujo grande problema é saber como livrar-se das pilhas de cadáveres que ela produziu, uma vez encerrada a batalha”. (Marx, “A guerra civil na França”

“O determinismo, na sua amadurecida aceitação, nada tem a ver com a passividade. Ele mostra apenas que o homem age antes de ter querido agir e quer antes de saber por que quer, seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro é ainda prever o momento histórico em que (nada a ver portanto com a passividade) ele será catapultado no turbilhão da ação e da luta – por uma vez a cabeça na frente”. (Diálogo com os mortos, 1957)

INTRODUÇÃO

Neste número 6 de Comunismo ou Civilização (1987-1988), edição em língua portuguesa, no qual continuamos a exposição do Breve Histórico do Movimento da Classe Proletária na Área Euro-Norte-Americana, entramos no sétimo ano de existência de nossa revista nesta língua¹, ano que deverá ser marcado pela chegada de uma nova crise cíclica do capital tal como já havíamos anunciado no número 2 da edição em língua portuguesa e 11 em língua francesa.

Com relação às duas últimas, ocorridas por volta de 1975 e 1981, o sinal dessa nova crise foi dado por uma crise financeira (o "crash" das bolsas em outubro de 1987) de amplitude tão inédita que os especuladores sequer tiveram três meses para vender suas ações, como havíamos dito, mas apenas três horas. Nossa satisfação não poderia ser maior. Essa crise financeira não deverá permanecer confinada a esta esfera, mas combinar-se com uma crise industrial por nós esperada e que promete, em ligação com a crise financeira, ser uma das mais profundas do pós-guerra, conforme nossa expectativa. Esta crise marcará uma nova vitória da teoria comunista sobre a miserável economia política burguesa e nos permitirá esperar firmemente novas convulsões na cidadela capitalista, as quais não deixarão de provocar, a longo prazo, uma ruptura qualitativa na manutenção da ordem social assim como um verdadeiro ressurgimento da luta de classes. Nesta vibrante espera, estamos dispostos a não confundir os aparentes sinais da agitação social com uma real retomada da luta proletária. Ainda continuamos a considerar que prevalecem hoje e que prevalecerão amanhã as condições históricas que determinaram, em 1976, nossa aparição (edição do número 1 de CouC em língua francesa) sob a forma de uma revista teórica e não de um grupo político dedicado prioritariamente a tarefas de organização e de agitação.

Tais condições históricas são essencialmente as seguintes: caracterização do período como fase de contra-revolução e retorno às afirmações clássicas do programa comunista sobre as tarefas revolucionárias nesse período.

A história do Modo de Produção Capitalista conhece um ciclo alternado de fases de revolução e contra-revolução. Dizer que a revolução comunista e o advento da sociedade comunista tornaram-se historicamente possíveis não significa que seu desencadeamento possa acontecer a qualquer instante. Os momentos em que se abrem as possibilidades reais de um arrevizamento da ordem existente são breves e intensos e se não são aproveitados para o lançamento de uma vigorosa ofensiva por parte da classe revolucionária, correm o risco de serem perdidos e de reforçarem, através de uma nova contra-revolução, a potência da classe conservadora. Desde 1848, data a partir da qual a revolução comunista torna-se não apenas possível, mas necessário (cf. Couc no 4 e 5, em língua portuguesa e no 18 e 20 em língua francesa), os períodos revolucionários em que o proletariado ameaçou a ordem capitalista totalizam um número muito menor de anos do que os de contra-revolução, em que a potência do capital reinou absoluta.

¹ Nossa edição em língua francesa, já em seu número 23, conta com 11 anos de existência.

1848-1852: Fase revolucionária na Europa. Possibilidade de revolução comunista pura na Inglaterra, revolução dupla na França e na Alemanha, revoluções burguesas no Leste e no Sul. Tendência à constituição do partido operário.

1852-1864: Contra-revolução. Derrota do movimento proletário. Dissolução do partido de classe. Surgimento de ditaduras anti-operárias na França e na Alemanha. Atividade teórica por parte dos elementos comunistas.

1864-1872: Fase revolucionária na Europa. Reconstituição do partido operário em escala internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores), no seio do qual trabalham os comunistas (Conselho Geral de Londres dirigido por Marx). Comuna de Paris: primeira experiência de ditadura do proletariado.

1872-início do século 20: Contra-revolução. Esmagamento do movimento proletário na França. Dissolução do partido de classe. Trabalho dos comunistas visando a reconstituição de potentes partidos em escala nacional fundamentados no programa comunista. Defesa das aquisições programáticas e combate contra o emburguesamento de uma parte do movimento (Alemanha, Trade-Unions, etc). 1889: reconstituição da internacional proletária, embora de modo prematuro e essencialmente para conjurar o perigo anarquista.

1905: Primeira revolução na Rússia.

1912-1928: Primeira fase revolucionária do século 20. Individualização de correntes comunistas autênticas em reação à derrocada da Segunda Internacional. 1914: O partido permanece nas mãos da contra-revolução e transforma-se em partido burguês. 1917: outubro, revolução proletária na Rússia. 1919-1921: extensão da vaga revolucionária à toda Europa, depois à Ásia: constituição da Internacional Comunista (IC). Derrota sucessiva dos movimentos revolucionários na Alemanha, Itália, França, Grã-Bretanha, China e finalmente Rússia. Degenerescência do partido mundial da classe operária. Contra-revolução.

1928-hoje: Fase prolongada de contra-revolução. O movimento não pôde salvar o partido (IC), que se torna um órgão contra-revolucionário. No primeiro pós-guerra, resistência de certas correntes oriundas da IC – especialmente a Esquerda Comunista da Itália – decididas a efetuarem a retomada teórica e o balanço da última vaga revolucionária. No segundo pós-guerra (que corresponde a última vaga revolucionária. No segundo pós-guerra (que corresponde a um aprofundamento da contra-revolução frente ao proletariado), esta tarefa prioritária é em parte realizada, embora obscurecida pela proclamação, em 1943, da reconstituição do partido de classe: o Partido Comunista Internacionalista. A partir de 1966, este partido, que neste íterim tornou-se Partido Comunista Internacional, deixa de ser o locus em que tal trabalho possa ser realizado e cai no ativismo e no questionamento dos princípios comunistas.

Em 1885, Engels, apoiando-se numa relativa regularidade dos vencimentos revolucionários que se espaçam "de 15 a 18 anos, por exemplo 1815, 1830, 1848-52, 1870", esperava uma "próxima reviravolta européia cuja data não deveria demorar" ("Algumas palavras sobre a Liga dos Comunistas"). Ora, isso significava não enxergar, sob

a aparente continuidade, o crescimento da distância entre duas vagas revolucionárias. Com efeito, a distância entre 1815 e 1871 de 223 anos e, em seguida, foram necessários 46 anos até 1917 para que houvesse uma nova explosão revolucionária, e hoje 70 anos já nos separam dessa última explosão.

Deste breve resumo resulta o seguinte: à alternância das fases de revolução e de contra-revolução, justapõe-se o movimento de constituição do proletariado em classe e, portanto, em partido político distinto. A tese que diz que o partido comunista só pode existir como partido formal (organizado) quando a situação é revolucionária, enquanto que na fase de contra-revolução o proletariado não dispõe de outra expressão senão a do partido histórico, adquire portanto a força de um teorema. Para o materialismo histórico, os momentos em que o proletariado pode agir de modo autônomo, isto é, revertendo o determinismo segundo o qual ele é submetido à história em vez de fazê-la, são extremamente raros e limitados no tempo e correspondem aos momentos em que o proletariado está organizado em partido político. Toda interpretação errônea de um período histórico que conduza à crença de que se pode reverter a situação e agir fora de qualquer possibilidade material deriva do voluntarismo e reflete uma incompreensão teórica dos princípios do comunismo.

A experiência concreta do próprio movimento operário demonstra tal fato. Já insistimos no #45 (#20 da edição francesa) sobre a estratégia de Marx e Engels a respeito da Liga dos Comunistas durante e após a revolução de 1848. As mesmas conclusões podem ser tiradas (e assim será feito) a propósito da AIT. Inversamente, quando a estratégia frente ao problema da organização não foi claramente dominada como o fora naqueles episódios, vimos no que resultou a tentativa de manter artificialmente o órgão político do proletariado quando faltam condições materiais que permitam sua existência: da passagem com armas e bagagens da Segunda Internacional e da IC ao inimigo de classe, às charlatanices trotskistas de fundação de uma "quarta internacional" em plena fase de derrota do ativismo de um Gottzchalk ao imediatismo do PCI ou do CCI de hoje². Numerosos são os exemplos do implacável determinismo que tritura os obriga a fazerem não aquilo de que gostariam, mas o que podem fazer, conforme o peso da situação histórica em que vivem.

Depois de 1928, o partido comunista mundial deixou de existir como partido formal. Seu invólucro passado tornou-se, na URSS e em todos os outros países, o veículo da contra-revolução no próprio seio da classe operária. Como em todas as outras circunstâncias contra-revolucionárias, o programa comunista continuou a exprimir-se como partido histórico, mesmo se este partido nunca se assumiu claramente enquanto tal, como ocorreu na época de Marx e Engels. Muitas ambigüidades marcaram sua expressão, como no caso do Partido Comunista Internacionalista nascido de maneira confusa em 1943. Hoje, enquanto não surgem as condições materiais de uma reversão da tendência que permita ao proletariado romper qualitativamente com a ideologia do consenso e recuperar-se enquanto

² PCI – Partido Comunista Internazionale (Partido Comunista Internacional); CCI – Courant Communiste International (Corrente Comunista Internacional). No próximo número publicaremos um quadro sinótico dos principais agrupamentos que compõem o "movimento revolucionário atual", ilustrando suas origens históricas.

classe através de sua constituição em partido político, o partido comunista só pode viver como partido histórico e deve pensar-se e teorizar-se enquanto tal.

Esse partido histórico, que é a expressão atual do programa comunista, não se reduz a um grupo ou a uma fração. Abrange, na realidade, o conjunto do que chamamos de "movimento revolucionário". É por isso que freqüentemente definimos Comunismo ou Civilização como um "momento" do partido histórico. Empregamos o termo "momento" não no mero sentido de instante ou fração, mas no sentido dialético de etapa necessária, de uma parte da totalidade, do desenvolvimento particular no seio de uma generalidade. Nesta concepção, desenvolvida por Hegel, o momento particular não é indiferente aos outros momentos do Todo e é conservado, englobado e superado (Aufgehoben) no desenvolvimento da totalidade.

"Cada uma das partes da filosofia é um Todo filosófico, um círculo fechando-se sobre si mesmo, mas a idéia filosófica o é em uma determinada ou em um elemento particulares. O círculo singular, sendo uma totalidade em si mesmo, também rompe o limite de seu elemento e funda uma esfera ulterior; o Todo apresenta-se, na continuação, como um círculo de círculos, onde cada um é um momento necessário, de tal maneira que o sistema de seus próprios elementos constitui a idéia na sua completude, que também aparece em cada elemento singular. (Hegel. Lógica. Introdução)

Em relação ao Todo que o partido comunista representa e à totalidade que é o partido, como órgão histórico do proletariado, todas as expressões formais deste partido ao longo de sua história dele constituem "momentos", que vão desde os mais amplos, quando se trata por exemplo da Internacional, aos mais restritos, quando se trata dos pequenos grupos de militantes que mantiveram a chama acesa durante as fases de contra-revolução. Como testemunha a existência do "partido Marx" entre 1852 e 1864, ou entre 1872 e 1889, jamais os momentos mais restritos no plano formal foram os menos fecundos no plano teórico. Quanto melhor o partido histórico souber se preservar, garantir e restaurar o programa comunista, melhor o partido formal de amanhã se reconstituirá numa base pura, livre das ambigüidades que hoje grassam no movimento revolucionário. Comunismo ou Civilização é portanto um momento do partido histórico, tanto no tempo (sucessão das diferentes expressões da forma partido), como no espaço (parte integrante do movimento revolucionário atual que assegura – mesmo precariamente – a atual expressão do partido histórico).

Com relação aos outros momentos do partido histórico, ou seja, aos outros componentes do meio revolucionário, nossa posição não pode ser nem a de que nos consideramos como O partido na sua integralidade, negando a realidade um movimento revolucionário mais amplo, nem a de que consideramos o movimento de maneira democrática como um grande caldeirão de forças, do qual poderia surgir, em função de discussões e polêmicas, uma verdade comum pela reaproximação de concepções teóricas divergentes. O que faz deste movimento um movimento revolucionário é que ele consegue manter e transmitir, mesmo precariamente, de maneira mais ou menos adequada, a tradição comunista. Mas, mesmo assim, ele não escapará ao veredicto da história e todas as ambigüidades, as incompreensões teóricas, as imprecisões que nele estão hoje espalhadas

custarão caro quando o movimento real exigir clareza, decisão, firmeza na teoria e segurança na tática.

Nessas condições, tomamos o cuidado de definir uma atitude coerente em nossas relações com o meio revolucionário e procuramos nos ater a ela. Frente ao ativismo desenfreado e ao voluntarismo frenético que gangrenam este meio, o que de nossa parte é circunspeção pode por vezes parecer distância, mas certamente não se trata de sectarismo, pois o que nos guia nesse campo é antes de tudo o conteúdo, isto é, o fundo e não a forma. De uma maneira geral, estimamos que o contato entre todas as forças que compõem o pequeno meio revolucionário deve ser engajado e mantido, ainda que seja apenas pela troca de publicações. De resto, se temos uma atitude de princípio, esta diz respeito, mais uma vez ao conteúdo e não à forma: estimamos que só vale a pena engajar-se além do mero contato formal entre organizações revolucionárias devido à perspectiva de empreender um trabalho comum de restauração programática, de uma disponibilidade comum das magras forças revolucionárias, com o objetivo de reforçar o arsenal teórico e prático do proletariado revolucionário. Que esse trabalho passe por uma correspondência, uma publicação comum, reuniões ou conferências, que ele emane deste ou daquele grupo, pouco importa, e partir do momento em que existe o acordo de fundo. Na ausência dessa vontade positiva de agir pela clarificação das posições comunistas revolucionárias, sempre dissemos que não desejamos nos engajar em trocas sistemáticas de correspondência, confrontações recíprocas das posições, etc, para as quais não dispomos hoje nem de forças nem de tempo e que, no atual estado de coisas, não levariam a nada. Sempre dissemos que nosso principal instrumento de clarificação teórica era a revista e que, através dela, segundo um plano de trabalho bem definido, ocorria a confrontação das posições. Entendemos cada confrontação como a das posições teóricas, das quais decorrem necessariamente, sem que isso esteja sempre explícito, as posições políticas. Assim, pudemos às vezes recusar-nos a dedicar nossas colunas a uma polêmica pública, na medida em que isso não correspondia a nosso plano de trabalho e de publicação; mas ao mesmo tempo, quando surge a ocasião, não hesitamos em ligar, às vezes em tom polêmico, exposição teórica e crítica das posições particulares deste ou daquele grupo.

Num período contra-revolucionário como este que vivemos, a atividade dos comunistas reduz-se a 95% de atividade de restauração teórica e de defesa do programa comunista. Os meios utilizados para isso podem variar: revista teórica, reuniões, conferências internacionais, exposições etc. e sua amplitude depende unicamente das forças do movimento, elas mesmas reduzidas em função da situação histórica. Não é portanto por uma questão de princípio que sempre recusamos participar regularmente de reuniões internacionais, reuniões públicas etc... e porque o conteúdo (portanto o fundo) que é dado a essa atividade parece-nos totalmente fora de propósito no momento atual. Discutir a situação econômica internacional, sobre o reagrupamento dos revolucionários ou a última greve do funcionalismo, enquanto não se restaurou o B-A-BA da teoria do valor, da teoria das crises ou não se assimilou a experiência histórica de um século e meio de movimento operário é colocar o carro na frente dos bois e privar-se de toda possibilidade de emitir outra coisa a não ser banalidades, para não dizer contra-verdades. Para nós, se existe uma tarefa coletiva a ser realizada hoje é a de restaurar os pontos cardinais do programa comunista, e para isso todos os meios são bons: contribuições na imprensa, reuniões internacionais, encontros entre grupos ou militantes do movimento revolucionário etc.

Temos de constatar, entretanto, que até agora não é essa a direção que foi tomada. Mas é evidente que toda iniciativa que surge neste sentido nos encontraria inteiramente dispostos a participar dela.

Esse meio revolucionário é composto por um conjunto de grupos, frações, círculos etc, que se reportam todos – ou tentam reencontrar – à tradição do comunismo revolucionário e provém mais ou menos diretamente da última encarnação dessa tradição: a Internacional Comunista e as correntes de esquerda que tentaram , no fim dos anos 20, combater sua degenerescência.

Todos os componentes desse meio revolucionário referem-se mais ou menos corretamente a esse fundo comum, e, além dele, à obra teórica de Marx, Engels e outros grandes combatentes do comunismo revolucionário (Lenine, Luxemburgo, Bordiga, etc.). Esses grupos desempenharam há 60 anos – e hoje ainda o fazem – um importante papel de defesa e difusão das posições revolucionárias, ainda que muito freqüentemente o façam de modo esclerosado e coagulado.

O que se pode justamente recriminar a esse meio é de não aceitar essa tarefa com o rigor necessário e, portanto, abastardar as posições tradicionais do programa comunista, brecando e entrvando assim as possibilidades de sua reapropriação pelo proletariado revolucionário. Na medida em que ele assegura, mesmo precariamente, a defesa da continuidade do comunismo revolucionário, esse meio é a encarnação do partido comunista no sentido histórico do termo, isto é, o partido programa, expressão da classe, que assegura a permanência do programa comunista além das vicissitudes da luta de classes e da sucessão das formas de organização.

De fato, a luta desses grupos é difusa e sua pertinência à área revolucionária deve ser entendida num sentido histórico e dinâmico. O que forma a unidade desse meio não é tanto o que ele é num determinado momento, ou o que ele acredita ser, mas o que ele realmente encarna no seio de uma tradição histórica que é a do comunismo. Mesmo se ele está quase totalmente composto por seitas, incapazes de apreender o movimento real, esse movimento encarna um momento da longa história do partido revolucionário e mantém, bem ou mal, suas tradições. É por isso que o consideramos como a expressão atual do partido histórico. Tomados separadamente, seus diferentes componentes não podem encarnar a totalidade dessa experiência revolucionária, mas todos eles participam, em graus diversos, de uma mesma realidade que é a vontade de assegurar a permanência do programa revolucionário do proletariado durante mais de 60 anos de contra-revolução. O que não significa que este movimento estará apto enquanto tal a afrontar a realidade da próxima vaga revolucionária. É até provável que, na sua forma atual, ele terá ajudado várias gerações de revolucionários a preparar-se, bem ou mal, para esse momento.

É assim que o movimento revolucionário contribui, mais pela manutenção de um certo fôlego revolucionário e por uma rememoração global dos grandes princípios revolucionários, do que por suas posições particulares que, tomada isoladamente, pouco ou nada valem. É o caso da concepção estática das "fronteiras de classe" reduzidas a um catálogo de posições coaguladas e não dialéticas, apreciada por grupos como o CCI(3) ou a

CCI. Estes acreditam assim delimitar rigorosamente os contornos de uma área revolucionária e, na prática, coagulam-na em posições supostamente ditas "de princípios" mas que, em épocas passadas teriam levado à exclusão das conferências internacionais" a Liga dos Comunistas, a Nova Gazeta Renana ou a Internacional Comunista!

Nós, ao contrário, pensamos que o movimento revolucionário ainda não chegou ao ponto – longe disso – de fazer um acordo sobre uma plataforma de posições, dado que sequer soube assimilar o porque das posições históricas de nossa classe e de nossa tradição comunista. Ora, na ausência dessa unidade formal, quem pode falar da realidade de um movimento ou de um meio revolucionário? Em que este é efetivamente a expressão do partido histórico?

Para nós, essa unidade, essa identidade comum, é vislumbrada em uma dinâmica em escala histórica: a referência comum a uma tradição comunista revolucionária que se pretende não afetada (fora portanto das trilhas do stalinismo, do trotskismo etc.); a pertinência aos grandes temas da doutrina comunista; caráter revolucionário da classe proletária, possibilidade e necessidade da destruição do modo de produção capitalista para abrir espaço à sociedade comunista, necessidade da luta revolucionária para alcançar esse objetivo (fora portanto dos caminhos da colaboração de classes, do reformismo e da defesa dos interesses da sociedade burguesa); espera apaixonada e preparação, conforme a escala dos meios derisórios que possui, do terremoto revolucionário que deverá, como foi tentado no despertar do presente século, arrasar a sociedade de classes e de exploração para permitir o salto da humanidade do reino da necessidade ao reino da liberdade.

Tais são os contornos que hoje delimitam a existência de um meio revolucionário.

Ainda que seja necessário definir critérios, eles são os mesmos que antes caracterizavam o partido operário e que hoje são o apanágio exclusivo do partido comunista (cf. C ou C #5 em língua portuguesa).

Eles situam-se portanto na linha histórica que vai do Manifesto de 1848 até às esquerdas originadas da Internacional Comunista.

- reconhecimento da necessidade de ação política do proletariado e da constituição de um partido político;

- conquista do poder político do proletariado;

- exigência da necessidade de ditadura do proletariado;

reivindicação e luta pelo comunismo entendido como sociedade sem classes em escala planetária, na qual terão desaparecido as categorias mercantis, o valor e o salariado.

Somente os grupos que compõem esse meio – tenham eles consciência ou não disso – possuem uma prática e uma trajetória relacionada a essas exigências.

Aliás, o meio revolucionário nem sempre tem consciência de sua própria identidade, a qual ele não sabe necessariamente interpretar. Prova disso são as diferentes concepções que esse meio tem de si mesmo e de sua atividade. Ele não tem consciência do fato de que suas delimitações em relação ao campo burguês derivam muito mais de uma espécie de auto-reconhecimento mútuo, baseado naquilo que lhe é comum e que acabamos de definir,

do que de grandes declarações de princípios políticos que não desembocam em nada a não ser, como dizia Marx, em ressaltar – como é típico da política das seitas – o que as distingue, muito mais do que aquilo que elas têm em comum. É essa referência comum que faz com que, apesar das vicissitudes políticas, o meio revolucionário conserve, há mais de 60 anos, sua identidade e os princípios gerais da tradição revolucionária, apesar das divergências por vezes importantes que o golpeiam.

Quando o PCI – Programa Comunista viveu, em 1982, uma série de cisões importantes que o deixaram exangue, sofreu em parte as conseqüências de um confucionismo teórico e de um namoro exacerbado com o esquerdismo durante os anos 70. Ao mesmo tempo, porém, os reagrupamentos oriundos dessa cisão, como "El Oumami", posicionaram-se imediatamente fora do campo revolucionário, em bases puramente burguesas. O mesmo ocorreu com grupos como "Por uma intervenção comunista" ou com correntes próximas da ex-"Velha Toupeira", que abandonaram o campo revolucionário para integrarem-se ora à social-democracia de esquerda do tipo "Spartacus", ora à extrema-direita "revisionista". Até aqui, o meio revolucionário evitou que correntes heterogêneas se instalassem por muito tempo em seu seio, gangrenando-o definitivamente. Por exemplo, o crescente anarquismo do CCI e seu apoio acrítico a qualquer forma de violência que emana até de notórios grupos contra-revolucionários como o PCP-Sendero Luminoso -, no Peru, corre o risco de levá-lo a excluir-se, no todo ou em parte, desse partido comunista histórico.

Existe, portanto, apesar de tudo, uma unidade que se impõe ao meio revolucionário e que perdura através dos reagrupamentos, das cisões, dos desaparecimentos etc.

Esse movimento soube, no seu conjunto, encontrar suas marcas e, mesmo se ele alimenta a ilusão de chegar a uma melhor unidade pelo viés da discussão ou do ativismo, se sofre oscilações oportunistas que podem levá-lo a estabelecer contatos com correntes que lhe são estranhas (caso, por exemplo, do PCI-CWO³ com o Komala Irã, ou o RPP indiano), essas tendências acabam geralmente sendo retificadas.

À partir dessa conclusão conjunta, fundamentada pelo estudo histórico do desenvolvimento do movimento comunista desde 1848, constatamos que:

1 – existe um meio revolucionário, expressão atual do partido comunista no sentido histórico do termo, que expressa a permanência da teoria revolucionária do proletariado. É esse movimento que recolhe, em escala ínfima, as frágeis forças revolucionárias que continuam a se manifestar em nossa época de triunfo da contra-revolução;

2 – esse meio possui: uma unidade política, herdada de um passado comum e de uma mesma concepção dos objetivos gerais do movimento proletário, mesmo se, ao nível dos detalhes, ele revela profundas divergências, que se tornarão rachaduras, e que são desde já obstáculos para abordar a realidade do movimento revolucionário;

3 – esse meio revolucionário não possui plataforma política e, dado seu caráter sectário, não possuirá sem ter previamente contribuído à restauração do programa comunista. Ao contrário, qualquer tentativa de congelar esse "momento" em uma lista fechada de posições políticas contribui para esclerosar o movimento. Neste sentido, se esses

³ CWO – Communist Workers' Organization (Organização dos Operários Comunistas)

grupos comunistas são a expressão do partido histórico, estão ainda longe, muito longe, de estarem à altura de uma tarefa como essa;

4 – é partindo da constatação de que o meio revolucionário é incapaz de assegurar convenientemente sua missão de defesa do programa comunista, portanto de unificar-se conscientemente em torno dessa perspectiva, que propusemos que ele o faça pelo menos a partir de uma base mínima.

Não se trata, todavia, em nossa concepção, de trazer uma solução, de remédio, a uma suposta "crise política" do meio revolucionário. Neste sentido, recusamos o diagnóstico da CCI ou da FECCI⁴, que falam de "crise política" do movimento revolucionário. Se este movimento é tão frágil, é porque perdura a mais potente contra-revolução da história do proletariado, que nenhuma terapêutica pode curar. A ruptura não advirá do próprio meio revolucionário pela multiplicação de discussões, confrontações políticas etc, mas da própria classe revolucionária, isto é, da luta do proletariado. Aliás, é provável que, nesse momento, uma parte do meio revolucionário, ofuscado por sua ideologia e por sua prática de seita, seja incapaz de apreender efetivamente a importância do movimento. Mesmo que o retorno da crise catastrófica traga, inevitavelmente, as condições para que ocorra tal retomada da luta de classes, não acreditamos que ela esteja iminente em grande escala. Talvez a próxima crise cíclica – da qual a crise financeira de outubro de 87 deu o primeiro toque de clarim – que será seguida de uma crise industrial, permita um certo retorno ofensivo do proletariado, o que não ocorreu até agora.

Baseados nessa análise e na nossa compreensão geral do movimento, participamos⁵, no primeiro semestre de 1987, de uma iniciativa visando chamar o conjunto do movimento revolucionário a uma melhor cooperação.

Essa iniciativa do meio revolucionário originava-se inicialmente de 3 componentes: a "Revista Comunista", órgão em francês do Bureau International pour le Parti Revolutionnaire (BIPR); um grupo de camaradas respondendo pelo pseudônimo coletivo de "Germano", e nós mesmos. Numa reunião realizada em janeiro de 1987, esses três componentes decidiram contatar diferentes grupos do meio revolucionário (de início na França e na Bélgica principalmente, por razões de facilidade) para propor a redação de um apelo a ele dirigido, a fim de instaurar uma rede de cooperação técnica e de unificação das frágeis forças revolucionárias, para poder melhor difundir as posições revolucionárias, publicações etc.

Nesse sentido, os três participantes da iniciativa decidiram redigir um texto preliminar, que não constituiria em hipótese alguma o documento definitivo do apelo, mas que serviria de fonte de apoio e de referência entre eles para contatar os demais grupos. O texto é o seguinte:

⁴ FECCI – Fraction Externe du CCI (Fração Externa da CCI)

⁵ Neste sentido, a FECCI está errada quando apresenta (cf. o número 7 de sua publicação "Perspectiva Internacionalista") a iniciativa de janeiro como uma "proposta de C ou C".

"O meio revolucionário atual (movimento comunista) sofre de uma extrema fraqueza, ligada à sua dispersão em uma multitude de grupos, frações, revistas, círculos etc. Não se trata aqui de negar as realidades materiais e históricas que levaram a esse estado de fato, nem de lançar apelos voluntaristas para que ele deixe de existir: apenas o desenvolvimento mundial da luta de classes fornecerá as condições materiais para tal. No entanto, essa fraqueza acarretou e acarreta graves conseqüências em relação às tarefas dos comunistas. Por exemplo: o meio revolucionário não soube reagir como deveria quando, há três anos, camaradas italianos em perigo lançaram-lhe um apelo de solidariedade; ou, mais recentemente, quando o GCI sofreu ataques por parte do Estado burguês. Trata-se de saber se, futuramente, os diferentes componentes do meio revolucionário saberão reagir de modo mais unitário, sem renunciarem à sua identidade, não apenas frente a questões de repressão, mas ainda em outras áreas "técnicas" que possam permitir uma melhor difusão e uma melhor defesa das posições revolucionárias. Nessa linha, alguns elementos do meio revolucionário reuniram-se para elaborar um certo número de propostas, tentando fazer convergir as forças revolucionárias para áreas nas quais uma base mínima de acordo pode ser encontrada. Ou seja, sem tentar negar ou dissimular as divergências teóricas, políticas e táticas, mas procurando obter para si meios mais unitários de realizar o trabalho revolucionário:

- defesa dos comunistas contra os ataques de que podem ser objeto;
- disponibilidade comum e coordenação dos diversos meios técnicos ao alcance de cada um: rede de divulgação, local, imprensa, caixa postal, edição, documentação e arquivos etc., podendo chegar até a edição de uma revista em conjunto, produto da colaboração dos diferentes componentes do meio revolucionário, que manteriam inalteradas suas respectivas características políticas e organizacionais."

Esse texto, apresentado ao meio revolucionário, constituiu uma primeira proposta com o objetivo de suscitar um apelo formulado pelo conjunto do movimento comunista.

Baseados nesse esboço, os três primeiros signatários contataram, em fevereiro e março de 1987, os seguintes grupos: Jalons, (cuja tradução literal em português corresponde a Marcos) (CCI, GCI, UP, FOR⁶ e FECCI para "sondar o terreno" a fim de lançar eventualmente um apelo público e definitivo assinado por vários componentes significativos no meio revolucionário.

Logo de saída surgiram dois campos. O primeiro, para o qual a resposta era uma recusa clara e nítida (CCI, GCI, FOR). O segundo formado por aqueles que assinaram o documento (Jalons, UP) ou que se declararam interessados em discuti-lo (FECCI), embora, como veremos, baseados num puro e simples mal-entendido.

- Os argumentos dos que recusaram foram basicamente os seguintes:
- ausência de delimitação política geral no documento;
 - vontade de cooperar eventualmente em alguns pontos, porém, em nenhum caso, com base em um acordo formal e permanente (GCI);

⁶ UP – Union Prolétarienne (União Proletária); FOR – Fermento Operário.

- insistência na necessidade prévia a qualquer engajamento de discussões políticas e de acordos de princípios;
- imposição do papel primordial de sua própria seita no processo de reagrupamento dos revolucionários (CCI).

Ora, esses argumentos – descontando-se o fato não essencial de que não levavam em conta, apesar de estar reiterado no texto, o caráter puramente preliminar do referido documento – demonstram evidentemente uma grande incompreensão da concepção do meio revolucionário implícita na proposta. Em função do que explicamos acima, para nós, o contexto político estava implícito, o que pode aliás ser confirmado pela lista dos grupos contatados, todos eles pertencentes ao que é reconhecido como o meio revolucionário.

Enviado apenas a diferentes componentes do meio revolucionário, esse documento não tinha absolutamente o mesmo sentido do que se tivesse sido remetido, por exemplo, a trotskistas ou anarquistas. Aliás, quando um camarada assinalou, durante uma reunião, que um círculo anarcóide estava prestes a responder favoravelmente, recusamos de imediato, pois estava claro que ele não fazia parte dos grupos aos quais, a nosso ver, esse tipo de apelo devia ser enviado. Estava igualmente claro que, enquanto primeira expressão, esse documento não incluía uma lista de destinatários. Mas, caso tivéssemos passado a uma segunda fase da operação, o simples enunciado dos grupos visados pelo apelo teria delimitado os contornos das forças políticas visadas, estas coincidindo precisamente com o meio revolucionário.

Nessas condições, insistir na ausência de delimitações políticas e questionar o aspecto técnico (que havíamos propositalmente colocado à frente, de modo sutilmente provocador) revela infantilidade. Proposto a "Luta Operária" ou a "El Oumami", esse documento é contra-revolucionário. Mas ele não o foi. Proposto ao GCI, CCI, FECCI, FOR, DIPR, etc., ou seja, aos diferentes componentes do meio revolucionário, e por mais que tenha sido reduzido à modalidade s "técnicas", esse documento possui um sentido totalmente diferente, que nossos interlocutores fingiram ignorar.

De duas uma: ou existe um meio revolucionário cujos contornos estão relativamente bem definidos, formando uma "família" política na qual há divergências importantes, mas também uma base natural de cooperação, ou então, não existe meio revolucionário nenhum e cada grupo é "o partido" portador da verdade revelada. Nesse caso, é inútil propor, como o fazem esses grupos, discussões políticas ou troca de publicações.

Na mesma linha de raciocínio, a insistência sobre a necessidade de uma discussão política revela, a nosso ver, uma profunda divergência sobre o que deve ser entendido como "meio revolucionário" e vai ao encontro do que preconizamos para este último: atrelar-se à tarefa de restauração do programa comunista a fim de preparar-se para colher os frutos do movimento real da luta de classes que ele deverá afrontar mais cedo ou mais tarde.

Quanto à afirmação de que esse tipo de cooperação deve se efetuar de acordo com as circunstâncias, sem formalizar nada de permanente, ela deriva, para nós, apenas do acordo de princípios atualmente subjacente às relações do meio revolucionário e que nós

queríamos justamente ajudar a formalizar, a fim de posicionar esse meio de maneira permanente, com base em compromissos que ele deve respeitar.

Ao contrário, o movimento mostrou que, para ele, toda sua apologia da unidade e da cooperação é mera retórica e que quando lhe é proposto tomar uma série de medidas simples, que dependem apenas de uma "boa vontade" para serem realizadas, ele se esquivava, refugiando-se atrás de belos discursos de fachada. Talvez estejamos sendo "minimalistas" em nossas proposições, mas estas podem ter uma realidade prática, dado o estado atual do meio revolucionário; mas em seu "maximalismo", formalmente, o movimento nada fez de concreto.

A série de reuniões realizadas entre março e junho de 1987 permitiu-nos novamente precisar em que sentido nós mesmos nos havíamos disposto a participar de discussões de natureza política e teórica. Estamos prontos a iniciar um trabalho comum de reflexão e de discussão, sob a condição de que sejam tratados temas importantes para a teoria revolucionária e onde esta ainda precisa de elaboração teórica, por um lado; por outro, desde que tenhamos condições de participar seriamente disso, em conexão com nosso próprio plano de trabalho e de publicação. Se for para tratar da última greve do funcionalismo, ainda mais com todo o arsenal dialético do boteco da esquina, não temos nenhum interesse.

A segunda reação (inclusive, para nossa surpresa, dentre os próprios signatários do texto inicial) aderiu à proposta, conferindo-lhe porém um caráter muito mais amplo (e, a nosso ver, totalmente ilusório) do que aquele inicialmente previsto. Sob o peso de suas ilusões ativistas, por exemplo, o grupo "Jalons" fingia compreender um apelo a uma superação das divergências políticas e organizacionais, quando o que se propunha era apenas a possibilidade de dispor em conjunto de algumas forças existentes.

Propusemos, portanto, que os diferentes agrupamentos (o que não exclui, para nós – conforme nossa própria definição de maneira como se expressa hoje o partido histórico – os círculos, grupos de estudo etc que existem aqui e acolá) coordenassem de modo permanente os meios para, por um lado, reagir frente ao Estado se necessário; por outro, facilitar a divulgação das posições revolucionárias, seja instaurado uma rede de divulgação, imprensa etc, seja, na melhor das hipóteses – possibilidade esta que englobaria evidentemente os meios para sua realização – a edição de uma revista conjunta, concebida como o reagrupamento, em um único órgão, dos diferentes órgãos de imprensa ora existentes no meio revolucionário.

Nessas condições, era normal que o último ponto da proposta – a revista conjunta – catalisasse as atenções e se tornasse o principal foco de divergências nas reuniões que ocorreram a seguir, aliás, um bom pretexto para rejeitar em bloco toda a proposta, embora tivéssemos tido todo o cuidado de colocá-la como uma possibilidade de cooperação modulável, "podendo ir até" uma revista conjunta, esta sendo uma eventualidade, mas não um pré-requisito.

A nosso ver, a "revista conjunta" consiste no seguinte, reunião em uma única edição dos diferentes órgãos teóricos (excluindo, obviamente, jornais, boletins, órgãos sindicais

etc, que continuam específicos a cada grupo) dos grupos que tenham assinado a proposta. Essa publicação regular centralizaria, portanto, sob um título genérico, as diferentes contribuições que os grupos costumam editar sob sua própria denominação, com o objetivo evidente de atingir, através da imprensa, o máximo de elementos suscetíveis de se interessarem pela propaganda comunista.

As vantagens dessa centralização nos parecem evidentes, a começar pelo plano técnico: utilização de uma única gráfica, confecção de uma única brochura etc. Depois, no plano político: assegurar a divulgação máxima de um único órgão, que apareceria como órgão do meio revolucionário e poderia atingir toda uma camada de militantes, simpatizantes ou indivíduos em busca de uma identidade revolucionária, que gravitam no e em volta do meio revolucionário, tentando de todos os modos obter, às vezes com dificuldades, o máximo de expressões escritas desse meio revolucionário. Foi levantada a objeção de que uma revista como essa estaria repleta de teses contraditórias. Sem dúvida, mas isso reflete a imagem da vida atual do meio revolucionário e as confusões que decorreriam não seriam maiores do que as já existentes. Foi contraposta à nossa concepção a noção de uma revista de "debates", a ser criada ao lado dos órgãos revolucionários existentes e dedicada à confrontação das posições revolucionárias (um pouco parecida com uma proposta de camaradas argentinos). Ora, para nós, a confrontação já ocorre através da imprensa: ela ganharia apenas um espaço único, em vez de permanecer dividida entre várias publicações.

É claro que, por mais que os diversos grupos tenham concordado com as perspectivas "técnicas" que propusemos, sua adesão obedeceria a critérios diferentes. De nossa parte, não esperávamos que isso provocasse uma reviravolta política das forças atuais, nem a inauguração de um processo dinâmico de transformação do meio revolucionário, ou a solução de uma "crise política" deste último. O que esperávamos, inicialmente, eram as seguintes vantagens: reforço das capacidades de divulgação e de defesa do programa comunista, assim como de seus militantes: um passo a frente no auto-reconhecimento do meio revolucionário por si mesmo; a possibilidade de reforçar a influência do partido histórico sobre a frágil parte da classe suscetível de ser atingida; e, portanto, o próprio reforço desse meio revolucionário, assim como, numa perspectiva mais "dinâmica", uma obrigação para ele de ser mais permeável ao movimento real, frente ao qual tornar-se-ia mais presente.

Todas essas divergências manifestaram-se durante reuniões realizadas em março, abril e junho de 1987, entre C ou C, Germano, Jalons, UP, FECCI e BIPR, o qual detém, indubitavelmente, o primeiro prêmio em oportunismo nesse episódio.

Como vimos, a primeira versão do documento foi assinada por elementos do BIPR na França ("Revista Comunista"). Ora, o próprio BIPR, não tendo sido consultado, deslocou-se até Paris para dizer que sua assinatura não significava qualquer compromisso de sua parte, recorrendo ainda a argumentos parecidos com os que foram utilizados por aqueles que rejeitaram a proposta, explicando que não se tratava de animar um apelo qualquer, embora reconhecendo a necessidade de aplicar eventualmente seus termos. O episódio produziu uma cisão nesse grupo, que pode até provocar o desaparecimento, ainda que temporário, da "Revista Comunista" em língua francesa. E eis um grupo que ousa

pretender nos dar lições sobre a falta de coesão e de unidade política de nosso apelo, quando nele reina o maior federalismo, com os elementos franceses incapazes de se entenderem com os elementos ingleses e italianos antes de subscrever um documento. Que esses senhores apliquem primeiro o princípio da unidade política prévia em seu grupo. Depois, veremos se é possível conversar.

O segundo lugar em matéria de oportunismo cabe a "Germano" que, signatário dos termos do primeiro apelo, vinha logo depois a público na reunião de 6 de junho, para explicar que havia sido incluído um conteúdo totalmente diferente do que se encontrava. Para esses camaradas, a iniciativa não devia limitar-se à instauração de uma cooperação técnica, mas criar uma dinâmica visando extrapolar a moldura do movimento para favorecer assim uma possibilidade de reagrupamento a partir de outras bases. Vendo que os acontecimentos não caminhavam nessa direção, "Germano" declara simplesmente sua retirada da proposta e sequer encontra palavras mais ácidas para criticá-la. Isso apesar de ter assinado, quatro meses antes, um texto que incluía as seguintes frases: "sem procurar negar ou dissimular as divergências teóricas, políticas e táticas...": "...componentes do meio revolucionário que conservam integralmente suas características políticas e organizacionais específicas".

Vemos portanto que o grupo que reúne esses camaradas nasceu sob bons auspícios. Todas as práticas oportunistas sectárias do atual meio revolucionário estão assimiladas antes mesmo do "Germano" ter escrito uma linha sequer. Ora bolas! Ele também faz parte do meio revolucionário!

A FECCI, sem ter batido a porta como o fizeram a CCI ou GCI, também não carece de oportunismo. Toda sua atitude consiste em aderir de fato a partes não desprezíveis da proposta (acordo para a divulgação recíproca das publicações, acordo de princípio para a permuta de traduções etc.), ao mesmo tempo em que procurava negar e limitar seu alcance político. Donde a recusa em assinar e caucionar o referido apelo.

Em abril e junho de 1987, ocorreram reuniões que resultaram em alguns atendimentos mínimos. Aliás, é irônico notar que (deixando de lado a "revista conjunta") os acordos firmados entre Jalons, Germano, FECCI, UP e C ou C sobre alguns pontos (divulgação recíproca das revistas, troca de endereços, acordos de tradução, decisão de discutir eventualmente questões de fundo ligadas à restauração da doutrina comunista etc) realizam sob todos os pontos as propostas contidas no apelo de 8 de fevereiro, rejeitado por esses senhores.

No fundo, pouco importa que os termos e as formas sejam respeitados. Como dizia Marx, "cada passo à frente, cada progressão real importa mais do que uma dúzia de programas" (carta a Bracke, 5/5/1875). Se uma certa colaboração regular se objetiva na prática, ainda que não avalizada por um documento assinado, uma parte do objetivo inicial terá sido alcançada.

A difusão desse apelo foi particularmente pragmática e ainda não atingiu todos os componentes do meio revolucionário. De nossa parte, limitamo-nos a enviá-lo ao Communist Bulletin Grup (Inglaterra), que não aderiu; a Emancipación Obrera (Argentina),

do qual ainda não recebemos resposta; ao Grupo Comunismo (Ex-Colectivo Comunista Alptraum – México), que aderiu; a Kamunist Kranti (India), que aderiu; e a International Correspondence - LLM (Hong-Kong).

A Revista Internacional do Movimento Comunista – RIMC tem, portanto, um alcance histórico, pois é a primeira expressão concreta dessa iniciativa conjunta. Ela é simultaneamente, o último número de C ou C em língua portuguesa publicado de modo autônomo. Nesse número, além do número 6 de Comunismo ou Civilização, em língua portuguesa, contendo a continuação do "Breve Histórico do Movimento da Classe Proletária na Área Euro-norte-americana das Origens aos Dias de Hoje", iniciado no número 4, encontram-se também os textos da Union Prolétarienne "Da Crise Econômica à Guerra Imperialista" e do Grupo Comunismo, "Os Sindicatos e a Terceira Internacional".

A RIMC é, portanto, não apenas uma realidade, mas possui de chofre um caráter internacional. Ela será editada com um conteúdo variável, de acordo com as componentes do meio revolucionário que dela participam, em português, inglês, espanhol, francês e alemão.

De qualquer modo, é lamentável constatar que esse meio revolucionário, cheio de retórica quanto à "unidade política", "conferências internacionais", discussões gerais etc, não é sequer capaz de calar suas divergências para tentar resolver conjuntamente as questões, extremamente práticas, da expressão dos revolucionários hoje.

Pior ainda é o fato de encampar o argumento dessa incapacidade para negar a realidade de nossa proposta que, precisamente, assume as atuais fraquezas do meio revolucionário mas, ao mesmo tempo, lhe propõe um pequeno passo adiante, sem colocar o carro à frente dos bois e sem iludir-se sobre suas próprias capacidades de intervenção política.

A presente publicação reitera nossa proposta ao conjunto do movimento revolucionário para uma utilização comum dos meios disponíveis a qualquer nível, próprios para a divulgação das posições revolucionárias e, portanto, para reforçar a luta pela emancipação do proletariado.

2.2.4. A REVOLUÇÃO DE 1848 NA ALEMANHA

INTRODUÇÃO

Vimos no nosso número 5 (tese 2.2.1.) que a revolução de 1848 é a primeira revolução internacional em que o proletariado intervém de modo decisivo e que desenvolveu simultaneamente várias fases, segundo as características das áreas geohistóricas onde interveio. Após termos visto sua intervenção na França, veremos, na presente edição, sua intervenção na Alemanha, episódio que contém ensinamentos

fundamentais para os revolucionários, e terminaremos o capítulo sobre o cartismo, segunda fase, 1842-1848.

A diversidade das condições nacionais, à época da explosão da revolução de 1848, fez com que os diferentes aspectos complementares do fenômeno revolucionário se justapassem de uma nação à outra sem que chegassem a se unificar, o que teria acontecido no caso de uma vitória internacional. Se na Inglaterra que já conhecia a fase plenamente desenvolvida do modo de produção capitalista – a fase de submissão real do trabalho ao capital – é a revolução social que se impõe, na França o proletariado ainda deve afrontar o problema da forma política do Estado, e na Alemanha a dinâmica entre fase burguesa e fase proletária da revolução.

No intrincado encavalamento de nações, mini-Estados, formas de produção, etc, que forma a Europa Central nesta época, toda solução da questão alemã leva consigo a subversão de toda a área, da Dinamarca à Hungria, e a extensão da civilização ao Leste.

Nesta perspectiva, a Alemanha constituiu o pivô de toda a política do partido revolucionário. Com efeito, a necessária destruição da influência prussiana e austríaca – que supõe a unificação da Alemanha na base do desenvolvimento das modernas forças produtivas – implica atacar o principal bastião da reação feudal na Europa: Esta guerra arrastaria, em seguida, não apenas as nações que lutavam por sua independência (Polônia, Hungria, Itália, ...), mas também os proletários das nações mais desenvolvidas, notadamente na Inglaterra, que teriam que quebrar, pela força, a aliança de seus governos com o absolutismo russo.

"Nenhuma revolução vencerá definitivamente na Europa Ocidental por muito tempo se ao seu lado existir o atual Estado russo. Mas a Alemanha é seu mais próximo vizinho e é a Alemanha que sofrerá o primeiro choque dos exércitos russos contra-revolucionários. A queda do Estado russo, a dissolução do Império russo é uma das primeiras condições da vitória do proletariado alemão. O império russo, tal como existe, constitui o último grande obstáculo à reação oeste-européia. 1848 e 1849 mostram-no de forma contundente. Porque a Alemanha negligenciou empurrar a Polônia à insurreição e fazer a guerra ao Czar russo (como desde o começo havia exigido a Nova Gazeta Renana), este mesmo Czar pôde, em 1849 abater a revolução burguesa que havia chegado às portas de Viena, em Varsóvia, na Áustria, na Prússia e nos pequenos estados alemães, restabelecendo o velho Bundestag." (Engels, Advertência à "Da questão social na Rússia")

Assim, o estudo da revolução alemã de 1848 fornece-nos preciosos ensinamentos sobre o caráter internacional da revolução e a dinâmica que, em certas épocas, certos países situados nas confluências de diferentes áreas histórico-sociais podem encarnar.

Do mesmo modo, a história do desdobramento da revolução na Alemanha (cf. adiante 2.2.2.4.) confirma as conclusões que já foram tiradas a respeito da França sobre a relação entre as diferentes classes da sociedade moderna. De março de 1848 a maio de 1849, pode-se distinguir as seguintes fases:

- Março de 1848: Todas as classes da sociedade unem-se contra a nobreza feudal e a burocracia – grande burguesia liberal, pequena-burguesia, proletariado. Momentaneamente seus interesses convergem contra a monarquia.

- Março a Setembro de 1848: a alta burguesia (banqueiros, etc.) tendo, acima de tudo, medo do proletariado, pratica o "ententisme", isto é, pactua com a monarquia para conseguir algumas reformas que garantam seu poder, mas bloqueando o processo revolucionário. Neste momento, opõem-se a ela as camadas inferiores da burguesia democrata (juristas, professores), a pequena-burguesia e o proletariado.

- Setembro de 1848 a Março de 1849: o conjunto da burguesia une-se à reação feudal para bloquear o curso revolucionário e esmagar o proletariado cujo vigor havia aumentado com o movimento revolucionário e estava pronto a desencadear o combate para defender seus ideais.

- Março a Maio de 1849: insurreição da pequena-burguesia e do proletariado contra a aliança monarquia-burguesia. Traição por parte da pequena-burguesia. O proletariado enfraquecido sucumbe.

Tanto na França, como anteriormente na Inglaterra (cf. Tese 2.2.3.2.18, no #5, p. 79), todas as classes da sociedade sucedem-se, uma após a outra, na cena e desconsideram-se do ponto de vista revolucionário até deixarem apenas o proletariado com a enorme responsabilidade de assumir sozinho todas as tarefas (inclusive as tarefas burguesas que ainda não haviam sido realizadas) da subversão revolucionária da sociedade.

A notável análise deste fato histórico, que se reproduz com toda a regularidade de um fenômeno científico, efetuada em obras como "O 18 Brumário de Louis-Napoléon Bonaparte", ou "Revolução e contra-revolução na Alemanha" (ou no calor da luta em "A Nova Gazeta Renana"), faz parte do patrimônio histórico do partido do proletariado e é ela que inspirou a política deste partido na Rússia em 1917. Na Rússia sabia-se (cf. abaixo), armado de toda a certeza histórica do partido do proletariado, que a burguesia era incapaz de cumprir seu papel histórico e que o proletariado devia assegurar a vitória de uma revolução dupla, burguesa e proletária.

Analisaremos mais adiante (cf. 2.2.4.3.) a tática do partido comunista na Alemanha e em escala européia em 1848-49 e relembremos os ensinamentos que devem ser tirados sobre noções essenciais como a da constituição do proletariado em partido político distinto, da sucessão das fases de revolução e de contra-revolução. Voltando-se incessantemente às fontes de sua história, o movimento comunista reforça as certezas históricas que lhe permitem hoje, em que se eterniza a fase de contra-revolução, não cair nem no fatalismo nem em um voluntarismo imediatista, mas reforçar-se dedicando-se vigorosamente ao trabalho essencial que hoje deve cumprir: a restauração do programa comunista na previsão das futuras batalhas decisivas entre o proletariado e a burguesia.

2.2.4.1. As Raízes Históricas do Problema Nacional Alemão

2.2.4.1.1. – Quando a revolução na Alemanha deveria ter como resultado o acabamento da formação nacional, a centralização do país e a superação de sua fragmentação, ela acaba derrotada, vítima dos "males alemães": ausência de grande centro histórico servindo de capital, dispersão das forças revolucionárias, falta de unidade a nível nacional, etc. Ora, tais males, como já havíamos brevemente sublinhado no nosso número 4 a propósito da Guerra dos Camponeses de 1525, possuíam velhíssimas raízes históricas e seus efeitos perduraram até em depois de 1848, pois ainda nos anos 1920 a unificação nacional do movimento operário foi entravada pela tradição federalista e a revolução novamente derrotada militarmente, estado por estado, como em 1525 ou em 1848.

Este capítulo não tem a pretensão de resumir a história da Alemanha, mas de sublimar um elemento chave para a compreensão do atraso da revolução (tanto burguesa como proletária) neste país: a fraqueza do Estado nacional.

Engels mostrou na "Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado"... como os bárbaros germânicos regeneraram o Ocidente romano em plena decadência, graças à vitalidade de sangue (gens). O encontro das antigas instituições comunais germânicas com os restos da propriedade privada romana produziu uma nova forma de relações de propriedade que iria fornecer a trama de toda a Idade-Média européia: a coexistência de pequenas posses camponesas com as terras comuns aldeãs (pastagens, florestas, reservas, etc.). No contexto histórico da época, um tal sistema estava destinado ao desmembramento e à fragmentação, pois as alianças políticas e militares implicavam a repartição dos domínios, a atribuição de terras como presente, etc. Assim, à medida que um senhor aumentava seu domínio, pela conquista ou pilhagem, em contrapartida ele o dilapidava para assegurar o apoio de outros senhores menos poderosos.

2.2.4.1.2. – Os soberanos carolíngios (século VIII) favoreceram sistematicamente a vassalização, sem ver que deste modo eles levavam o poder do Estado a um desmembramento fatal, fato que tentaram impedir favorecendo a instalação de condes como funcionários reais. Isto não impediu uma fusão de condes e senhores no seio da aristocracia e a extensão do sistema de benefício, ancestral do feudo, segundo o qual uma terra era cedida ao usufruto de um vassalo contra sua proteção militar. Ao final destas subversões, toda a população livre (camponeses ou guerreiros) só possuía uma solução para subsistir: "recomendar-se" aos poderosos, isto é, fazer um juramento de obediência a um senhor que recebia um imposto em trabalho ou em natureza, com a condição de que ele assegurasse a proteção daqueles que para ele trabalhavam. Em geral, o camponês entregava sua terra a um senhor e continuava a cultivá-la, uma parte para ele mesmo e outra para o senhor, mas sem conservar a propriedade. Este sistema de "feudo" caracteriza essa forma de produção que dominou-se de "feudal".

A total fragmentação das unidades de produção que caracteriza o feudalismo é o resultado de um processo que durou muitos séculos. Inicialmente foi necessário que a propriedade de grupo se transformasse em propriedade privada (fruto da conquista); depois, que esta propriedade privada tomasse a forma característica de feudo.

2.2.4.1.3. – Dialeticamente, é a extrema fragmentação a que chegara a sociedade feudal que acabou por permitir que este movimento centrífugo se invertesse e se desenvolvesse lentamente um movimento de centralização sob a égide da realza. O conflito entre a aristocracia e a realza resolveu-se num primeiro instante em detrimento desta última, pois os príncipes emanciparam-se da tutela da autoridade real. O risco era de que esta autonomização dos poderes descesse por toda a escala social e desencadeasse a secessão dos barões, etc. O poder local dos príncipes, no seio de uma pirâmide hierárquica, de um poder superior.

"A reunião de um país de certa extensão em reinados feudais era uma necessidade para a nobreza fundiária e para as cidades. Deste modo, a organização da classe dominantes, isto é, da nobreza, teve em toda parte um monarca à sua frente." (Marx e Engels – "A Ideologia Alemã")

Assim, os príncipes aceitaram novamente submeter-se como vassalos do rei, que de início é um senhor como os outros possuindo um maior domínio. A partir deste momento, a maior ou menor potência a realza, segundo as áreas geográficas, depende de toda uma série de condições específicas que variam segundo os tempos e lugares.

2.2.4.1.4. – Após a morte de Carlos Magno, o Império Carolíngio foi partilhado (pelo tratado de Verdun, em 843) em 3 partes. Uma a Oeste forma a base do que hoje é a França, uma outra a Leste prefigurava a Alemanha, finalmente uma terceira, no meio, verdadeira aberração geográfica e histórica, constituía um longo corredor que descia do Mar do Norte à Itália, denominada Lotharíngia, do nome de Lothar, um dos três filhos de Carlos Magno, a quem este estado foi atribuído. Inviável, tal estado acabou sendo partilhado em 925 entre a França e o que viria a se tornar o Santo Império Romano-Germânico.

2.2.4.1.5. – Na França, o movimento de feudalização acabou pouco depois, por volta do ano 1.000, e o desenvolvimento da realza situa-se por volta do século XII. Na Alemanha, ao contrário, a feudalização não foi completada, em virtude da organização social conservar ainda uma fortíssima base clânica, sobre a qual aferrava-se o poder da aristocracia. Assim, acima dos príncipes tornados poderosos, pairava um imperador cujo poder tornava-se progressivamente mais simbólico. Não tendo sofrido até o fim o fracionamento total do poder político, a Alemanha não conheceu o eclipse do Estado dos séculos X-XI e este perdeu sob a pior forma histórica: como a vontade de continuação do grande Império de Carlos Magno, que havia sido uma construção adequada em seu tempo, mas que já se arruinara totalmente. É assim que se forjou a construção absurda do "Santo Império Romano Germânico" que fazia do soberano alemão o Imperador de toda a cristandade, reinando sobre um imenso território que englobava a Alemanha, a Áustria, certos mercados eslavos, a Itália do Norte, etc.

Durante séculos, os soberanos alemães ocuparam-se de assuntos que nada tinham a ver com a construção nacional alemã e toda sua política era feita na Itália, impedindo, ao mesmo tempo, a Alemanha de atingir a unidade política.

Após o período heróico da grande migração dos povos do século IV e a conquista do Império Romano pelos bárbaros germânicos, a Alemanha, esvaziada de sua substância, começou a declinar. O Império Germânico só foi restaurado por Carlos Magno a partir da França, do qual ele foi separado imperfeitamente, pelo tratado de Verdun (843). Assim, introduziu-se na Alemanha a idéia fatal do Santo Império Romano Germânico, que os imperadores Otton recolocaram na ordem do dia, enquanto deveriam centralizar a Alemanha, que não formava um complexo nacional, pois detinha territórios franceses e eslavos, e consideravam a Itália como se lhes pertencesse e viam seu centro em Roma. Esta política, mais estrangeira e expansionista do que alemã e integracionista, continuou com os Hohenstaufen, que pilharam cidades italianas. Chegou ao _interregno(?) do século XIII, onde a Alemanha não tinha mais Imperador; em seguida a instituição caiu em decadência, mesmo quando foi restabelecida." (Engels. Notas preparatórias à Guerra dos Camponeses)

2.2.4.1.6. – Portanto, desde o início a construção nacional alemã sofreu um considerável atraso em relação à francesa e inglesa e, sobretudo, extraviou-se na direção de um ciclo sem fim de guerras externas, nas quais esgotava a energia política da nação sem beneficiá-la. No início do século XI, as campanhas dos imperadores Otton para conquistar a Itália deflagraram neste país uma série de guerras intestinas que opuseram as famílias Guelfes partidárias do papa e opostas ao Imperador, e os Gibelins.

"A Alemanha manteve-se, bem ou mal, no mesmo nível que os outros países da Europa Ocidental. Mas a potência do Imperador, minada no estrangeiro, faltou internamente, se bem que a decomposição feudal e o aparecimento de cidades tiveram aqui um efeito descentralizador, contra o qual a monarquia absoluta soube reagir em todos os lugares, mantendo a unidade nacional contra as tendências centrífugas da sociedade. O fator da violência política da monarquia centralizadora faltou, portanto, na Alemanha que poderia ter sido unificada antes de todos, se a dignidade do Imperador romano (e a pretensão à dominação mundial que lhe sugeria o fato de que ele acreditava ser o sucessor de Roma) não tivesse impedido a formação de um Estado nacional alemão e não tivesse minado as forças alemãs nas expedições italianas (onde a Áustria perdeu suas forças). Nessas condições, o Imperador continuava a ser eleito (como os primeiros reis francos!), o que impediu que a nação se confundisse com a casa real. Principalmente no século XV, trocou-se de dinastia nos momentos decisivos, assim que os príncipes se sentiram ameaçados." (Idem)

Neste contexto é que aconteceu a guerra dos camponeses. Se os camponeses, aliados à burguesia das cidades, tivessem sido os vencedores contra os príncipes, a Alemanha teria então conhecido a primeira revolução burguesa vitoriosa e todo o curso histórico posterior teria sido subvertido. Mas os diferentes interesses de classe atuantes na Alemanha permitiram que a contra-revolução acabasse por ser feita em benefício dos príncipes e em detrimento, não apenas dos camponeses, mas também dos próprios burgueses que se encarregaram de massacrar a insurreição camponesa. Venceu, portanto, o elemento feudal, anti-centralizador.

"Já vimos, no início desta obra, como a insuficiência do desenvolvimento industrial, comercial e agrícola da Alemanha tornou impossível toda centralização dos alemães

numa nação, como somente permitiu que uma centralização local e provincial e como, conseqüentemente, os representantes desta centralização no interior da fragmentação, os príncipes, constituíam a única ordem que devia lucrar com todas as modificações das relações sociais e políticas existentes. O grau de desenvolvimento da Alemanha da época era de tal modo baixo e, por outro lado, tão desigual nas diversas províncias, que ao lado dos principados seculares ainda podiam existir principados eclesiásticos, repúblicas cidadinas e condes e barões soberanos. Mas isto tendia, ao mesmo tempo, embora muito lentamente, muito brandamente, a uma centralização provincial, isto é, à subordinação aos príncipes e às ordens do império que ainda subsistiam. É por isso que somente os príncipes podiam beneficiar-se da Guerra dos Camponeses. Foi assim que aconteceu. Tiraram não apenas uma vantagem relativa, pelo fato de que seus concorrentes, o clero, a nobreza e as cidades saíram enfraquecidos, mas também absoluta, no sentido de que ganharam os ricos despojos de todas as demais ordens. Os bens eclesiásticos foram secularizados em seu benefício. Uma parte da nobreza, meio ou completamente arruinada, acabou por submeter-se, pouco a pouco, à sua dominação. O dinheiro dos resgates impostos às cidades e às comunidades camponesas fluiu para as caixas de seu fisco que, logo após a supressão de vários privilégios municipais, adquiriu uma maior liberdade de movimento para suas caras operações financeiras." (Engels. A Guerra dos Camponeses na Alemanha.)

2.2.4.1.7. – Assim encontrava-se a organização específica da Alemanha: uma coleção de Estados, justapostos uns aos outros, onde coexistiam tanto grandes províncias como minúsculos principados, domínios religiosos, cidades, etc., formando uma mistura completamente emaranhada a partir da qual nenhum projeto centralizador poderia sair. Além disso, após a Reforma, a Alemanha conheceu igualmente uma divisão no plano religioso entre um Norte protestante e um Sul católico o que não poderia deixar de desencadear, ao longo dos séculos seguintes, numerosas guerras intestinas que reforçavam, por seu lado, a falta de unidade do país.

Nessas condições, e com o desenvolvimento da potência de outras nações no comércio mundial (Inglaterra, Países-Baixos, etc.), que levaram os grandes portos e o comércio alemães ao declínio, a Alemanha tornou-se o foco de interesses estrangeiros (Suécia, França) e foi assolada por infindáveis conflitos. A título de exemplo, a Guerra de Trinta Anos (1618-1649) fez a Alemanha perder um terço de sua população, que foi reduzida de 30 para 20 milhões de habitantes. O território imperial, devastado, foi amputado em benefício da França (Alsácia, Metz, Toul, Verdun), da Suécia (Pomerânia, Stettin, Bremen), da Suíça e da Holanda, que tornaram-se nações independentes.

Toda essa evolução teve conseqüências fundamentais na evolução econômica da Alemanha, pois o Estado desempenha um papel fundamental na aurora do modo de produção capitalista, ao longo da fase de submissão formal do trabalho ao capital (manufaturas do Estado, por exemplo na França) e constitui uma alavanca para a emergência de uma burguesia forte e dinâmica. Aproximadamente nessa época (século 18) é que a Alemanha começa seu desenvolvimento filosófico, isto é, a burguesia privada de qualquer outro meio de ação prossegue sua evolução na esfera do pensamento.

No seio da miríade de Estados (aproximadamente 360) que compunham a Alemanha de então, dois dentre eles haviam adquirido uma grande potência e desempenhavam um papel preponderante: a Prússia e a Áustria. Mas, como sublima Engels, estes dois estados nasceram como colonizações alemãs em terra eslava e só podiam agir na Alemanha do exterior, apoiando-se em forças estrangeiras (a Áustria na Hungria e a Prússia na Rússia). De outro lado a rivalidade constante entre a Áustria e a Prússia pela dominação da Alemanha contribuiu para retardar e enterrar a unidade alemã.

2.2.4.1.8. – Um primeiro progresso da unidade alemã foi provocado pelas guerras napoleônicas. Marx e Engels sublimaram (cf. A Sagrada Família) que o terror na revolução francesa justificava-se pela agressão da qual ela era vítima por parte das potências européias ligadas. Assim que a segurança voltou às fronteiras (vitória de Fleurus, 1794) ela tornou-se supérflua e voltou-se contra os elementos plebeus e comunistas da Conjuração dos Iguais de Babeuf. Mas, uma vez realizada a contra-revolução de 1794-95, a epopéia napoleônica teve a virtude de reanimar a flama revolucionária e apresentou-se, por suas guerras no estrangeiro, como a continuação do terror revolucionário sobre a sociedade burguesa.

"Napoleão não foi, para a Alemanha, o déspota arbitrário que seus inimigos gostavam de evocar. Napoleão foi, na Alemanha, o representante da revolução, o propagador de seus princípios, o destruidor da velha sociedade feudal. Naturalmente ele procedeu como déspota, mas os deputados da convenção foram ainda duas vezes mais despóticos e foram-no efetivamente sempre que se manifestaram. De qualquer modo, Napoleão era duas vezes menos despótico do que os príncipes e nobres tradicionais que enviava à mendicância. O reino do terror, tendo realizado sua obra na França, Napoleão aplicou-o aos outros países fazendo-lhes a guerra. Ora, a Alemanha tinha uma necessidade urgente de um tal reino de terror." (Engels. Carta ao Redator do "The Northern Star", 25.10.1845)

Napoleão realizou o Terror substituindo a revolução permanente pela guerra permanente, segundo os termos da "Sagrada Família". Mas, se o ponto de vista francês, o terror tinha a necessidade de exportar-se, isto não significava que Napoleão tinha interesse em revolucionar profundamente a Alemanha. Sua política era ao mesmo tempo "imperialista", visando abrir o mercado alemão aos produtos franceses e abrir fogo contra a concorrência inglesa. Ao mesmo tempo em que se dedicava a simplificações administrativas (o número de Estados foi reduzido a uma trintena) e à adaptação das instituições democráticas burguesas francesas (código civil, constituição...) sobretudo na Alemanha do Sul, Napoleão apoiava-se nos soberanos locais. A política expansionista napoleônica não podia ter como objetivo o favorecimento da emergência de uma nação concorrente. Os remanejamentos operados pelos franceses diziam respeito sobretudo à Alemanha do Sul, visando enfraquecer a Prússia e a Áustria, mas ao mesmo tempo deixavam subsistir nestes dois Estados os regimes da monarquia absoluta baseados em fortes resíduos do feudalismo.

"Para um espírito prevenido, os motivos são aparentes. Se Napoleão tivesse permanecido vencedor na Alemanha ele teria, aplicando sua fórmula enérgica e bem conhecida, afastado pelo menos três dezenas de soberanos, pais bem-amados de

seus povos. A legislação e a administração francesas teriam criado uma sólida base para a unidade alemã e teriam-nos poupado trinta e três anos de vergonha e tirania da Dieta federal, naturalmente muito estimada pelo Sr. Nesselrode. Bastariam alguns decretos de Napoleão para aniquilar completamente todo o lixo da idade média, as corvéias e dízimos, as isenções e os privilégios, o conjunto desta exploração feudal e desta organização patriarcal, com as quais ainda devemos nos engalfinhar pelos quatro cantos de nossas pátrias. O resto da Alemanha se encontraria depois de muito tempo no estado atingido pela margem esquerda do Reno, pouco após a primeira revolução francesa; não teríamos mais então os maiores de uckermark, nem da Vendéia pomeraniana, e não precisaríamos mais respirar o ar fétido dos pântanos "históricos" do "Santo Império Romano Germânico". (Nova Gazeta Renana)

A derrota final de Napoleão em 1815 forneceu à Áustria e à Prússia, vencedoras com a Rússia e a Inglaterra, a ocasião de restabelecerem seu controle sobre o conjunto dos territórios alemães.

A Confederação Germânica de 1815 reagrupa 39 Estados na mesma entidade política, mas não está dotada de nenhum poder central, de nenhuma instituição comum. A Dieta (Parlamento) que tem sede em Frankfurt é uma assembléia de delegados dos príncipes, não de deputados eleitos pelo sufrágio universal. A Áustria contra-revolucionária assegura a presidência, e Franz Mehring assim caracterizava esta confederação:

"A Confederação Germânica era uma injúria à unidade nacional; impotente e despreparada, objeto de zombaria tanto no interior como no exterior, o Bundestag (a Dieta Confederal) vegetava em Frankfurt apenas para servir de esbirro à disposição de todos os príncipes e contra o povo." (Franz Mehring. História da Social-Democracia Alemã)

Além do mais, as duas principais potências desta Confederação, Prússia e Áustria, não entraram totalmente nela. Os territórios não germânicos sobre os quais reinavam ficaram de fora. A Prússia tinha sob seu poder uma parte da Polônia (Posnânia) desde 1772 e o Império Austríaco reinava sobre os húngaros, os povos eslavos do sul, a Itália do Norte e igualmente uma parte da Polônia. Conseqüentemente, a unificação nacional alemã teria tido o duplo efeito de integrar os territórios alemães da Prússia e da Áustria num conjunto nacional corrente e, em conseqüência, liberar as nacionalidades dominadas. Inversamente (fazendo parte do mesmo movimento) toda emancipação nacional da parte destas nacionalidades teria, enfraquecendo a Prússia e a Áustria, favorecido a solução nacional alemã. Daí o fato de que cada uma destas duas potências propusesse sua solução ao problema nacional alemão: a Prússia já desenhando a unificação da Alemanha sob sua própria égide e a Áustria combatendo com todas as suas forças toda veleidade de emancipação nacional, qualquer que fosse.

2.2.4.1.9. – Pelo seu estatuto de Império multinacional, a Áustria era um país particularmente vulnerável ao movimento das nacionalidades, que ameaçava sua própria existência. É por isso que a doutrina de Matternich, que execrava o nacionalismo, previa utilizar umas contra as outras, as nacionalidades que formavam o conjunto austríaco, e, ao

mesmo tempo, cuidava para que nenhum movimento democrático nacional burguês pudesse vencer mesmo no exterior, o que em consequência provocaria tumultos internamente. Deste modo, a Áustria tirava sua vocação de defender a fragmentação alemã e de sustentar os príncipes, agentes da divisão alemã. A Áustria devia sobretudo cuidar para que o outro gigante alemão, a Prússia, não fosse um agente da unificação da Alemanha, o que derrubaria a supremacia austríaca. Quando a Prússia conheceu, nos anos 1820-1830 o início de um movimento constitucionalista burguês, a Áustria se opôs a ele com todas as suas forças e fez da Prússia seu aliado nesta empresa reacionária.

A doutrina de Metternich do equilíbrio entre as nações estendia-se igualmente às classes sociais, que se desejava coexistirem sem choques no seio de um mesmo conjunto cujo avalista era a monarquia. Deste modo, a construção europeia de 1815 apresenta-se como uma aliança de cabeças coroadas, tendo a veleidade de controlar o desenvolvimento histórico, sem galopes nem revoluções. Assim, "fiel ao eterno princípio das monarquias absolutistas", o governo de Metternich apóia-se "alternativamente sobre duas classes, os proprietários fundiários feudais e os grandes agiotas capitalistas." (Engels)

É nesta situação que Metternich aplica seu golpe de mestre. Fazendo exceção aos barões feudais mais poderosos, retira toda influência da nobreza na direção do Estado. Ganhando para sua causa os mais poderosos barões das finanças – e não poderia ser de outra maneira, pois as finanças o obrigavam – priva a alta burguesia de sua força. Apoiando-se no alto feudalismo e na alta finança, assim como na burocracia e no exército, realiza mais perfeitamente do que todos os seus rivais o ideal de monarquia absoluta. Mantinha sob controle os burgueses e os camponeses de cada nação graças à nobreza desta nação e aos camponeses de outras nações, mantinha na coleira a nobreza de cada nação graças ao medo que ela tinha dos burgueses e camponeses. Os diferentes interesses de classes, a estreiteza do espírito nacional e os preconceitos locais, qualquer que fosse sua complexidade, mantinham-se recíproca e completamente em cheque na derrota e permitiam a este velho farsante Metternich uma grande liberdade de ação." (Nova Gazeta Renana)

Além do mais, este poder apoiava-se em um exercício e uma burocracia à toda prova. Os funcionários austríacos, dizia Engels, formavam uma "raça à parte", não pertenciam a nenhuma das nacionalidades dominadas pela Áustria em particular: "eles não tinham nacionalidade, melhor dizendo, formavam por si mesmos a verdadeira nação austríaca." (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha)

Esta feroz vontade de se manter ao largo da história e o fato de que nenhuma força real ameaçava abalar este edifício, acabou forjando uma sociedade completamente coagulada, onde as relações sociais ainda eram amplamente herdadas do feudalismo. O desenvolvimento da burguesia comerciante e industrial era muito lento e os pequenos comerciantes estavam inseridos num estreito sistema de guildas, corporações, etc...

Quanto aos camponeses e operários, eram considerados como simples matéria sujeita a impostos, não dispoendo de qualquer direito político e estando inteiramente submissas aos arbítrios dos senhores, patrões, etc...

Para completar a manutenção desta sociedade em seu imobilismo, reinava uma severa censura, interditando qualquer desenvolvimento da imprensa, da Universidade, da literatura, em suma, da vida intelectual em geral, por onde poderiam penetrar os princípios modernos da sociedade burguesa.

No entanto, nenhuma política voluntarista pode congelar por muito tempo o curso do desenvolvimento histórico. E, sobre a base de um desenvolvimento econômico muito tímido (introdução da máquina a vapor, construção de vias férreas, etc...) desenvolveu-se uma certa oposição, a partir da Alemanha, nos anos 1843-1844.

"É assim, por volta do final de 1847, a Áustria estava exposta, se bem que num grau menor, à agitação política e político-religiosa que então trabalhava por toda a Alemanha; e se esta agitação acontecia com menos alarde ela encontrava, no entanto, muitos elementos revolucionários sobre os quais podia agir. Era o camponês, servo ou rendeiro feudal, arruinado, esmagado pelas exações do senhor ou do governo; era o operário de fábrica, forçado pelo cassetete do agente de polícia a trabalhar nas condições que convinham ao patrão; era o companheiro operário, que as leis corporativas excluía da possibilidade de adquirir qualquer independência de seu estado; era o comerciante, que se achava à cada passo, em seus negócios, com regulamentos absurdos; era o fabricante sempre em conflito com as corporações ciumentas de seus privilégios ou com funcionários indiscretos e corruptos; era o mestre de escola, o sábio, o funcionário mais instruído, lutando em vão contra um clero ignorante e presunçoso ou chefes estúpidos e despóticos. Em suma, não havia classe que estivesse satisfeita, pois as pequenas concessões, às quais o governo era forçado de tempos em tempos a conceder, não eram feitas às custas do governo, o Tesouro não tinha os meios, mas às expensas da alta aristocracia e do clero. Quanto aos grandes banqueiros e detentores de fundos, os últimos acontecimentos da Itália, a oposição crescente da Dieta burguesa, o espírito desacostumado a descontentamentos e as demandas de reformas que manifestaram-se por todo o Império, não eram de natureza a reforçar sua fé na solidez e solvabilidade do império austríaco. (Engels – Revolução e Contra-Revolução na Alemanha)

Com relação à rigidez e ausência de evolução da Áustria mas que pesava com todo peso sobre toda a Alemanha), o resto dos territórios alemães conheceu de 1805 a 1848 várias veleidades de reformas e, paralelamente, tímidas tentativas de unificação.

2.2.4.1.10. – A Prússia havia manifestado, sob o contra-golpe de invasão napoleônica, uma certa tendência à unificação da nação, mas paradoxalmente, o motor desse movimento era a contra-revolução, porque tratava-se de lutar para manter os quadros coagulados da antiga sociedade que a invasão francesa ameaçava destruir, ao menos em parte. Marx e Engels sempre destacaram, e nós voltaremos a este ponto ao longo deste trabalho, que o povo alemão teve freqüentemente, ao longo de sua história, uma atitude contra-revolucionária e que a revolução de 1848 constituía uma magnífica ocasião (que acabou fracassando) de redimir, rompendo de uma vez por todas com a política dos príncipes. Assim, quando em Junho de 1848, os operários berlinenses tomaram o arsenal e, de passagem, saquearam os

símbolos de guerra (bandeiras, insígnias etc.) que ali estavam reunidos, escreveram para a grande indignação dos parlamentares burgueses:

"O povo de Berlim renegou as guerras de liberação pisoteando as bandeiras conquistadas em Leipzig (1813, ndr) e em Waterloo (1815, ndr). O primeiro ato que se impõe aos alemães em revolução é o de romper com seu passado completamente desonroso." (Nova Gazeta Renana)

Mas, mesmo que contra-revolucionárias por seu conteúdo, as "guerras de liberação" de 1813 colocavam em risco por sua forma a dominação do absolutismo prussiano. Sua energia era, com efeito, o levante das massas e a guerra popular, teorizadas, "como convinha a uma nação de pensadores" Engels), por estrategistas alemães como Gneisenau. O problema era que o rei da Prússia não tinha nenhum desejo de ver as massas desempenharem qualquer papel histórico, mesmo que fosse com o objetivo de conservação, e temia os riscos de desbordamento. A guerra aconteceu finalmente sob sua forma clássica, com o apoio da Áustria e da Rússia.

De 1815 a 1848, a Alemanha foi o teatro de um certo número de movimentos burgueses, mas nenhum teve um caráter marcadamente revolucionário. Nos anos 1820, os meios universitários lançaram-se numa agitação nacionalista cujos temas, desenvolvidos pelo romantismo, exaltavam a velha Alemanha, os antigos costumes germânicos, etc. Mais uma vez era de uma maneira reacionária, sob a forma travestida de exaltação da "alma alemã" etc, que se manifestava o inelutável ímpeto para a unificação do Estado burguês. Era a ausência de base moderna desenvolvida que dava ao nacionalismo alemão seu caráter acanhado e reacionário. A Alemanha conheceu, assim, como todos os Estados europeus, um impulso revolucionário em 1830, o qual esteve longe de provocar as mesmas conseqüências do que na França, por exemplo. Este impulso foi notadamente incapaz de favorecer o desenvolvimento de um movimento liberal burguês e já prefigura os limites que o movimento revolucionário iria encontrar em 1848.

2.2.4.1.11. – A importância da Alemanha para realizar sua revolução democrática burguesa repousava sobre a inexistência de uma forte burguesia, que na Inglaterra e na França pôde provar ousadia revolucionária. Ao mesmo tempo, a Alemanha ainda não possuía, como a Rússia no início do século XX, um proletariado suficientemente desenvolvido para substituir politicamente uma burguesia deliquesciente. Mas tal fraqueza repousava sobre o profundo atraso econômico e o fraquíssimo desenvolvimento das forças produtivas na Alemanha. O bloqueio continental imposto por Napoleão havia favorecido um certo desenvolvimento econômico. Mas, apesar disso, a Alemanha, cuja indústria tradicional havia sido arruinada pelas guerras e a concorrência internacional, permanecia muito atrás da França e sobretudo da Inglaterra. O desenvolvimento capitalista era praticamente insignificante se o compararmos ao berço do Modo de Produção Capitalista: a Inglaterra. Em 1845, a produção de aço representa a metade da produção da França e 1/10 da Inglaterra. A Alemanha possuía apenas 419 máquinas a vapor em 1837 e 1454 em 1849. 72% da população ainda viviam de rendas da terra. O consumo de algodão bruto por habitante e por ano representava 0,3 kg contra 1,5 kg na França, e de hulha 110 kg contra 130 kg na França. O desenvolvimento industrial estava concentrado na Saxônia e em algumas regiões prussianas. A Alemanha estava então no começo do desenvolvimento de

condições materiais da sociedade moderna. Ainda em 1848, Marx sublinha as sobrevivências da economia feudal:

"Quando lemos este documento perguntamos por que uma guerra de camponeses não explodiu há muito tempo nas províncias da velha Prússia. Que amontoado de corvéias, de dízimos, de obrigações, que entulho de nomes medievais, um mais extravagante do que o outro! Suserania, casos de morte, nortaille, bens inalienáveis, dízimo do gado, direito de sucessão, direito de Walpurgis, imposto sobre abelhas, renda da cera, direito dos prados, dízimos, direitos de posse, rendas complementares, tudo isso subsistiu até os dias de hoje no Estado "melhor administrado do mundo": e isso teria permanecido se os franceses não tivessem feito a revolução de fevereiro". (Nova Gazeta Renana)

Como, além disso, cada Estado possuía suas próprias alfândegas, suas próprias regras comerciais, seus próprios sistemas de medida, suas próprias leis, etc, o desenvolvimento histórico alemão era incapaz de fazer surgir uma forte burguesia com interesses comuns, que pudesse desenvolver um papel revolucionário e ainda menos a fração da burguesia que tem o maior interesse em subverter o antigo estado de coisas: a burguesia industrial.(cf. Comunismo ou Civilização #4). Ela era, portanto, incapaz de assegurar sua tarefa histórica. Pois, se o fraco desenvolvimento das forças produtivas no território alemão é uma das causas fundamentais para explicar o atraso de sua unificação política, a fraqueza do Estado constitui, por sua vez, uma desvantagem suplementar para o desenvolvimento da base econômica. Para que o modo de produção capitalista se desenvolvesse plenamente, era necessário que a Alemanha se unificasse como Estado nacional, se centralizasse para varrer todos os vestígios feudais, provincianos, federalistas, etc., que entravam seu desenvolvimento. Em uma palavra, era necessária uma revolução política.

"Quanto à livre concorrência no próprio interior da nação, ligada aos interesses da grande indústria, em todos os lugares foi necessária uma revolução para conquistá-la – em 1640 e em 1688 na Inglaterra, em 1789 na França." (Ideologia Alemã)

No entanto, nestas duas revoluções, a burguesia somente pôde impor vigorosamente medidas revolucionárias porque pôde apoiar-se sobre grandes massas centralizadas que, ao mesmo tempo, forçavam-na a cumprir sua missão. Ora, como veremos, o proletariado alemão era simultânea e insuficientemente desenvolvido no plano social e muito desenvolvido – como componente do proletariado internacional – no plano político. A margem de manobra histórica da burguesia alemã era portanto muito estreita entre a necessidade de mobilizar um forte proletariado sobre o qual se apóia na sua luta contra a nobreza, e o desenvolvimento revolucionário deste mesmo proletariado. As lutas de fevereiro de 1848 iriam lembrar à burguesia que as explosões de 1830, 1832, 1836 e 1844 na França, Inglaterra e Alemanha não eram fenômenos contingenciais, mas uma realidade essencial da sociedade moderna.

É por isso que, de 1815 a 1848, a atividade da burguesia tendeu mais para a conquista de vantagens materiais e comerciais do que para a unidade política. A unificação comercial e aduaneira da Alemanha fez-se sob a égide da Prússia (tarifa de 1818 e sobretudo o Zollverein – União Alfandegária – em 1835). Prefigurando a evolução ulterior

da Alemanha, tal unificação fez-se em proveito da Prússia, diante da qual os demais estados alemães eram incapazes de estabelecer uma frente coerente. Se esta etapa permitiu uma unificação no plano econômico, ela devia ao mesmo tempo produzir novas necessidades que clamariam por sua superação.

"À medida que aumentava sua riqueza e estendia seu comércio, a burguesia havia chegado a um ponto tal que o desenvolvimento de seus interesses mais importantes parecia-lhe ser destinado à derrota pela organização política do país, pela divisão territorial entre trinta e seis príncipes de tendências e caprichos contraditórios, pelos entraves feudais impostos à agricultura, pelo controle indiscreto que uma burocracia ignorante e presunçosa fazia pesar sobre todas estas operações. Ao mesmo tempo, a introdução geral do vapor em todas as comunicações, a concorrência crescente no comércio interno, aproximava cada vez mais as classes comerciantes dos diversos estados e das diferentes províncias, identificava seus interesses e centralizava suas forças. A consequência natural foi que toda a massa burguesa se passou para o campo da oposição liberal e que a classe média alemã, na sua primeira e séria luta pela conquista do poder político, conseguiu sucessos. Podemos dizer que tal mudança data de 1840, isto é, a partir do momento em que a burguesia prussiana encabeçou o movimento da classe média (burguesia – ndr) na Alemanha." (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha)

A ascensão da classe burguesa nos anos 1840 traduzia-se por uma renovação da ideologia nacional liberal. A província prussiana mais ativa no plano da agitação era a Prússia Renana, província anexada à Prússia em 1815, mas que havia anteriormente tido a oportunidade de conhecer a subversão jurídica e institucional trazida pela ocupação francesa. Como dizia Engels, a Prússia Renana, relativamente desenvolvida economicamente, possuía "sobre os outros países da Alemanha revolucionados pela indústria, a vantagem da indústria, e sobre as outras regiões industriais da Alemanha (a Saxônia, a Silésia) (...) a da revolução francesa. (A Campanha pela Constituição do Reich Alemão). Além do mais, é a Prússia Renana que fornecerá à revolução burguesa de 1848 seus "representantes típicos".

Em 1840, o rei Frederico-Guilherme IV sobe ao trono da Prússia, investido pelas correntes burguesas liberais de uma grande esperança, na medida em que passava por um soberano anti-absolutista. Ora, tanto quanto as correntes românticas dos anos 1820, é no sentido reacionário de uma restauração do feudalismo que Frederico-Guilherme IV desejava combater a monarquia absoluta. Seu cuidado ao restaurar uma corte com as pompas da antiga monarquia, ao imitar servilmente a organização social da idade média, tirou-lhe rapidamente as simpatias dos liberais, tanto mais que dependia financeiramente da burguesia à qual solicitava empréstimos. Imbuída da capacidade de recusar e alimentar um monarca que não respondia a seus interesses, a burguesia tratou de obter, em contrapartida do seu apoio financeiro, as garantias constitucionais que lhe faltavam. Assim, exigiu a reunião do Parlamento a fim de que seus interesses finalmente pudessem ser representados. Desde então, a partir da reunião da Dieta federal em Berlim em fevereiro de 1846, travou-se uma prova de força entre o soberano, apoiado pela nobreza, e a burguesia que exigia uma constituição. A Dieta foi dissolvida quando a burguesia novamente recusou-se a votar novo

empréstimo, consagrando a ruptura com a monarquia. Mas, considerando a persistência na Alemanha, às vésperas de 1848, de numerosas forças sociais de interesses opostos, ainda se estava longe de chegar à polarização que caracteriza a sociedade capitalista moderna. Ao lado desta burguesia em formação subsistiam outras forças sociais que encarnavam o fraco desenvolvimento econômico do país.

2.2.4.1.12. À nobreza feudal guardava uma parte considerável de seus privilégios. Embora seu papel político – direito de controle sobre os príncipes – estivesse diminuindo, ela conservava totalmente seu poder medieval sobre os camponeses e sobre seus domínios. Na Prússia, como mostrou Franz Mehring, os junkers encontravam-se reforçados graças ao movimento de emancipação dos camponeses. Para comprar, em seus direitos, os camponeses deviam ceder uma parte de sua terra ou fornecer grandes somas de dinheiro, o que reforçava a fortuna e o domínio dos nobres. Uma vez despojados os camponeses, eles dispuseram de uma massa de proletários agrícolas que continuavam (ao menos uma parte deles) a trabalhar no domínio, em condições mais produtivas que no sistema de servidão. A transformação do grande domínio feudal em empresa capitalista fez-se portanto, de maneira progressiva, sem a subversão da propriedade fundiária como na Inglaterra ou na França. O peso social da nobreza fazia-se sentir igualmente no nível do Estado, pois era ela que fornecia o principal contingente dos funcionários superiores e quase todos os oficiais do exército.

Por outro lado, a classe dos pequenos comerciantes e lojistas era "excessivamente numerosa na Alemanha" (Engels), mas, como em todo lugar, espremia-se entre a burguesia, em cujas fileiras aspirava entrar, e o proletariado, ao nível do qual ela tinha pavor de cair.

"Humilde e de uma submissão rasteira sob um governo forte, feudal e monárquico, esta classe volta-se para o lado do liberalismo quando é a classe média (burguesia – ndr) que ascende; é tomada de um violento acesso de democratismo quando a classe média tem assegurada sua supremacia; mas é sacudida por um pavor abjeto quando a classe situada abaixo dela, a dos proletários, tenta um movimento independente. Veremos que na Alemanha esta classe passou sucessivamente por diferentes estágios." (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha)

Como corolário do fraco desenvolvimento da indústria e da predominância do artesanato, o proletariado alemão encontrava-se fracamente desenvolvido. Encontrava-se na mesma relação com o proletariado inglês e francês como era a relação da burguesia alemã com a burguesia inglesa e francesa. Apesar de tudo, o proletariado é uma classe universal e o proletariado alemão (cf. Comunismo ou Civilização #5) mostrou-se capaz de antecipar suas tarefas históricas e dedicar-se à crítica das condições de vida capitalistas antes que estas chegassem à maturidade na Alemanha. Principalmente porque os operários alemães, freqüentemente constrangidos a se expatriarem, entravam em contato com seus camaradas ingleses, franceses, belgas ou suíços.

"Esta ausência geral de condições de existência modernas e de modos de produção modernos faz-se acompanhar evidentemente de uma ausência também geral de idéias modernas. É de se espantar que nos primeiros dias da revolução uma grande fração da classe operária reclamou em coro e aos gritos o restabelecimento imediato

das juras e corporações privilegiadas da Idade Média? Entretanto, nas regiões manufatureiras onde predominava o sistema de produção moderno, sob a influência das facilidades de relações recíprocas e de desenvolvimento intelectual, conseqüência da vida nômade levada por alguns trabalhadores, constituiu-se um forte núcleo, cujas idéias sobre a emancipação da classe operária eram bem mais nítidas e harmonizavam-se com os fatos reais e as necessidades históricas. Mas era uma minoria. Se o movimento ativo das classes médias data de 1848, o da classe operária começa com as insurreições dos operários fabris da Silésia e da Boêmia, em 1844." (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha)

Finalmente, no campo encontravam-se os grandes arrendatários, proprietários de fazendas, fração aliada politicamente à burguesia das cidades e que empregava operários agrícolas; livre-rendeiros que compraram seus encargos feudais, mas submetidos à usura, às hipotecas, etc.; rendeiros feudais que pagavam uma renda ao senhor e operários agrícolas.

2.2.4.1.13. – Na metade do século XIX, a Alemanha continuava sendo um país diversificado, tanto social como geográfica e politicamente. Ao lado dos dois "gigantes", Prússia e Áustria, os Estados alemães do sul beneficiavam-se de um certo avanço no plano político, pois já haviam conhecido tentativas de instauração de regimes constitucionais. Mas, após a revolução de 1830, suas constituições foram varridas e eles recaíram sob o jugo prusso-austriaco. O plano da burguesia liberal destes Estados, tal como fora formulado por Genvinous, previa a reunião do conjunto dos Estados alemães, excetuando-se a Áustria, e sua unificação sob a égide da Prússia que se tornaria monarquia constitucional. Nesta perspectiva:

"A emancipação da burguesia prussiana deveria, portanto, ser o sinal da emancipação das classes médias da Alemanha em geral e firmar uma aliança, ofensiva e defensiva contra a Rússia e a Áustria." (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha)

"Quanto a saber o que seria esta unidade alemã uma vez realizada, os partidos não estavam de acordo sobre tal questão. A burguesia, que não desejava sérias convulsões revolucionárias, contentar-se-ia com o que, como vimos acima, considerava realizável, isto é, a união de toda a Alemanha, excetuando a Áustria, sob a supremacia do governo constitucional da Prússia. E é certo que, a não ser que se desencadeassem tempestades perigosas, nada mais se podia fazer na época. A classe dos lojistas e dos camponeses, na medida em que estes colocavam tais questões, ainda não podia definir esta unidade alemã que reclamavam em coro e aos gritos. Raros sonhadores, principalmente os reacionários feudais, esperavam o restabelecimento do Santo Império Germânico. Alguns ignorantes, dizendo-se admiradores das instituições suíças, cuja aplicação, que ainda não haviam feito, deveria desiludi-los estranhamente em seguida, pronunciavam-se por uma república federativa. E o partido mais avançado encontrava-se sozinho, nesta época, exigindo uma república alemã, uma indivisível. Assim, a unidade germânica era, em si, uma questão cheia de desunião, de discórdia, e podia, se algumas eventualidades acontecessem conduzir à guerra civil." (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha)

Assim, à Alemanha faltava a expressão burguesa pura: não havia partido republicano distinto.

"Era-se monarquista, constitucionalista, ou mais ou menos nitidamente, socialista ou republicano."

2.2.4.1.15. – Assim, o proletariado, que a burguesia é obrigada a levá-lo em conta na sua luta contra a monarquia absoluta, é um proletariado já impregnado, ao menos em parte, pelas teorias socialistas ou comunistas (elas mesmas ainda não acabadas), que ela é obrigada a fingir aceitar. No entanto, tal aceitação faz-se "à alemã", de maneira puramente intelectual e teórica. Assim que a burguesia alemã percebe, sobretudo ao observar a atitude do proletariado parisiense na revolução de 1848 na França, o que significa a intervenção revolucionária da classe operária, ela se refugiará nos braços da reação, renunciando definitivamente a qualquer papel revolucionário.

2.2.4.1.16. – Mas, às vésperas de 1848, tem-se uma situação extremamente revolucionária, em que todos os elementos combinaram-se para permitir uma explosão. Do complexo quadro de forças que compõe a Alemanha e que já tentamos descrever nas linhas anteriores, Engels faz o seguinte resumo:

"Em suma, no fim do ano de 1847, a situação na Prússia e dos pequenos Estados alemães era a seguintes: a classe média consciente de sua força, decidida a não mais tolerar os entraves de um despotismo feudal e burocrático que cerceava suas transações comerciais, sua produtividade industrial, sua ação comum enquanto classe; uma fração da nobreza fundiária completamente transformada em produtores de simples mercadorias comerciais, que tinha os mesmos interesses e partilhava da mesma causa comum com a classe média. A classe dos pequenos industriais, descontente, protestando contra os impostos e os obstáculos que encontrava nos seus negócios, mas sem nenhum plano consistente que pudesse consolidar sua posição no corpo social e político; os camponeses, aqui pressionados pelas exações feudais, lá pelos emprestadores de dinheiro, os usurários e os homens da lei; os operários das cidades, arrebanhados pelo descontentamento geral, compartilhavam da mesma raiva contra o governo e os grandes capitalistas industriais e se expunham ao contágio das idéias socialistas e comunistas; em suma, uma massa heterogênea de oposição empurrada por interesses distintos, mas mais ou menos dirigida pela burguesia nas fileiras da qual marchava a burguesia da Prússia, e, em particular, a da Prússia Renana. Do outro lado, governos em desacordo sobre muitos pontos, desafiando-se umas aos outros e, sobretudo, à Prússia, cuja proteção era-lhes no entanto indispensável; na Prússia, um governo abandonado pela oposição pública, inclusive por uma fração da nobreza, apoiado em um exército e uma burocracia que infestava e dominava cada dia mais as idéias da burguesia de oposição, um governo, que, além de tudo isso, encontrava-se sem um tostão, no sentido mais literal da palavra, e na impossibilidade de obter um centavo sequer para cobrir seu crescente déficit, a não ser que se entregasse à mercê da oposição burguesa. Haveria uma situação mais esplêndida para a classe média de qualquer país, uma vez que

disputava o poder do governo estabelecido?" (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha)

2.2.4.2. A Fase Alemã da Revolução de 1848.

2.2.4.2.1. – Como decorrência de tudo o que foi dito no capítulo anterior, a revolução na Alemanha apresentava-se como a busca (inacabada em 1848) da unidade nacional⁷. A implantação das relações sociais burguesas modernas está totalmente submetida a esta questão e enquanto ela não era resolvida, a luta de classes não podia assumir seu aspecto atual, moderno, de enfrentamento definitivo entre o proletariado e a burguesia.

Tal luta de classes aparecia entravada na Alemanha, não apenas por causa dos resíduos de formas sociais anteriores (a burguesia ainda não havia arrancado o poder das mãos da nobreza), das formas políticas inadequadas ao desenvolvimento das nações modernas (monarquia absoluta), mas ainda pela ausência da unificação territorial e a necessidade de delimitar as fronteiras do Estado nacional, de afrontar a independência nacional de outros povos (Italianos, Poloneses, Húngaros, Checos, etc...) ou como aliados, ou como adversários.

A tarefa prioritária entre todas as tarefas da revolução era a de realizar a unidade nacional alemã, de instaurar um verdadeiro Estado moderno, centralizado, dotado de seus organismos institucionais, sobre as ruínas dos 36 estados que compunham a Confederação Germânica e o Império Austro-Húngaro, e suas instituições políticas e sociais superadas. Enquanto esta tarefa não fosse realizada, a revolução não podia prosseguir seu caminho e, sobretudo, não podia permitir a ação autônoma do proletariado. Para que este último pudesse manifestar claramente seus interesses de classe e lutar por seus próprios objetivos, era necessário que contribuísse para colocar o terreno sobre o qual esta atividade pudesse ser possível; é por isso que durante toda a primeira etapa de sua luta histórica, o proletariado luta ao lado da burguesia na perspectiva de empurrá-la à realização integral de seus objetivos, para depois intervir ele mesmo com base em seus amplos interesses históricos.

2.2.4.2.2. – Quando uma revolução estoura num mosaico de formas sociais e de classes com interesses particulares como na Alemanha, conjuga num lapso de tempo muito curto, diferentes aspectos, a saber, diferentes fases revolucionárias. Levando em conta a situação da Alemanha às vésperas de 1848, a explosão revolucionária devia forçosamente combinar um aspecto puramente anti-feudal (lutas dos camponeses do sul), um aspecto anti-absolutista (burguesia, uma fração dos proprietários fundiários e pequena-burguesia contra a monarquia e a nobreza), e por fim um aspecto anti-capitalista (proletariado contra burguesia), o qual só poderia destacar-se no curso dos acontecimentos.

⁷ Como a revolução de 1848 jamais encontrou seu centro, a exposição do episódio alemão de 1848 é relativamente difícil de ser realizada. Contentamo-nos aqui em enunciar os fatos marcantes e indicar as lições necessárias que o proletariado pôde tirar, antes de estudar em detalhes a tática dos comunistas no próximo capítulo.

O engavetamento destes diferentes aspectos poderia fornecer à revolução alemã de 1848 uma direção única e unificá-la sob a égide de uma das frações interessadas na subversão revolucionária, ou a burguesia, ou o proletariado. Infelizmente o que ocorreu foi uma simples simultaneidade de fenômenos revolucionários que se superpuseram em vez de fusionarem (quando não se anulam uns aos outros, como é o caso do proletariado que, por sua simples presença aniquila, em vez de estimular, a energia revolucionária da burguesia).

2.2.4.2.3. – A revolução explode na Alemanha sob a influência direta das jornadas de fevereiro de 1848 em Paris. Os Estados do Sul da Alemanha, sempre sensíveis à influência francesa desde a revolução, entram em agitação. Nos Estados de Bade, Wurtemberg, onde os camponeses ainda estavam submetidos às corvéias feudais, as revoltas tomaram o caminho de um movimento agrário anti-feudal. Ainda nos Estados do Sul, o atraso marcante de certas regiões em relação a outras fez com que o movimento não se generalizasse a outras províncias, onde o campesinato já estava pouco a pouco emburguesando-se.

Outro aspecto característico do movimento nos Estados do Sul é a oposição constitucionalista burguesa, que aí sempre se distinguiu e que organiza, nos primeiros dias de março, reuniões de pessoas visando exigir a outorga de constituições, a reunião dos parlamentos, etc. Na maior parte das vezes, obtinham dos soberanos (que, a não ser com raras exceções, permaneceram irredutíveis) a constituição de ministérios onde figuravam burgueses liberais. Como vimos anteriormente, os Estados do Sul constituíam, pela força das circunstâncias um conjunto político ao lado da Áustria e da Prússia. Os liberais destes Estados procuram unir-se e, no dia 5 de março de 1848, reunidos em Heidelberg, convocam para o fim do mês uma reunião, em Frankfurt, de deputados dos diversos parlamentos locais (Landtager), a fim de constituir um Estado federal encabeçado pelo rei da Prússia.

Portanto, deste momento em diante, a corrente liberal não podia ignorar o Estado que assumira, desde a Jo Zollverein (União Alfandegária) impondo-se como potência econômica na Alemanha, uma importância considerável em tudo o que dizia respeito à evolução política da Alemanha⁸. A Prússia é uma realidade da qual não se pode abstrair, onde havia, para os liberais, a seguinte solução: fazer da Prússia uma vez reformada no sentido liberal e constitucional, o centro de uma federação dos Estados Alemães. Ora, a questão prussiana só podia ser resolvida revolucionariamente de duas maneiras: ou a Prússia efetuava sua revolução burguesa em conjunto com os outros estados alemães, e todos fundir-se-iam no quadro de uma república una e indivisível; ou os estados alemães do Sul e do Oeste unir-se-iam em uma federação de Estados revolucionários e deveriam afrontar a Prússia para realizar a unidade revolucionária da Alemanha, o que implicaria que, para tanto, eles tivessem que se dotar de organismos adequados: governo revolucionário, exército revolucionário, etc.

"é unicamente da ruína das ditas grandes potências alemãs que pode surgir a unidade alemã. Jamais escondemos nosso ponto de vista sobre a questão. Não temos nenhum entusiasmo pela glória passada da Alemanha, nem pela sua glória presente, nem pelas guerras de liberação, nem pelas "gloriosas vitórias das armas alemãs" na

⁸ De outro lado, a Áustria desempenha um papel de comparável importância, como veremos oportunamente.

Lombardia e no Schlesvig. Mas se alguma coisa deve resultar na Alemanha, esta deve ser centralizada, deve tornar-se um império único, não apenas em palavras mas de fato. E para isso, antes de tudo, é absolutamente necessário que não haja mais Áustria ou Prússia." (Nova Gazeta Renana)

Nessa perspectiva, a posição do partido comunista consistia em defender a constituição de uma república una e indivisível, constituindo uma grande nação alemã e concedendo aos Checos a possibilidade de se federarem.

2.2.4.2.4. É por isso que desde o início da revolução alemã, todos os olhos e energia estavam dirigidos para a Prússia, a qual uniu a revolução com a insurreição de Berlim de 18 de março. Mas, entretanto, uma insurreição havia acontecido em 13 de março em Viena, na Áustria, contribuindo para abalar um pouco mais a construção alemã.

De um ponto de vista "externo", a Áustria pertencia ao quebra-cabeças alemão e o episódio vienense encontrava-se portanto no desdobramento explosivo da revolução alemã. Mas, no plano interno, a Áustria alemã conhecia uma situação mais simples do que o restante da Alemanha. Como já vimos, seguindo as explicações de Engels, o conjunto de forças que compunham a sociedade austríaca encontra-se, no início de 1848, em oposição mais ou menos aberta ao Estado monárquico; deste modo, a revolução em Viena tomou desde o início o aspecto de revolta de toda a população contra um odiado governo despótico. Forma-se uma frente comum entre a burguesia (salvo os banqueiros e agiotas), os pequenos industriais, os estudantes e os operários, que exigem a saída de Metternich e a promulgação de uma constituição. Na jornada do dia 13, face a uma manifestação que leva ao imperador uma petição pelas reformas, os soldados atiram e matam cinquenta pessoas, provocando imediatamente o erguimento de barricadas pelos manifestantes. Metternich foge diante da sublevação vitoriosa e o imperador Ferdinando outorga uma constituição. Por enquanto eram apenas objetivos burgueses mas, como de praxe, nas revoluções burguesas é o proletariado que se coloca fisicamente à frente, com coragem e determinação para fazer triunfar essas reivindicações.

Mas, rapidamente produziu-se uma cisão, ela também inevitável ao longo de toda a revolução burguesa, entre os que desejavam contentar-se com as reformas assim obtidas (a ala burguesa do movimento de março), e os que desejavam dar prosseguimento à revolução (estudantes, operários...)

"Mas, é o destino de todas as revoluções que esta união das diferentes classes – que é, até certo ponto, a condição necessária de toda revolução – não pode durar muito tempo. Tão logo obtém-se a vitória sobre o inimigo comum, os vencedores dividem-se em dois campos, e dirigem suas armas uns contra os outros. É este desenvolvimento rápido e apaixonado do antagonismo de classe que, nos velhos e complicados organismos sociais, faz da revolução um agente tão potente do progresso social e político; é esta eclosão rápida e incessante dos novos partidos que se sucedem no poder, que faz com que, nestas violentas sacudidas, uma nação percorre, em cinco anos, mais caminho do que, em circunstâncias normais, ela percorreria em um século." (Engels, Revolução e Contra-Revolução na Alemanha).

De certo modo, embora o grau de desenvolvimento entre os dois países fosse radicalmente diferente, a situação na Áustria após 13 de Março lembra a que prevaleceu na França entre fevereiro e junho de 1848. A Áustria, embora inscrita no mosaico alemão, possuía, na sua parte germânica, uma estrutura mais "orgânica" do que o resto dos Estados alemães. Viena, embora sendo o feudo do despotismo, era apesar de tudo uma capital, o que não ocorria com Berlim. Após a insurreição de 13 de Março, a burguesia chegou ao poder mas não dispunha de um verdadeiro poder político face ao Imperador., refugiado fora da capital. Frente à burguesia, o proletariado, em parte armado, aliado aos estudantes, organiza-se em clube e constitui uma ameaça para toda a fraca dominação da burguesia. Esta tem muito mais interesse em coagular, com suas conquistas, o movimento revolucionário, com o qual ela perdeu, com a partida da corte, o essencial de suas fontes de rendas (consistindo na fabricação e venda de bens de luxo à nobreza). Portanto, não desejava ver a agitação prosseguir. No entanto, a união permanecerá cimentada até o mês de maio, diante do receio de um retorno do despotismo.

2.2.4.2.5. No início de março, a agitação ganha Berlim, obrigando o rei a oferecer à burguesia concessões mínima (promessa de convocar periodicamente o Parlamento, de aceitar a liberdade de imprensa e de iniciar os passos para a realização da unidade alemã). Ao mesmo tempo, face à agitação da classe operária (que bradava que, para ela, estas concessões não eram nada), o poder monárquico organiza a repressão: dissolução pela força das assembléias populares, utilização do exército para manter a ordem nas ruas etc... Entre 13 e 16 de Março, ocorreram vários confrontos.

A oposição berlinense recebeu como uma humilhação a notícia da insurreição vienense: o ímpeto libertador não vinha de Berlim, decretada cidade-farol pelo filisteu alemão, mas da mui provinciana e habitualmente inerte capital do Reich austríaco!

Enfim, a pressão dos Estado do Sul (os liberais renanos ameaçavam a Prússia de realizar uma sucessão) levou a monarquia a fazer novas concessões no dia 17 de março, liberdade de imprensa; no 18 , convocação do Parlamento para 12 de abril, tendo como ordem do dia a constituição de um Estado alemão federado sob a hegemonia prussiana e a redação de uma constituição prussiana. Ainda insatisfeita, a burguesia organizou para 18 de março uma grande manifestação pacífica exigindo também a retirada das tropas e a constituição de uma guarda civil burguesa que pudesse, por si mesma, fazer reinar a ordem no lugar do exército. Como em Viena, a manifestação "pacífica" foi recebida sob o fogo das tropas reais e forneceu o pretexto à insurreição, na qual aproximadamente 200 vítimas (quase todas artesãos ou operários) caíram sobre as barricadas. Se bem que, entre os dias 18 e 21 de março, o ódio popular dirige-se claramente contra o rei Frederico-Guilherme IV; este não abdica, mas recua a ponto de prometer que a reunião do Parlamento decidirá a eleição de uma Assembléia nacional pelo sufrágio universal, que elaborará, em acordo com o rei, uma constituição democrática para a Prússia. O rei procura assim apresentar-se como o futuro instrumento de uma unificação da Alemanha na liberdade. Como se vê, a insurreição berlinense não atingiu de chofre o nível da revolução parisiense de fevereiro, que havia conduzido Luis Felipe a abdicar e à proclamação da república, a partir da qual a luta de classes podia continuar seu curso.

Engels qualifica a jornada de 18 de Março de "escaramuça", pois constitui apenas o ponto de partida e em nenhum caso o ponto de chegada do processo revolucionário. A burguesia não conseguiu fazer prevalecer nenhuma reivindicação social, contentando-se com o compromisso passado firmado pelo rei. O proletariado havia mostrado sua coragem física e sua capacidade ofensiva militar mas, sozinho, ele nada podia fazer e menos ainda mobilizar-se em torno de seus próprios objetivos. Tudo dependia, então, da vontade da burguesia e da sua capacidade de utilizar esta força para terminar o trabalho que mal se iniciaria: varrer a monarquia, implantar instituições burguesas, unificar o território alemão. Ora, e é aí que intervém toda a dialética da revolução alemã de 1848, longe de fortalecer a burguesia e de lhe assegurar que ela dispunha da força necessária para levar com sucesso sua missão, a demonstração de força do proletariado agiu exatamente no sentido inverso, como um freio à vontade revolucionária da burguesia. Tanto mais que, como vimos, antes de falar de burguesia alemã, era necessário levar em conta as disparidades regionais do território alemão e o fato de que a burguesia não agia no mesmo sentido da Prússia ou em outras províncias alemãs. A partir de março, o antagonismo entre a Prússia e as províncias torna-se o eixo sobre o qual vai se desenrolar toda a dinâmica revolucionária.

Se compararmos às revoluções burguesas de 1648 na Inglaterra e de 1789 na França, acontecimentos que superaram de longe, por sua amplitude histórica, sua mera dimensão geográfica, a revolução burguesa de março de 1848 foi apenas uma caricatura e um reflexo da situação histórica da burguesia alemã. O partido mais radical da revolução, a ala esquerda do partido democrata, na qual os comunistas encontravam-se fundidos por razões táticas (ver adiante capítulo 2.2.4.3.), só podia denunciar a pusilaminidade da burguesia alemã e estigmatizar seu caráter secundário, atrasado e provinciano.

"A revolução de fevereiro havia suprimido efetivamente a realeza constitucional e teoricamente a dominação da burguesia. A revolução de Março na Prússia devia criar teoricamente a realeza constitucional e efetivamente a dominação da burguesia. Longe de ser uma revolução européia, ela nada mais era do que o eco enfraquecido de uma revolução européia em um país atrasado. Em vez de estar adiantada em relação ao seu século, estava atrasada pelo menos cinquenta anos nele. Ela era desde a origem uma revolução secundária, e é sabido que as doenças secundárias são muito mais difíceis de curar e esgotam muito mais o corpo do que as doenças primárias. Não se tratava do estabelecimento de uma nova sociedade, mas do renascimento, em Berlim, da sociedade morta em Paris. A revolução de Março, na Prússia, não era nem nacional alemã, era, desde a origem, provinciana, prussiana. As sublevações de Viena, de Kassel, de Munich, as sublevações provincianas de todas as formas a acompanhavam e com ela disputavam o primeiro lugar. (...) A burguesia alemã evoluiu com tanta indolência, covardia, lentidão, que no exato momento em que se ergueu ameaçadora frente ao feudalismo e o absolutismo, percebeu frente a si o proletariado ameaçador, assim como todas as frações da burguesia cujas idéias e interesses aparentavam-se aos do proletariado (...). A burguesia prussiana não era a burguesia francesa de 1789, a classe que, frente aos representantes da antiga sociedade, da realeza e da nobreza, encarnava em si mesma toda a sociedade moderna. Ela foi rebaixada ao nível de uma espécie de casta, tão hostil à Coroa quanto ao povo, provocando os dois, reunidos, mas indecisa frente a qualquer um de seus adversários tomados separadamente, pois ela

enxergava ambos sempre à sua frente ou atrás. Inclina-se desde o início a trair o povo e a tentar compromissos com o representante coroado da antiga sociedade, pois ela mesma pertencia à antiga sociedade". (Nova Gazeta Renana, 15.12.1848)

2.2.4.2.6. No Estado de Bade, o partido radical organiza, em 19 de março, uma reunião em Offenburg, onde participam 10 000 trabalhadores: as reivindicações apresentadas são mais avançadas do que algumas concessões outorgadas na Prússia: depuração do governo, supressão da Câmara Alta do Parlamento, fusão da guarda civil e do exército, instauração de um imposto progressivo sobre a renda, separação da Igreja e do Estado. No plano dos meios revolucionários, o partido radical de Bade mostra-se igualmente mais duro: criação de clubes nas comunas encarregados do armamento e da formação militar dos cidadãos; organização centralizada dos clubes por distrito, por círculos, até um "comitê central" estabelecido em Manheim, desempenhando o papel de contra-governo. No entanto, não se pronunciaram por uma república secessionista, pois esperavam que os outros estados evoluíssem no mesmo sentido que o seu e que o futuro parlamento proclamaria a república.

Na Prússia Renana, onde a Liga dos Comunistas era particularmente forte, a Liga apresenta desde 3 de Março, em Colônia, reivindicações sociais (proteção do trabalho, ensino gratuito, etc...), além das reivindicações políticas.

Face ao medo da extensão de tais "transbordamentos" aos outros estados alemães, os liberais burgueses preocupam-se em encontrar uma solução para frear o curso da revolução.

2.2.4.2.7. A partir deste momento a revolução, na sua primeira fase, estabiliza-se após um duplo movimento: o de recuo de uma fração da burguesia que realmente não deseja conduzir uma política revolucionária ; o de concessão da monarquia, que compreendeu que cedendo um pouco de terreno podia-se fazer da burguesia um aliado contra a pequena-burguesia radicalizada e o proletariado. Nesse terreno de entendimento, constrói-se o que Marx e Engels chamam de política do entendimento: o compromisso (entendimento) entre a Coroa e a burguesia. Em 29 de Março, são dois liberais renanos: Camphausen, banqueiro de Colônia e Hansemann, que propõem ao rei Frederico-Guilherme IV a constituição de um governo. Camphausen entra como primeiro ministro, Hansemann como ministro das Finanças. Do lado da Coroa, esta concessão parecia garantir o status quo face ao risco de transbordamento proletário.

"Era preciso fazer as concessões necessárias, mas não ir além do inevitável; devia-se constituir um ministério formado pelos chefes da oposição da Dieta reunida, e, em troca dos serviços que prestaria salvando a Coroa, ser-lhe-ia dado o apoio de todos os pilares do antigo governo: aristocracia feudal, a burocracia, o exército. Nestas condições é que os Srs. Camphausen e Hansemann iniciaram formação de um gabinete." (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha).

Conseqüentemente, até o compromisso entre a burguesia e a monarquia era manobrado a favor da última. Se os burgueses liberais têm a impressão de se dedicarem para impedir que a revolução tome um curso muito radical, de fato o exercício do governo lhes é concedido pelas antigas forças sociais (aristocracia feudal, burocracia, exército) na

esperança de se proteger da tormenta. Neste compromisso falsificado, o governo devia reservar seus golpes para o proletariado e poupar a nobreza e o poder real. Daí o fato de que não se empreendem qualquer ação para modificar os organismos do poder, que continuavam sendo instrumentos nas mãos do absolutismo.

"O rei, no auge do desânimo após a insurreição de 18 de Março, compreendeu rapidamente que era tão necessário aos ministros "liberais" quanto eles o eram para ele. A insurreição havia poupado o trono; o trono era o único obstáculo erguido contra a anarquia; a classe média liberal e seus chefes, os ministros do momento, tinham, portanto todo o interesse em manter excelentes relações com a Coroa. O rei e a camarilha reacionária que o circundava não tardaram a perceber isso e aproveitaram a circunstância para bloquear a iniciativa do ministério inclusive a propósito de pequenas reformas que, em outra época, manifestaram a intenção de realizar."

A Nova Gazeta Renana resume em uma frase a agitação do governo Camphausen, dizendo que este ministério não havia nascido "graças à revolução de março, mas após a revolução de março!"

Em outras palavras, a relação que une o governo Camphausen à revolução de março testemunha a fraqueza desta revolução. Não se trata de um organismo produzido pelo movimento revolucionário e que lhe serve de expressão, trata-se do fruto de um compromisso realizado entre as forças reacionárias e as forças burguesas que não querem dar-se os meios de uma política revolucionária. O governo Camphausen não é um governo revolucionário, pois a revolução de março permitiu-lhe simplesmente existir; ela não o produziu.

"Com efeito, desde o início do drama revolucionário era evidente que a burguesia liberal não podia ocupar o terreno contra os partidos feudal e burocrático, vencidos mas não destruídos, a não ser que apelasse para o apoio dos partidos populares e mais avançados; era igualmente evidente que lhe era necessário, para fazer frente à torrente destas massas mais avançadas, o apoio da nobreza feudal e da burocracia. Era portanto evidente que, nem na Áustria ou na Prússia, a burguesia era forte o suficiente para manter-se no poder e adaptar as instituições do país às suas próprias necessidades e idéias pessoais. O ministério da burguesia liberal era apenas uma etapa a partir da qual, segundo o desenrolar dos acontecimentos, o país podia ou chegar a um estágio mais avançado do republicanismo unitário, ou recair no antigo regime clérigo-feudal e burocrático. Em qualquer caso, ainda restava travar a batalha decisiva; os acontecimentos de março foram apenas simples escaramuças." (Engels. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha).

Longe de ser um ponto final, o movimento de 18 de março foi o desencadeador da revolução. Esta "escaramuça" forneceu sobretudo a possibilidade de estabelecer uma dinâmica em que as camadas mais populares, após haverem contribuído para levar ao poder a grande burguesia contra a nobreza e a burocracia, vão rapidamente perceber que a maior parte do caminho ainda está por ser feita.

"A revolução derrubou todas as forças da monarquia absoluta, nobres, burocracia, militares e curas. Levou ao poder exclusivamente a grande burguesia. Deu ao povo esta arma que é a liberdade de imprensa sem caução – o direito de associação – e também, ao menos em parte, a arma material, o mosquetão.

Mas isto não é ainda o resultado essencial. O povo que lutou e venceu nas barricadas é um povo completamente diferente do que aquele que se reuniu em 18 de Março diante do castelo, para ser instruído, a partir ataques dos dragões, sobre o significado das concessões obtidas. Ele é capaz de qualquer coisa e tem uma atitude completamente diferente frente ao governo. A conquista mais importante da revolução é a própria revolução." (Nova Gazeta Renana, 15.06.1848)

2.2.4.2.8. Um outro fato testemunha o caráter puramente preliminar da revolução de março: a reunião de duas assembléias que não adotam os meios revolucionários para exprimirem sua soberania e perpetuam a divisão da Alemanha. De 31 de março a 2 de abril, reúne-se em Frankfurt um pré-parlamento (Vorparlament) reunindo deputados do Sul e do Oeste da Alemanha, essencialmente intelectuais liberais (professores, juristas, etc...). a ala radical (Struve, Hecker) não vai além da reivindicação de uma república federal de tipo suíço. O pré-parlamento decide realizar eleições pelo sufrágio universal direto mas – tirando a minoria radical – recusa-se a ter assento permanente enquanto isso e cria uma comissão de 50 membros que apenas reagrupa deputados monarquistas e, sem nada empreender contra os soberanos, deixa ao futuro parlamento a tarefa de elaborar uma constituição. Eleito em primeiro e em 8 de maio o Parlamento de Frankfurt, que se auto-intitula Assembléia Nacional Alemã, toma posse em 18 de maio.

Ao mesmo tempo é eleito em primeiro e em 3 de maio de 1848 um parlamento prussiano, em Berlim, que substitui a Dieta imperial unificada. Os deputados que aí são eleitos representam menos os notáveis do que em Frankfurt (um certo número de deputados são camponeses e artesãos) e formam uma assembléia não radical. Ora, cada uma destas assembléias repousava em terreno diferente. A assembléia prussiana tinha o mérito de representar realmente uma província e de encarnar, portanto, uma certa realidade. A assembléia nacional alemã de Frankfurt, ao contrário devia começar a criar sua base material, isto é, realizar a unidade da Alemanha. A situação era então a seguinte: a Assembléia que não repousava sobre uma base nacional devia empreender a maior energia revolucionária para criá-la; e a que não emanava de um país real não podia, precisamente por causa da natureza contra-revolucionária deste país real, a Prússia, exercer um papel revolucionário.

"Quanto a força legal das decisões da Assembléia (de Frankfurt, ndr) tal ponto de vista jamais foi reconhecido pelos grandes governos nem decretado pela própria Assembléia, se bem que a questão permaneceu suspensa. E deste modo tivemos o estranho espetáculo de uma Assembléia que pretendia ser a única representante legal de uma grande e soberana nação, mas não possuía nem a vontade nem a força para fazer valer suas pretensões. Sem qualquer resultado prático, os debates desta assembléia também não representavam valor teórico; apenas repisava-se os mais vulgares lugares comuns de escolas filosóficas e jurídicas ultrapassadas. (...) A assembléia nacional alemã era o Parlamento de um país imaginário, pois recusava a tarefa de criar o que constituía a primeira condição de sua existência, a Alemanha

unificada; é que ela discutia medidas imaginárias e nunca realizáveis, de um governo imaginário, de sua própria criação, e adotava resoluções imaginárias que não preocupavam ninguém." (Engels, Revolução e Contra-Revolução na Alemanha).

2.2.4.2.9. Assim, somente a Assembléia Nacional de Frankfurt colocava-se no terreno da "Alemanha" e não no de um de seus estados, mas isso num plano puramente ideal. Para criar o verdadeiro terreno sobre o qual ela devia se apoiar, seria necessário que a Assembléia de Frankfurt se comportasse como organismo revolucionário e tomasse todas as medidas necessárias.

"Uma assembléia nacional constituinte deve, antes de mais nada, ser uma assembléia ativa; ativa no sentido revolucionário. A Assembléia de Frankfurt faz exercícios parlamentares escolares e deixa os governos agirem. Admitamos que este sábio conselho conseguisse, após madura reflexão, elaborar a melhor ordem do dia e a melhor constituição, de que serviriam a melhor ordem do dia e a melhor constituição se, entretantes, os governos colocaram as baionetas na ordem do dia?" (Nova Gazeta Renana. 07.07.1848)

Assim, é através da Nova Gazeta Renana que a voz da revolução radical (num terreno ainda burguês) ergue-se para ditar à Assembléia Nacional as medidas que lhe teriam dado imediatamente uma autoridade revolucionária e lhe teriam permitido exercê-la. A Assembléia Nacional, devia declarar-se a única expressão da vontade soberana do povo alemão e para isso devia:

- Criar um órgão central de poder (governo revolucionário) que, ao lado dos outros, empreende a luta contra estes governos alemães.

"Sem dúvida alguma, é inicialmente necessário que o governo central da Alemanha, eleito pela Assembléia nacional, erga-se ao lado dos governos que ainda existem de fato. Mas com sua existência, já começa a luta contra os governos de cada estado e, nesta luta, ou é o governo comum a toda a Alemanha e a unidade da Alemanha que soçobrarão, ou então serão os governos de cada Estado com seus príncipes constitucionais ou suas minúsculas repúblicas." (Nova Gazeta Renana, 07.06.1848)

- Dissolver as outras representações parlamentares (assembléias locais da Prússia e da Áustria).

- Utilizar medidas ditatoriais para despedaçar os poderes do absolutismo, esteja ele na Prússia ou em outros estados alemães.

- Dotar-se de um braço armado para fazer aplicar, se necessário pela força, as medidas revolucionárias que seria levada a tomar.

Ora, a assembléia nacional alemã de Frankfurt representava a burguesia alemã e esta burguesia possuía a têmpera revolucionária de seus consortes ingleses e franceses. O projeto mais radical ao qual ela podia chegar era o de uma república federal calcada no modelo da América do Norte. Ora,

"Os Estados-Unidos da América do Norte, sem levar em conta que são todos constituídos da mesma maneira, estendem-se sobre um território tão grande quanto o da Europa civilizada. Só se poderia encontrar uma analogia em uma federação européia. Para que a Alemanha venha a se federar com outros países é necessário, antes de tudo, que se torne um país. Na Alemanha, a luta pela centralização contra um sistema federativo, é a luta entre a civilização moderna e o feudalismo." (idem)

A fraqueza da burguesia alemã exprime-se no fato de que sua Assembléia Nacional não tinha sede na capital, como Londres ou Paris, onde as massas operárias pudessem servir-lhe de ponto de apoio, mas em uma cidade provinciana que nada representava. Antes mesmo de tomar a menor medida revolucionária a Assembléia de Frankfurt afundou-se no falatório e na infundável discussão de princípios, desconectando-se completamente do movimento revolucionário.

"Muito longe de ser o órgão central do movimento revolucionário, ela nem mesmo foi, até o momento, seu eco". (idem)

Entretanto, a Nova Gazeta Renana não comete o erro de confundir o ponto de partida da luta com o seu ponto de chegada. Ela não repreende a Assembléia de Frankfurt por não proclamar logo de saída a república una e indivisível, mas por não tomar nenhuma medida para fazer triunfar essa reivindicação. A Nova Gazeta Renana, lembra à Assembléia de Frankfurt qual é, em princípio, sua missão: forjar um terreno revolucionário, contribuir para criar as condições para a realização da revolução.

"Nós não exigimos, o que seria utópico, que a República alemã una e indivisível seja proclamada a priori, mas exigimos do partido denominado radical-democrata que não confunda o ponto inicial da luta e do movimento revolucionário com o ponto final. A unidade alemã, assim como a constituição alemã, só podem ser o resultado de um movimento onde os conflitos internos e as guerras com os Leste o levarão a tomar uma decisão. A organização definitiva não pode ser decretada; ela vai junto com o movimento que temos que realizar. Não se trata de realizar tal ou qual opinião, tal ou qual idéia política, trata-se de compreender muito bem a evolução dos acontecimentos. A assembléia nacional tem como única tarefa fazer de imediato os passos praticamente possíveis."(idem)

2.2.4.2.10. A burguesia alemã, portanto, não soube aproveitar o impacto do movimento de março para conduzir uma política revolucionária. Assim precedendo, ela confirma o dilema na qual encerrou-se toda burguesia moderna, que demorou demais para apossar-se do poder político: ela deseja desembaraçar-se da Coroa apoiando-se no povo, mas deseja negociar com a Coroa para se defender dos excessos populares. Ora, a revolução – muito mais a burguesia do que outra qualquer – não pode satisfazer-se de meias-medidas. Ou ela desenvolve com ousadia uma lógica revolucionária, ou ela se coagula e, assim sendo, envereda em sentido oposto numa espiral contra-revolucionária. Segundo as palavras de Saint-Just, os que fazem revoluções pela metade apenas cavam seus próprios túmulos. Querer negociar com a monarquia (objetivo da política de "entendimento" do governo burguês Campahausen) era renunciar, desde o início, a despojá-la dos instrumentos do poder: exército, burocracia, etc. Era deixá-la intacta e a ponto de atacar, o que ela não

deixará de fazer, como veremos, a partir do momento em que a vaga revolucionária acusar o menor recuo.

Ora, essa atitude pusilânime da burguesia só existia porque esta já se encontrava frente a um outro inimigo: o proletariado revolucionário, não apenas em Berlim e em Viena, mas também em Paris onde a classe operária acabava de derrubar, em fevereiro de 1848, precisamente o mesmo tipo de governo (monarquia constitucional) que constituía na época o supra-sumo da forma de dominação política da burguesia.

Março de 1848 não constitui portanto o primeiro ato mas apenas o prólogo da revolução. Só que os episódios vindouros não proviriam mais da esfera burguesa, mas do campo da atividade proletária.

"Os resultados da revolução eram os seguintes: de um lado, o armamento do povo, o direito de associação, a soberania do povo efetivamente conquistada; do outro, a manutenção da monarquia e do ministério Camphausen-Hanseemann, ou seja, o governo dos representantes da alta burguesia.

Em suma, a revolução não havia terminado. O povo havia deixado surgir um ministério de grandes burgueses e os grandes burgueses manifestaram imediatamente suas tendências, propondo uma aliança à velha nobreza prussiana e à burocracia." (Nova Gazeta Renana – 13/6/1848)

Por mais que a continuação da revolução tivesse exigido por parte da burguesia medidas ousadas ("Uma assembléia que se encontra no "terreno revolucionário" não pratica o entendimento, decreta" NGR 14/6/1848), sua interrupção exigia por parte da burguesia sua negação pura e simples. Foi por isso que a burguesia começou um debate para saber se era preciso outorgar à jornada de 18 de março o título de revolução. Ao declarar a revolução terminada com o 18 de março, a burguesia negava qualquer possibilidade de continuar essa revolução e, portanto, colocava-se diretamente sob o jugo da Coroa já que a "revolução" de 18 de março havia deixado esta intacta. Tudo isso ocorreu sob a impressão causada pela ameaça formada pelo proletariado em armas.

"A alta burguesia, desde sempre contra-revolucionária, concluiu, por medo do povo, isto é dos operários e da burguesia democrática, uma aliança ofensiva e defensiva com a reação. Os partidos reacionários unidos engajaram o combate contra a democracia colocando em questão a revolução. Negou-se a vitória do povo; fabricou-se a célebre lista dos "17 mortos do exército"; enegreceu-se de todas as maneiras possíveis os combatentes das barricadas. Mas não era suficiente. O ministério acabou reunindo mesmo a Dieta unificada convocada antes da revolução e estabelecendo post festum a passagem legal do absolutismo à Constituição. Assim, negava-se a revolução. Além disso, inventou a teoria do entendimento, negando assim, uma vez mais, a revolução e ao mesmo tempo a soberania do povo. A revolução foi portanto realmente colocada em questão, e isso foi possível porque ela era apenas uma semi-revolução, o início apenas de um longo movimento revolucionário (...) Reconhecer a revolução significava, naquele momento, reconhecer justamente que ela tinha ficado a meio caminho e assim reconhecer o movimento democrático dirigido contra uma parte dos resultados da revolução. Isso

significava reconhecer que a Alemanha estava presa no movimento revolucionário no qual o ministério Camphausen, a teoria do entendimento, as eleições pelo sufrágio indireto, a dominação dos grandes capitalistas e os próprios debates da Assembléia podiam, certamente, constituir etapas inevitáveis, porém, de modo algum, resultados definitivos". (Nova Gazeta Renana – 13/6/1848)

Ora, a partir do momento em que a revolução burguesa não se colocava imediatamente como tarefa seu próprio desenvolvimento conforme uma linha ascendente, ela só podia seguir o curso descendente rumo à contra-revolução. Esta é uma lei inexorável da revolução burguesa que, se por meio do proletariado, fraqueja frente à reação, coloca-se na condição de ser devorada por esta. Foi o que aconteceu com a revolução francesa que, depois dos massacres de junho de 1848, estava à mercê do golpe de Estado bonapartista. Do mesmo modo, em junho de 1848, o governo Camphausen foi levado a pedir demissão pela contra-revolução que se reerguia, e isso na mesma lógica com a qual havia tentado "entender-se" com a monarquia em vez de derrubá-la.

"A serviço da grande burguesia, ele teve de procurar frustrar a revolução de suas conquistas democráticas; em luta contra a democracia, teve de aliar-se ao partido aristocrático e tornar-se o instrumento de seus apetite contra-revolucionários. Esse partido tornou-se suficientemente forte para desfazer-se de seu protetor. O Sr. Camphausen semeou a reação no sentido compreendido pela grande burguesia e colheu-a no sentido compreendido pelo partido feudal". (NGR – 23/6/1848)

2.2.4.2.11. Outro testemunho da fraqueza de espírito da burguesia alemã e de sua falta de caráter revolucionário reside na maneira como ela abordou a política internacional da revolução de 1848.

Como vimos (cf. cap. 2.2.4.1.), a Alemanha tinha chegado à metade do século XIX sem ter realizado sua unidade. O que implicava que a solução interna da questão alemã passava inicialmente pela delimitação de suas fronteiras no exterior, com relação às nações que a rodeavam. Tudo isso eventualmente ao preço de uma guerra revolucionária que teria resgatado o secular engajamento dos alemães ao lado do absolutismo em todas as guerras do passado.

Mas somente a Nova Gazeta Renana, órgão da extrema-esquerda do partido democrático, onde agiam momentaneamente os comunistas, defendeu até o fim com clareza essa posição.

"Um país como a Alemanha, constringido a fazer um esforço para sair da mais indescritível fragmentação e chegar à unidade; um país que precisa, sob o risco de perecer, de uma centralização revolucionária tanto mais estrita que até então ele estava distorcido; um país que abriga em seu seio duas dezenas de Vendées, cercado pelos dois mais possantes e mais centralizados Estados continentais, rodeado de inúmeros pequenos vizinhos com os quais mantém relações tensas, quando não está em guerra com eles – um país como esse, na época presente da revolução geral, não pode escapar nem à guerra civil, nem à guerra externa. E essas guerras, sem dúvida iminentes, serão tanto mais perigosas, tanto mais devastadoras quanto mais

irresoluta for a atitude do povo e de seus dirigentes, quando mais a decisão for adiada." (NGR – 19/7/1848)

Nas teses seguintes, examinaremos as questões internacionais às quais o proletariado e a burguesia foram confrontados durante o ano de 1848-49.

2.2.4.2.12. Como vimos na introdução desse trabalho sobre a revolução européia de 1848 (cf. cap. 2.2.1. de CouC nº 5, pp. 28-35), os comunistas possuíam uma visão mundial do desenrolar da revolução. Nessa perspectiva, o sucesso da revolução na Europa só poderia ocorrer destruindo-se o principal foco contra-revolucionário: a Rússia czarista, por meio de uma guerra revolucionária européia que, implicando a Inglaterra, teria permitido ao proletariado desse país levar a bom termo uma revolução proletária pura. Ora, para o sucesso de uma tal guerra revolucionária, as burguesias européias que acabavam de chegar – e não inteiramente – ao poder, deveria ter tomado uma série de medidas revolucionárias (levante em massa, organização de um exército revolucionário, exercício do terror internamente etc...) das quais já não eram capazes sem suscitar imediatamente uma outra potência: o proletariado revolucionário. É por isso que, se o espectro da guerra com a Rússia assombrava todo o movimento de 1848, as burguesias evitaram cautelosamente fazer qualquer passo nessa direção e foi o proletariado que, sozinho, herdou essa reivindicação.

Rapidamente, derrotar o proletariado tornou-se uma questão mais importante para a burguesia do que conservar seu próprio poder. Foi por isso que, na ausência de um movimento proletário forte na Inglaterra, todas as atenções estavam voltadas para Paris, centro político da revolução. Foi de Paris que partiu, em fevereiro, o sinal das revoluções de Viena e de Berlim; foi de Paris que veio, em junho, o sinal da contra-revolução; e era de Paris que se esperava novamente a retomada dos combates revolucionários. Até junho, a revolução seguiu um curso ascendente, a burguesia totalmente paralisada frente às iniciativas de seu aliado proletário. A partir de junho, sabe-se que este não é mais invencível e então a burguesia pode voltar a movimentar-se, retomar a iniciativa, ainda que, em aliança com a reação, apelasse para a contra-revolução contra si mesma. Os combates nas barricadas em junho haviam igualmente mostrado no plano militar que o proletariado podia ser vencido, e isso foi uma lição para as burguesias européias que lhes permitiu travar o combate.

Qualificamos a Alemanha (cf. CouC nº 5, p. 31) de pólo dinâmico da revolução de 1848. Com efeito, devido à sua situação de "não-Estado" no centro da Europa, devido à sua necessidade de se delimitar dentro de fronteiras nacionais liberando imediatamente as nacionalidades vizinhas (poloneses, húngaros, italianos, etc...) a Alemanha encontrava-se no centro de todas as questões internacionais da revolução. Ela estava imediatamente confrontada, na Polônia por exemplo, com a Rússia, e sua unificação exigia previamente o desmantelamento de toda a construção política edificada pela Santa Aliança, assim como a derrocada do poder da Rússia reacionária sobre a Europa. Essa missão alemã, verdadeira cruzada revolucionária, devia assumir ademais a feição de uma missão redentora pois, historicamente, os alemães, submetidos aos interesses divergentes de outras potências européias, haviam servido interesses contra-revolucionários e em todo lugar combatido a revolução.

"A responsabilidade pelas infâmias cometidas em outros países com a ajuda da Alemanha não recai unicamente sobre os governos, mas em grande parte sobre o próprio povo alemão. Sem sua cegueira, sua alma de escravo, sua aptidão inata em fornecer soldados, "bonachões", lacaios de carrascos e instrumentos a serviço dos senhores de "direito divino", o nome "alemão" seria menos odiado, maldito, menosprezado no exterior; os povos oprimidos por culpa da Alemanha teriam chegado há muito tempo a um estado normal de livre desenvolvimento. Agora que os alemães sacodem seu próprio jugo, também deve mudar toda sua política externa, senão aprisionaremos nossa jovem liberdade, até agora sequer pressentida, nos mesmos laços com os quais acorrentamos os povos estrangeiros (...); a grande massa das classes médias e da classe operária compreende ou sente que a garantia de sua própria liberdade reside na liberdade dos povos vizinhos". (NGR – 3/7/1848)

O movimento revolucionário na Alemanha devia, portanto, mais do que qualquer outro, combinar-se naturalmente com o movimento revolucionário dos outros países. Mas sua fraqueza era tanta que não soube nem ir ao apoio desses movimentos, nem apoiar-se neles para reforçar-se.

2.4.2.2.13. Se o atraso da revolução burguesa na Alemanha não havia permitido à burguesia desse país de se constituir em classe dominante, ela não deixava de possuir as características da burguesia moderna e, notadamente, uma vez chegada ao poder em âmbito nacional, de colocar-se como partidária do imperialismo. Antes mesmo de ter conquistado seu lugar na própria Alemanha – e isso por medo da intervenção do proletariado – a burguesia alemã dava livre curso a seus interesses imperialistas. Mas, num país em que todo desenvolvimento se havia realizado no modo de pensar, esse apetite imperialista expressava-se sob a forma sonhadora do romantismo, que havia teorizado a supremacia do "espírito germânico". Assim, na questão da delimitação dos contornos nacionais do território alemão, emergiram reivindicações absurdas que pregavam o vínculo à Alemanha de todos os territórios nos quais se falava alemão (Alsácia-Lorena, Países Bálticos, Suíça, Polônia, etc). Desse modo, como observa ironicamente Engels, podia-se invocar igualmente a reunião dos ... Estados Unidos da América a essa "Grande-Alemanha"!

Com efeito, a língua só constitui um critério de pertinência nacional na medida em que está reunida a outros elementos da base material (unidade territorial, mercado interno, unificação das nacionalidades, etc.). Sua manutenção no seio de pequenas comunidades situadas fora da esfera nacional não permite em nada vincular esses territórios à nação-mãe. Ademais, as nações modernas constituíram-se freqüentemente integrando elementos de diversas nacionalidades, enriquecendo ao mesmo tempo o fundo nacional predominante.

Contra o capricho dos nacionalistas românticos, a posição do partido comunista consiste em estudar historicamente qual é a verdadeira destinação de cada povo (e em primeiro lugar se ele é capaz de uma ação revolucionária), segundo critérios materialistas. Foi assim que o partido fustigou a política de abandono realizada pela Prússia contra a Dinamarca na questão dos ducados do Schlesvig-Holstein, mas ergueu-se contra a política imperialista do governo prussiano (aliado da Rússia) contra a Polônia.

2.2.4.2.14. A Dinamarca era um país totalmente dependente da Alemanha, tanto na indústria e no comércio como no plano político e literário. As províncias do sul da Dinamarca (ducados de Schlesvig e Holstein), situadas no istmo que liga a Alemanha à Escandinávia, eram fortemente germanizadas. Ademais, sua situação as colocava como uma chave do desenvolvimento da Alemanha no plano militar (naval) e comercial.

Em março de 1848, a outorgação por parte do rei da Dinamarca, Frederico VII, de uma constituição comum à Dinamarca e ao Schlesvig, levou os alemães a constituir um governo provisório e a pedir ajuda à Prússia. Se antes da revolução alemã a agitação nos ducados tinha um caráter separatista pequeno-burguês (não se poderia exigir a vinculação a uma Alemanha que ainda não existia), com o início da revolução alemã abria-se um novo horizonte revolucionário ao movimento burguês na Dinamarca.

A partir de então, o apoio ao governo revolucionário provisório do Schlesvig-Holstein tornou-se uma questão crucial para a revolução, e a guerra pelos ducados tornou-se uma guerra revolucionária pela democracia.

"A revolução do Schlesvig-Holstein e o governo provisório que dela emergiu ainda possuíam, mesmo no início, um caráter pequeno-burguês. Mas a guerra obrigou a que se entrasse no caminho da democracia. Graças a esse governo do qual participam apenas honestos velhos liberais...), o Schlesvig-Holstein recebeu leis mais democráticas do que qualquer outro Estado alemão. De todas as assembleias alemãs, a Assembleia provincial de Kiel é a única que tinha como base não apenas o sufrágio universal, mas também eleições diretas. O projeto de constituição que lhe foi submetido pelo governo é o mais democrático jamais redigido em alemão. O Schlesvig-Holstein, que até então encontrava-se politicamente a reboque da Alemanha, obteve de repente, graças à guerra revolucionária, instituições mais progressistas que todo o resto da Alemanha." (NGR – 10/09/1948)

Mas a Prússia, no âmbito de sua política contra-revolucionária, desenvolveu contra a Dinamarca um "simulacro de guerra", sem procurar explorar a vantagem que ela havia adquirido contra a Dinamarca desde as primeiras batalhas. No plano militar, a campanha foi uma traição sistemática dos interesses alemães na Dinamarca e denunciada enquanto tal pelos revolucionários.

"E quem esteve desde o início, ao lado da Dinamarca? As três potências européias mais contra-revolucionárias: Rússia, Inglaterra e o governo prussiano. Enquanto pôde, o governo prussiano fingiu estar guerreando; basta pensar na nota de Wildenbruch (enviado secreto do rei da Prússia que pregava a guerra contra o governo revolucionário do Schlesvig e não contra as autoridades dinamarquesas – ndr), na pressa com a qual, a partir de representações da Inglaterra e da Rússia, esse governo ordenou a retirada do Jutland,; basta pensar, enfim, no segundo armistício! A Prússia, a Inglaterra e a Rússia são as três potências que mais têm a temer a revolução alemã e sua consequência primeira, a unidade alemã: a Prússia, porque deixaria então de existir; a Inglaterra, porque o mercado alemão seria assim subtraído à sua exploração; a Rússia, porque assim a democracia não poderia deixar de avançar, não apenas até a Vístula, mas inclusive até a Duna e o Dniepr. Prússia,

Inglaterra e Rússia fizeram um complô contra o Schlesvig-Holstein, contra a Alemanha e contra a revolução." (idem)

2.2.4.2.16. Como em todas as outras questões da revolução alemã, cabia à Assembléia de Frankfurt encarnar, frente à Prússia, o poder revolucionário. No caso, a Assembléia de Frankfurt devia recusar-se a ratificar o vergonhoso armistício entre a Prússia e a Dinamarca, mesmo e sobretudo se isso devia conduzi-la a decidir-se a assumir ela mesma a liderança de uma guerra revolucionária não apenas contra a Dinamarca, mas também contra a Prússia e a Rússia.

"Se ela (a Assembléia Nacional – ndr) decide abandonar o armistício, teremos então uma guerra européia (grifado por CouC), uma ruptura entre a Prússia e a Alemanha, novas revoluções, a ruína da Prússia e a verdadeira unidade da Alemanha. Que a Assembléia não se deixe intimidar: pelo menos dois terços da Prússia estão com a Alemanha. Mas será que os representantes da burguesia em Frankfurt não preferirão aceitar todas as afrontas, submeter-se à escravidão da Prússia, em vez de ousar desencadear uma guerra revolucionária européia, em vez de exporem-se a novas tempestades, em vez de colocarem em risco sua própria dominação na Alemanha? (...) Se a Assembléia decide manter o armistício, teremos então a proclamação da república e, a guerra civil no Schlesvig-Holstein, a sujeição do poder central à Prússia, o desprezo geral de toda a Europa pelo poder central e pela Assembléia e, ademais, tudo o que é preciso como complicações para esmagar todos os futuros ministérios do Império debaixo de indissolúveis dificuldades." (NGR – 10/11/1848)

Recusando-se finalmente a assumir o comando de uma cruzada revolucionária e aceitando (em 5 de setembro de 1848) o armistício assinado em Malm (Suécia) no dia 26 de agosto de 1848, a Assembléia de Frankfurt e, com ela, a burguesia alemã, dava um novo passo rumo à sua total desconsideração enquanto força revolucionária. Esse episódio leva a Nova Gazeta Renana a concluir que aquilo que mais faltava na Alemanha, como no próprio partido da revolução e no da contra-revolução, era coragem. Qualquer que fosse a direção a ser tomada pelo movimento, nenhum dos dois adversários era capaz de golpear decisivamente o outro e de abreviar, num sentido ou noutro, os tormentos da luta. A traição da Assembléia de Frankfurt na questão do Schlesvig-Holstein provocou uma força revolucionária: insurreição republicana no dia 18 de setembro em Frankfurt, proclamação da república no Bade etc, mas esses movimentos são esmagados pelas tropas prussianas e austríacas chamadas em reforço.

2.2.4.2.16. A fraqueza e a falta de energia da Assembléia de Frankfurt pode ser ainda melhor lida no episódio polonês, pois a questão da Polônia constituía um momento crucial não apenas da revolução alemã, mas ainda da revolução européia. Com efeito, toda a contra-revolução européia apoiava-se na partilha da Polônia, assim como o poder das 3 nações que dela constituíam a ponta de lança no continente: Prússia, Rússia e Áustria.

"Essa divisão da Polônia, realizada pelas três grandes potências, é a ligação que as atrela entre elas; a bandidagem comum tornou-as solidárias uma das outras." (NGR – 19/8/1848)

Ora, essa divisão só pôde ser realizada com o apoio ativo da nobreza feudal polonesa, que encontrava assim a garantia de poder continuar a explorar impiedosamente o campesinato. A divisão da Polônia apoiava-se portanto num compromisso no qual a nobreza feudal formava o quarto pilar; assim, qualquer insurreição nacional na Polônia deveria imediatamente assumir um caráter social. A revolução nacional nada mais poderia ser do que uma revolução camponesa democrática e anti-feudal.

"Os grandes países agrícolas entre o Báltico e o Mar Negro só podem liberar-se da barbárie patriarco-feudal por uma revolução agrária que transforme os servos camponeses ou sujeitos à corvéia em proprietários fundiários livres, uma revolução que seja no campo exatamente a mesma que a revolução francesa de 1789. (...) Desde o dia em que foram oprimidos, os poloneses agiram como revolucionários e acorrentaram ainda mais solidamente seus opressores à contra-revolução. Eles constrangeram-nos a manter o estado patriarco-feudal, não apenas na Polônia, mas também em todas as outras possessões. E, notadamente desde a insurreição de Cracóvia em 1846, a luta pela independência da Polônia é ao mesmo tempo a luta pela democracia agrária – a única possível na Europa Oriental – contra o absolutismo patriarco-feudal. (NGR – 10/8/1848)

A questão polonesa interessava portanto para a Alemanha revolucionária sob dois aspectos: sustentar uma revolução na Polônia era afrontar a contra-revolução russa; por outro lado, no plano interno, significava permitir o estremecimento revolucionário das antigas condições sociais e a eliminação dos resíduos do feudalismo.

"Portanto, enquanto nós ajudarmos a oprimir a Polônia, enquanto acorrentarmos uma parte da Polônia à Alemanha, enquanto permanecermos acorrentados à Rússia e à política russa, não poderemos anular radicalmente em casa o absolutismo patriarco-feudal. A instauração de uma Polônia democrática é a condição primeira para a instauração de uma Alemanha democrática." (idem)

Havia uma outra razão pela qual o restabelecimento de uma Polônia unificada exigia que se fizesse uma guerra contra a Rússia. Restaurar a Polônia nas suas fronteiras de 1772 significava espoliar a Alemanha dos territórios poloneses germanizados a Oeste e correr o risco de vê-los – caso recaíssem sob a influência da nobreza polonesa – conhecer uma involução com relação à restauração das relações patriarco-feudais. Ao mesmo tempo, na superfície, a Polônia tinha direito de reencontrar o equivalente de sua extensão antes da divisão de 1772. Isso implicava que uma Polônia democrática devia ganhar território a Leste (isto é, contra a Rússia), o que significava ao mesmo tempo o avanço da revolução em direção ao Oriente, o que não era possível sem conflito. Evidentemente, um recorte como esse não ia em hipótese alguma no sentido das anexações prussianas. A NGR denunciava a "sétima partilha da Polônia" que o Parlamento de Frankfurt aprovaria sob o risco de jogar os poloneses nos braços da contra-revolução (cf. NGR – 9/6/1848). Aqui também, a questão social e a questão nacional eram inseparáveis, pois não se tratava de reivindicar abstratamente o "direito do povo polonês" de restaurar suas fronteiras de 1772, caso isso conduzisse ao restabelecimento de uma nação feudal agrária. É por isso que na Alemanha o verdadeiro apoio à revolução polonesa não vinha da burguesia, mas do proletariado.

"O partido avançado da Alemanha – com a idéia de que uma guerra com a Rússia era necessária para manter o movimento no continente – convencido de que o reestabelecimento, como nação, ainda que de uma parte apenas da Polônia, levaria a essa guerra, apoiava portanto os poloneses; a classe média, a classe que estava no poder (a burguesia – ndr) previa ao contrário claramente que uma guerra nacional com a Rússia seria o sinal de sua queda, porque seria preciso colocar no poder homens mais ativos e mais enérgicos. Assim ela fingia um grande entusiasmo pela extensão da nacionalidade alemã e declarava que a Polônia prussiana, foco principal da agitação revolucionária polonesa, deveria fazer parte desse Império alemão que iria ser criado." (Engels – Revolução e contra-revolução na Alemanha).

2.2.4.2.17. Mais uma vez a questão polonesa mostra que a revolução alemã não tinha outra escolha, uma vez iniciada, a não ser mostrar-se mais revolucionária ou inverter seu curso rumo à contra-revolução. Como acabamos de ver, um apoio real à causa polonesa exigia a medida mais radical possível: a guerra com a Rússia. Esta não tendo sido assumida pela burguesia alemã, não houve meia-medida possível: a Prússia anexou o ducado de Posen (Posnânia) e o militarismo prussiano esmagou a revolução polonesa.

Aqui ainda, mais uma vez, o parlamento de Frankfurt, apesar de suas bravatas revolucionárias, ratificou a atividade contra-revolucionária da Prússia confirmando a partilha da Polônia. Em todos esses episódios, era a contra-revolução que se reforçava e que se preparava para a Dinamarca e a Polônia, a devorar Viena e a estender-se ao resto da Alemanha.

"A única solução possível, a única que tivesse preservado a honra da Alemanha era, mais uma vez, a guerra contra a Rússia. Ela não foi arriscada e o inevitável aconteceu: o soldadesco da reação, derrotado em Berlim, ergueu novamente a cabeça na Posnânia; a pretexto de salvar a honra e a nacionalidade dos alemães, ela fincou a bandeira da contra-revolução e esmagou os revolucionários poloneses, nossos aliados – e durante algum tempo a Alemanha ludibriada aplaudiu seus inimigos vencedores. A nova partilha da Polônia foi executada e só lhe faltava a sanção da Assembléia Nacional." (NGR – 21/8/1848)

2.2.4.2.18. Durante todo o verão de 1848, sob a influência direta da vitória da burguesia contra o proletariado parisiense em junho, a contra-revolução procura se organizar na Alemanha e reeditar sobre seu próprio proletariado as façanhas de um Cavaignac. Desde maio, em Viena, a alta aristocracia e a alta finança burguesa – cuja influência havia apenas sido temporariamente abafada em março, sem porém ter sido destruída – haviam tentado pesar sobre o governo burguês para fazerem aprovar leis favoráveis a aristocracia. Essa tentativa, assim como a de desarmar a legião universitária (franja mais avançada da burguesia revolucionária), soldou novamente a frente anti-feudal e provocou uma insurreição na capital austríaca em 15 de maio. Ora, se a burguesia e a pequena-burguesia, graças ao apoio do proletariado vienense, acreditavam ter-se apropriado do poder em Viena., não controlavam o interior, onde a corte se havia refugiado (em Innsbruck). De lá, a nobreza pôde se reorganizar e preparar sua volta à Viena, em 19 de agosto. Aqui, mais uma vez, foi a classe operária que se ergueu fisicamente contra a reação, notadamente em

resposta a uma supressão dos socorros aos operários desempregados. Mas aqui, como havia ocorrido em junho, em Paris, foi a guarda nacional burguesa que reprimiu a insurreição operária que, em Viena, iria reacender a chama da revolução, principalmente na insurreição de outubro, que ocorreu em apoio à revolução húngara.

No desbaratado conjunto austríaco, os húngaros constituíam – contrariamente aos eslavos do Sul – uma nação revolucionária que aproveitou-se, como os poloneses, da efervescência de 1848 para tentar arrancar sua independência do império dos Habsburgos. O governo imperial austríaco não podia, pelas razões enunciadas no capítulo anterior, tolerar um movimento autônomo das nacionalidades sobre as quais reinava. Foi por isso que ele empreendeu a demonstração de força em setembro de 1848, utilizando notadamente os eslavos do sul, inimigos mortais dos húngaros, como ponta de lança.. Militarmente a primeira iniciativa do governo imperial austríaco para esmagar os húngaros foi um fracasso, com o movimento nacional húngaro organizando-se em verdadeiro poder revolucionário.

"Pela primeira vez no movimento revolucionário de 1848, pela primeira vez desde 1793 uma nação cercada pelas forças superiores da contra-revolução ousa opor a paixão revolucionária ao covarde furor da contra-revolução, o terror vermelho contra o terror branco". (NGR – 13/11/1849)

O ataque da Hungria revolucionária e a vitória que ela obteve contra as tropas imperiais provocou uma nova insurreição vienense no início de outubro de 1848, frente a qual a corte imperial foi novamente levada a fugir para o interior, em Olmutz. Só que esse recuo era realizado apenas para permitir um reforço da contra-revolução, que se lança à tomada de Viena em 23 de outubro. Após um árduo combate, o proletariado é derrotado por um inimigo numericamente muito superior e depois massacrado por tropas cujos elementos eslavos deixam livre curso a seu furor anti-alemão. Isolado, o proletariado vienense não pôde obter o apoio de seus dois aliados naturais: os húngaros, pelos quais se haviam sublevado mas que hesitam e não se dirigem sobre Viena, quando poderiam ter feito a balança inclinar-se a favor da revolução; e os alemães que, no curso de sua semi-revolução não se haviam dotado de qualquer órgão político ou militar capaz de assumir a decisão de vir concretamente em ajuda à revolução austríaca.

"Em toda a Alemanha havia questões pendentes que só podiam ser resolvidas pela força das armas; e, pela primeira vez, faziam-se crucialmente sentir as desastrosas conseqüências acarretadas pela continuação da antiga fragmentação e da descentralização alemã. Essas diferentes questões eram, no fundo, as mesmas em cada Estado, em cada província, em cada cidade; mas elas eram levantadas em formas e sob pretextos distintos e haviam alcançado em todo lugar diferentes graus de maturidade. Acabou ocorrendo o seguinte: enquanto que, em cada localidade, sentia-se a gravidade dos acontecimentos de Viena, em nenhum lugar foi possível dar um golpe importante com alguma esperança de socorrer os vienenses ou de fazer uma manobra a seu favor; e só restava, para ajudá-los, o parlamento e o poder central de Frankfurt; de todos os lados lhe foram lançados apelos; mas que fizeram eles?" (Engels – Revolução e contra-revolução na Alemanha)

Com efeito, o episódio do esmagamento da revolução em Viena foi, mais uma vez, a ocasião para que o parlamento de Frankfurt demonstrasse sua impotência e sua incapacidade de encarnar os destinos revolucionários da Alemanha. O episódio vienense constitui, no caminho da contra-revolução, um marco quase tão importante quanto o de junho em Paris. Ele dá à burguesia a certeza de que o proletariado não é invencível e lhe permite preparar-se a golpear ela mesma o movimento revolucionário em Berlim. Em setembro de 1848, sob a alegação de que a Assembléia de Berlim havia afirmado por um voto a supremacia do poder civil sobre os militares, a burguesia substituiu Hansemann no ministério pelo general prussiano Von Pfuell, herói da repressão anti-polonesa. No dia 16 de outubro, a guarda cívica burguesa atira sobre operários que protestam contra o desemprego. No final de outubro, o congresso dos democratas alemães de Frankfurt, refugiado em Berlim, tenta pressionar a assembléia mobilizando as massas para obrigá-la a apoiar a revolução vienense. No dia 9 de novembro, a pretexto de proteger a Assembléia contra a rua, o governo ordena-lhe que se reúna no interior, na cidade de Brandenburg, perto de Postdam. No dia 15 é proclamado o estado de sítio e o general Wrangel entra em Berlim comandando 40 mil homens. Os derradeiros deputados são expulsos. No dia 5 de dezembro, o governo dissolve definitivamente a Assembléia que, de qualquer modo, tendo se deixado relegar e pisotear, havia mostrado que não merecia nada além daquilo.

A derrota de Berlim ilustra novamente a relação que existe entre monarquia, burguesia e proletariado. Não apenas a Assembléia burguesa não se colocou em condições de atacar o regime, mas tampouco soube se defender. É verdade que a relação de forças era favorável à reação, ao militarismo prussiano, à burocracia e à monarquia que detinham o exército, a administração e o governo. Mas, como salienta Engels, se não era possível em novembro de 1848, em Berlim, ganhar a batalha, era possível engajar o combate, ainda que sob o risco de uma derrota que fizesse avançar o movimento histórico. Ora, a contra-revolução de novembro é, diretamente, o produto da semi-revolução de março; a burguesia quis a revolução no sentido burguês (isto é, contra o proletariado) e ela colheu-a no sentido feudal (isto é contra si mesma). Até o último momento, é a hipoteca da possibilidade do desenvolvimento de um movimento operário autônomo que paralisa a burguesia e constrange-a a aceitar que sua sorte seja ditada pelos mesmos donos dos quais ela havia fingido livrar-se empreendendo sua revolução. Doravante, a contra-revolução conseguiria cumprir seu ciclo até o fim e, para isso, a Prússia – assim como a Áustria – iriam reencontrar seu papel de policiais dos Estados alemães.

2.2.4.2.19. Ao inverso do movimento revolucionário de março, no qual a agitação nos Estados alemães do sul havia dado o sinal do movimento revolucionário para Berlim, a contra-revolução partia da Prússia para derrotar os Estados do sul que ainda expressavam um semblante de atividade revolucionária através do parlamento de Frankfurt, e principalmente onde o partido democrata ainda era forte. Mas, quais eram os motivos que animavam a pequena-burguesia dos Estados do sul da Alemanha? A continuação da revolução até suas últimas conseqüências? A liberação dos camponeses e a abolição das antigas condições sociais? Fazer tábua rasa dos entraves ao desenvolvimento econômico moderno? Unificar definitivamente a Alemanha em um grande Estado moderno sob a forma da república una e indivisível? Não, pois para realizar tudo isso ela precisava definitivamente apoiar-se sobre o proletariado. Tudo que a pequena burguesia dos Estados alemães do sul desejava era encerrar o capítulo revolucionário e limitar-se às

"conquistas" de março, fazendo reconhecer o parlamento de Frankfurt como seu órgão oficial e obtendo uma constituição única para o conjunto da Alemanha.

Ora, a constituição à qual dedicava-se a Assembléia de Frankfurt, de outubro de 1848 a março de 1849, e que previa a criação de um Reich alemão, tropeçava na questão da inclusão ou não da Áustria no Império. Como vimos, essa questão dependia diretamente do deslocamento da Áustria como império supranacional e implicava a separação dos territórios alemães da Áustria e sua incorporação à Alemanha unitária. Com o esmagamento do movimento revolucionário em Viena e com o fracasso da revolução húngara, a Áustria se havia restabelecido como potência autônoma e sua única preocupação era afirmar-se contra qualquer tentativa de unificação que se fizesse ao preço de sua identidade e não sob sua égide. Foi por isso que ela promulgou, em março de 1849, uma constituição unitária e exigiu a presidência da Alemanha unificada. Essa manobra desembocou, no Parlamento de Frankfurt, no deslocamento do partido dito "grã-alemão", o qual pregava uma Alemanha unificada, com a Áustria, contra os partidários da "pequena Alemanha" que defendiam uma união estreita sob a égide da Prússia. No dia 27 de março, o Parlamento de Frankfurt vota pela restauração do Império hereditário e oferece a coroa a Frederico Guilherme IV, que a recusa. Esse gesto significava que, doravante, não poderia mais haver "entendimento" no caminho da contra-revolução, mas que a Prússia estava destinada a restabelecer integralmente sua autoridade.

2.2.4.2.20. é nessas condições que se abre a última fase da revolução alemã de 1848-1849, a da insurreição pela constituição do Reich, que arrasta as classes populares e o proletariado na trilha da pequena-burguesia (pequenos industriais, comerciantes, etc.).

É interessante notar que se o pretexto desse movimento foi a constituição da Alemanha, os motivos de cada um dos protagonistas para defender e apoiar essa constituição eram diferentes, e até mesmo antagônicos. Para a burguesia, tratava-se de estabilizar o movimento, de encerrar a tarefa constitucional e, no âmbito de um Estado modernizado, gerir as relações sociais, isto é, poder livrar-se com toda a tranqüilidade à exploração do proletariado.

"E essa questão (da organização política alemã – ndr), a única que ainda parecesse apresentar algum perigo, considerava-se que era necessário resolvê-la sem delonga. Donde a pressão exercida pelas classes médias sobre a Assembléia de Frankfurt para levá-la a encerrar o mais rapidamente a Constituição; donde a resolução tomada pela alta e baixa burguesia de aceitar e de apoiar essa constituição, qualquer que fosse, a fim de criar sem demora um estado de coisas estável. Assim, portanto, desde o primeiro dia, a agitação a favor da Constituição imperial partiu de um sentimento reacionário e espalhou-se no seio das classes que, de longa data, estavam cansadas da revolução." (Engels, idem)

Para a pequena-burguesia, a constituição cujos princípios datavam da primavera e do verão de 1848, aparecia agora (por mais reacionários que fossem esses princípios no início) como liberal, ou até mesmo democrática.

"Era natural que, nessas condições, o partido chamado partido democrático, isto é, a massa dos pequenos comerciantes, se apegasse à constituição imperial. Essa classe sempre havia sido, nas suas reivindicações, mais avançada que a burguesia liberal, monarquista e constitucional; ela havia reerguido a face com mais galhardia; ela havia freqüentemente ameaçado resistir pelas armas; ela havia prometido um número incalculável de vezes de sacrificar seu sangue e sua existência em prol da causa da liberdade; mas ela havia igualmente provado até a evidência que, no dia do perigo, ela não seria encontrada em lugar algum e que ela nunca se sentia tão à vontade como no dia seguinte após uma derrota quando, tudo estando perdido, lhe restaria pelo menos o consolo de saber, de um modo ou de outro, que a questão estava resolvida." (idem)

2.2.4.2.21. No plano militar, a campanha pela constituição do Reich reproduz os mesmos defeitos e as mesmas fraquezas do que o movimento de 1848 no plano político: pusilanimidade, falta de ousadia revolucionária, falta de decisão nas medidas a serem tomadas, ausência de comando, ausência de unidade, de centralização, etc... Os membros da Liga dos Comunistas (que, frente à escassez de democratas, reapareceria então como partido), onde isso era possível, tentaram assumir a iniciativa dos acontecimentos e Engels, notadamente, colocou seus talentos de organizador e seu gênio militar a serviço da insurreição, o que lhe permitiu mais tarde efetuar um balanço da campanha militar da revolução alemã de 1848-49, balanço do qual ainda hoje os comunistas podem tirar ricos ensinamentos. De modo geral, "o corpo realmente combatente dos insurretos, o corpo que foi o primeiro a pegar em armas e a livrar combate à tropa, compunha-se das classes operárias das cidades". (Engels, idem)

Um dos primeiros fenômenos dos quais foi vítima a insurreição de 1849 foi precisamente aquele que a revolução vitoriosa deveria ter aniquilado: a dispersão e a descentralização. A não-unificação da Alemanha ainda operava aqui como condição da contra-revolução. Ao mesmo tempo, isso testemunha aquilo que realmente estava em jogo para os insurretos de 1849: utilizar a força das armas para unificar realmente, no plano militar, político e econômico os estados alemães a nível nacional.

A insurreição que começa em 3 de maio de 1849, em Dresde, estende-se a seguir ao Estado de Bade (Carlsruhe), depois ao Palatinado; mas a ausência de vontade de unificação, a não-centralização do movimento permitiram que fossem esmagados um depois do outro os governos revolucionários e que o movimento fosse colocado em cheque. Para evitar isso, uma das primeiras tarefas (posição defendida sem trégua por Engels durante suas jornadas militares na Alemanha do sul) era centralizar-se. Para isso, era preciso combinar medidas políticas, econômicas e militares.

Inicialmente, fazer de cada governo insurreto um verdadeiro conselho revolucionário centralizando todos os poderes. A solução da questão militar implicava em si mesma a adoção de medidas políticas revolucionárias, pois manter forças militares insurrecionais supõe que se disponha de meios, entre os quais os financeiros. Era preciso desarmar a guarda cívica burguesa, distribuir armas aos proletários, cobrar uma taxa pela manutenção dos exércitos revolucionários... Tudo isso supunha que o órgão da insurreição agisse como um verdadeiro poder revolucionário. Engels salienta que, além de seu interesse

imediate, essas medidas tinham outro sentido, dinâmico: levar o movimento a ultrapassar-se a si mesmo, favorecendo pela coragem dessas medidas revolucionárias a mobilização do proletariado, rompendo com a inércia da pequena-burguesia e paralisando a burguesia.

Em seguida, era preciso ligar entre elas as diferentes regiões insurretas, quebrar a lógica da dispersão, em suma, centralizar as iniciativas militares. Para isso, não bastava apenas uma ligação "horizontal" de cidade a cidade, de região a região, mas era preciso criar um verdadeiro centro, uma capital da insurreição. Ora, qual a cidade que se obstinava, desde o início da revolução de março de 1848, a encarnar a Alemanha, a representar a nação alemã em formação? Frankfurt, com sua "Assembléia Nacional". Na medida em que, frente a insurreição, esta última não tomava nenhuma das medidas que dela se estaria no direito de esperar, Engels preconizava organizar uma pressão revolucionária sobre a Assembléia e, para isso, organizar a marcha das tropas insurretas sobre Frankfurt.

"O que devia ser feito nessas circunstâncias era tão simples e tão evidente que hoje, após a repressão do levante, tudo parece branco como a neve para cada um e cada um pretende tê-lo afirmado desde o início. Era preciso, imediatamente e sem perda de tempo em tergiversações, estender o levante a Hesse, Darmstadt, Frankfurt, Nassau e Wurtemberg. Para isso, era preciso juntar imediatamente 10 mil homens das tropas regulares disponível⁹ disponíveis – por via férrea isso podia ser feito em dois dias – e enviá-los a Frankfurt pela proteção da Assembléia Nacional". (Engels – Campanha pela constituição do Reich)

Então, era preciso estender a insurreição a outras províncias e,

"para fazer isso devia-se, entre outros, centralizar o poder da insurreição, colocar à sua disposição os meios financeiros necessários e, com a eliminação de todos os encargos feudais, interessar a grande maioria da população agrícola. O estabelecimento de um poder central comum para a guerra e para as finanças, dispondo do poder de emissão de papel moeda, inicialmente para o Bade e o Palatinado, a abolição de todos os privilégios feudais no Bade e em cada distrito ocupado pelo exército da insurreição teriam dado ao levante um outro caráter bem mais enérgico." (idem)

2.2.4.2.22. Ora, à frente desse movimento não estava o proletariado (mesmo se ele participava com todas as suas forças), única classe capaz de dar provas de energia revolucionária assumindo todas essas medidas, mas a pequena-burguesia que fez uma verdadeira política de traição do movimento. A pequena-burguesia transmitiu à insurreição seus próprios caracteres mesquinhos de classe incapaz de se decidir por uma política revolucionária.

"Os governos provisórios formados em todas as regiões sublevadas representavam, na maioria dos casos, essa fração da população (os pequenos industriais – ndr); e a extensão do caminho percorrido pode nos fornecer precisamente a medida daquilo

⁹ No Bade, em Rastatt e Arlsruhe, o exército havia passado para o lado dos insurretos, acarretando assim uma relação de forças extremamente favorável à insurreição.

de que é capaz a pequena-burguesia alemã; ela só é capaz, como veremos, de arruinar qualquer movimento que se coloque em suas mãos". (Engels – Revolução e contra-revolução na Alemanha)

Portanto, a covardia, a pusilanimidade, o arrivismo e o empreguismo, a falta de espírito militar, a indisciplina e as fanfarronadas marcaram a campanha pela constituição do Reich.

"Ora, a insurreição é uma arte assim como a guerra ou qualquer outra coisa; ela submete-se a certas regras práticas e o partido que as negligencia corre para o abismo. Essas regras, que se deduzem logicamente da natureza dos partidos e das circunstâncias eventuais são tão claras e tão simples que a contra-experiência de 1848 as havia tornado absolutamente familiares aos alemães. Primeiro: não brinquem com a insurreição antes de estarem absolutamente prontos para enfrentar todas as conseqüências do jogo: a insurreição é um cálculo com grandezas muito indefinidas, cujo valor pode mudar a cada dia, as forças contra as quais vocês se chocam têm toda a vantagem da organização, da disciplina, do hábito, da autoridade; e, a menos de opor-lhes uma forte superioridade, vocês serão derrotados e estarão perdidos. Em segundo lugar, uma vez adentrados na via insurrecional, ajam com a maior decisão e assumam a ofensiva – a defensiva é a morte de todo levante armado; ele estará perdido antes de ter enfrentado seus inimigos. Surpreendam seus adversários quando suas forças ainda estão disseminadas; preparem novos sucessos, mesmo pequenos, mas cotidianos; conservem o ascendente moral que vos propiciou o primeiro movimento coroado de sucesso; agrupem à sua volta esses elementos indecisos que sempre acompanham os impulsos mais fortes e que sempre se voltam para o lado menos perigoso; forcem seus inimigos a bater em retirada antes de terem podido reagrupar suas forças contra vocês; e lembrem-se das palavras de Danton, o maior mestre que conheçamos em política revolucionária: audácia, mais audácia, sempre audácia! (idem)

No entanto, se a maneira pela qual a pequena-burguesia alemã conduziu a campanha pela constituição do Reich é bem representativa dos caracteres dessa classe, não se pode atribuir apenas a ela a responsabilidade pelo fracasso. De uma parte, como vimos no início deste trabalho, as condições materiais alemãs e a classe revolucionária alemã ainda eram muito pouco desenvolvidas; de outra parte, o levante na Alemanha do sul não podia vencer isoladamente e sua sorte dependia estreitamente da evolução da situação internacional, notadamente da insurreição húngara contra a Áustria e da capacidade do proletariado parisiense de retomar a ofensiva. Ora, a esperança, muito ilusória, que os revolucionários depositavam num despertar do proletariado parisiense, iria ser definitivamente varrida em junho de 1849 com o fracasso da ofensiva pequeno-burguesa de 13 de junho (cf. CouC nº 5, em língua portuguesa).

2.2.4.2.23. Após o esmagamento dos insurretos da Alemanha do sul com a ajuda das tropas parisienses, não existe mais nenhum obstáculo no caminho da contra-revolução. Mais uma vez, a Áustria e a Prússia plenamente restabelecidas repartiram-se, lutando entre si, sua influência sobre os estados alemães. A prova de força entre as duas potências se resolve

pela restauração da antiga confederação germânica e do Zollverein, com a Áustria permanecendo todavia fora deste.

No plano político e social, a revanche dos aristocratas e dos altos funcionários caracterizou-se por uma forte repressão anti-operária e anti-comunista (cf. capítulo 2.2.4.3.); as constituições outorgadas em 1848 foram abolidas ou transformadas, os direitos de imprensa, de associação e de reunião reduzidos e o sufrágio universal abolido.

Restava portanto à Alemanha resolver sua questão nacional e colocar as bases de um autêntico desenvolvimento capitalista. Após uma década de contra-revolução, a questão nacional iria encontrar nos anos 1860-70 sua solução burocrática, "por cima" (neste sentido é que se pôde afirmar que Bismarck era o "executor testamentário" da revolução de 1848), a partir do que a Alemanha iria conhecer um formidável desenvolvimento capitalista, sobre a base do qual um autêntico movimento operário moderno iria poder se desenvolver.

2.2.4.3. A Liga dos Comunistas na Revolução Alemã de 1848

2.2.4.3.1. O episódio da revolução alemã de 1848 é igualmente rico em ensinamentos no que concerne a teoria do partido e a tática dos comunistas na revolução dupla. Vimos (cf. CouC no 5 em língua portuguesa, pp.1-27) como a Liga dos Comunistas havia se constituído em escala internacional e, naquela ocasião, precisamos os conceitos de "partido operário" e "partido comunista", especificando as relações entre ambos. A dialética entre partido operário e partido comunista também permite explicar, no episódio de 1848, por que a Liga "colocou-se em vigília" e deixou praticamente de existir enquanto tal entre maio de 1848 e o final de 1849. Esse "eclipse" é igualmente a oportunidade de precisar a natureza da Liga dos Comunistas e seu papel perante o movimento operário. Na medida em que expusemos no capítulo anterior o curso geral da revolução alemã, nos concentraremos agora principalmente sobre a posição dos comunistas.

2.2.4.3.2. Desde sua fundação, a Liga dos Comunistas esteve confrontada à explosão da revolução em escala européia. É certo que ela vivia nessa espera¹⁰, embora ainda não fosse suficientemente forte e preparada para poder enfrentar a tormenta revolucionária e colocar-se, onde isso fosse possível, à frente do movimento. Ademais, em escala européia, o movimento de 1848 conheceu um encavalamento de movimentos proletários, de revoluções duplas e de movimentos puramente nacionais que exigiam dos revolucionários proletários uma estratégia precisa e segura que uma boa parte dos membros da Liga ainda não estava em condições de integrar, mesmo se em seu seio os elementos mais favoráveis ao socialismo científico defendiam-na precisamente.

Em junho de 1847, oito meses antes do desencadeamento da revolução no continente, as forças da Liga estavam assim repartidas (cf. Relatório do Primeiro Congresso):

- Londres: É aqui que a Liga é mais forte, intervém em várias sociedades operárias alemãs e francesas no exílio, assim como nos Fraternal Democrats (ala esquerda do cartismo – cf. CouC n° 5). Devido a essa força, assim como ao terreno puramente burguês constituído pela democracia parlamentar inglesa, que autoriza associações, imprensa e reuniões, Londres é escolhida como sede do Conselho Central da Liga.

- Paris: A Liga precisou combater a influência de antigas correntes da Liga dos Justos, notadamente weitlinguianos e partidários de Karl Grun. O número de militantes é reduzido, mas constituído sobre uma base bastante sólida. A Liga também está presente em Lyon e em Marselha.

- Bruxelas: Formação de uma comuna da Liga com operários alemães e belgas.

¹⁰ "Mas, o que nós sabemos é que essa sublevação vem com força; o que vemos é que em todo lugar, na França como na Alemanha, na Inglaterra como na América as massas do proletariado irado colocam-se em movimento e, com uma voz ainda confusa mas sempre mais forte e inteligível, exigem sua liberação dos grilhões do reino do dinheiro, dos grilhões da burguesia." (Relatório do Primeiro Congresso da Liga – junho de 1847).

- Berlim: A Liga é vítima de perseguições policiais e tem dificuldades para manter suas atividades. O mesmo ocorre em Hamburgo, onde a atividade da Liga é mantida apenas em vigília.

- Suíça: A Liga é frágil, a classe operária desse país de condições sociais atrasadas estava amplamente influenciada pela corrente weitlinguiana.

- América: A Liga enviou um emissário com vistas à constituição de uma Comuna.

Durante os seis primeiros meses de existência da Liga, houve um reforço principalmente no plano da teoria e, por conseguinte, no da organização. Mas a Liga, no seu conjunto, como evidencia o estado de forças acima descrito, ainda estava longe de poder dirigir e enquadrar um movimento da classe operária, sobretudo com a amplitude do de 1848.

2.2.4.3.3. Se Londres havia sido escolhida como sede do Conselho Central, devido, por um lado, à ascensão das lutas de classes no bastião mais avançado do MPC e, por outro, às condições de segurança e de liberdade relativamente melhores do que continente, a eclosão da revolução de fevereiro na França tumultuava essas coordenadas, deslocando momentaneamente o epicentro revolucionário para o continente. Por essa razão, o Conselho de Londres decidiu transferir imediatamente seus poderes para Bruxelas (onde militavam Marx e Engels). O próprio comitê de Bruxelas, vítima de perseguição policial, deslocou-se para Paris, onde as possibilidades de ação iriam tornar-se evidentemente bem mais ampliadas.

"O novo Conselho Central (de Bruxelas – ndr) decidiu portanto dissolver-se igualmente, remetendo todos os seus poderes a Marx e atribuindo-lhe plenos poderes para constituir imediatamente um novo Conselho Central (...) (3/3/1848)." (Engels- Algumas palavras sobre a história da Liga dos Comunistas)

Ao mesmo tempo, plenos poderes eram atribuídos ao Conselho Central de Paris. As razões apresentadas para justificar essa transferência eram as seguintes:

- "1 – Paris é atualmente o centro de todo o movimento revolucionário
- 2 – As condições atuais exigem uma direção extremamente firme por parte da Liga, o que torna absolutamente indispensável atribuir aos dirigentes o direito de agir em função do que julgarem necessário."

Eis uma primeira lição válida para toda a história do movimento operário: o centro internacional do partido proletário deve, na medida do possível, estar situado no mesmo lugar do centro político revolucionário. Em 1848, a França e Paris são indiscutivelmente o centro revolucionário. Se, por ocasião da fundação da Primeira Internacional, a sede da organização é novamente situada em Londres, isso se explica por razões evidentes, uma vez que a ditadura bonapartista implantada em 1852 impedia qualquer atividade política oficial em território francês. O grosso das tropas, no país mais desenvolvido, e a possibilidade de uma ação em plena luz do dia, faziam de Londres o centro conjuntamente mais propício;

mas o fato de não dispor de uma sólida implantação do partido na França foi um handicap enorme por ocasião da Comuna de Paris. Quanto à transferência da sede da AIT para Nova York, depois de 1871, ela correspondia à derrota do proletariado e à vontade de não abandonar os despojos da organização internacional às mãos de inimigos do proletariado. Depois de 1871, o centro revolucionário desloca-se para a Alemanha; centro político e centro revolucionário coincidiram portanto na época da Segunda Internacional.

Se uma disposição como essa das forças é a mais favorável à revolução, ela também permite dialeticamente à contra-revolução golpear diretamente na cabeça o movimento proletário, quando ela logra dominar o centro revolucionário. Assim, o emburguesamento da Segunda Internacional e seu apodrecimento internacional ocorreram tanto mais facilmente na medida em que a gangrena se havia propagado na fração mais avançada e detinha portanto uma posição estratégica para a revolução internacional. O partido social-democrata alemão que Engels apregoava como modelo aos proletários de todos os países também foi o modelo do reformismo e do revisionismo.

Na época da Internacional Comunista (IC), o centro do movimento revolucionário internacional continuava a situar-se na Alemanha; mas as circunstâncias gerais da revolução mundial, com a vitória do outubro vermelho na Rússia, fizeram com que o centro político do movimento se deslocasse naturalmente para Moscou. Aqui ainda, o que deveria ser apenas transitório, pelo menos na espera da tomada do poder pelo proletariado na Alemanha, assumiu um caráter cada vez mais estabelecido com o recuo da vaga revolucionária em escala mundial. Quando a involução dos caracteres proletários do Estado Bolchevique assumiu contornos mais nítidos, foi mais do que fácil à contra-revolução invadir também o centro e o conjunto da IC e transformá-la em apêndice do Estado russo. Em resposta a essa degenerescência, a Esquerda Comunista da Itália reivindicava insistentemente que o Centro da Internacional abandonasse Moscou e se instalasse em outro lugar, defendendo assim o princípio comunista que diz que é a Internacional, o partido comunista que dirige o Estado proletário, e não o contrário.

Se, como já dissemos em outros números, a previsão da Esquerda no que se refere ao ciclo econômico do pós-guerra e a previsão de uma crise catastrófica inaugurando um período histórico marcado pela alternativa "guerra ou revolução" revelou-se incorreta, nada nos leva atualmente a recolocar em causa o aspecto político dessa previsão, que designava a Alemanha como centro político da próxima vaga revolucionária.

"A única esperança só pode ser a missão do grande proletariado alemão, que preencheria a história das décadas restantes deste século, pois não se trata apenas da Europa: todos os continentes estão em movimento. Embora a questão nacional ainda seja um encargo a ser resolvido para numerosos povos de cor – com conseqüências revolucionárias – eles encontrariam uma direção que seria plenamente internacionalista na fórmula da unidade alemã, com o erguimento de um novo grande Estado proletário na Alemanha, afrontando as potências do Leste e do Oeste, todas elas capitalistas do ponto de vista social". (Il Programma Comunista – 3/7/1953)

2.2.4.3.4. Conforme a tática apregoada no Manifesto ¹¹, a Liga na França entrou em relações com o partido do jornal "A Reforma", isto é, o partido democrata-socialista de Flocon e Louis Blanc, o qual reagrupava operários e pequeno-burgueses e que havia precisamente convidado Marx para ir a Paris. Nessa época, logo depois de fevereiro, a aliança com a pequena-burguesia democrata ainda era possível; foi apenas mais tarde, frente às defecções desta última, que o proletariado iria começar a se organizar de maneira autônoma, por intermédio dos clubes revolucionários, principalmente o de Blanqui. O partido operário ainda não estava portanto individualizado na França.

Mas nem Marx nem Engels, nem os outros membros alemães da Liga (que formavam sua maioria) viriam a ter tempo para desenvolver essa tática na revolução parisiense. Desde março, a Alemanha entraria por sua vez no movimento e, sempre conforme as previsões do Manifesto, a atenção da Liga estaria inteiramente voltada pela Alemanha.

"É para a Alemanha principalmente que se dirige a atenção dos comunistas; porque ela se encontra às vésperas de uma revolução burguesa; porque ela cumprirá essa revolução nas condições mais avançadas da civilização européia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido do que na Inglaterra do século XVII e na França do século XVIII; por conseguinte, a revolução burguesa alemã não será nada mais do que o prelúdio de uma revolução proletária." (Manifesto do Partido Comunista)

A partir de 6 de abril, data em que Marx e Engels partem para Colônia, o Conselho Central de Paris deixa de funcionar.

2.2.4.3.5. Desde sua emergência em março de 1848, a revolução alemã iria pesar com toda sua força sobre o frágil partido comunista, suscitando em seu seio reações voluntaristas e imediatistas que prefiguram todas as doenças vindouras. Enquanto o Conselho Central redigia as "Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha" (cf. infra tese 2.2.4.3.7), inspiradas nas condições específicas da Alemanha descritas no Manifesto, uma parte da Liga juntava-se às colunas de "legiões" de estrangeiros que se dirigiam para seu país para "liberá-lo", para grande alívio do governo provisório parisiense que via desaparecer um bom número de agitadores e de elementos revolucionários indesejáveis, não sem tê-los previamente denunciados ao seu próprio governo, o que provocava como resultado sua arrestação tão logo chegassem à fronteira.

"Tomamos partido da maneira mais clara contra esse infantilismo revolucionário. Importar, em plena efervescência alemã do momento uma visão que deveria nela introduzir, com toda força, vinda do estrangeiro a revolução, era passar uma rasteira à revolução na própria Alemanha, consolidar os governos – e Lamartine garantia isso – e livrar sem defesa os legionários às tropas alemãs. Depois, quando a

¹¹ "Na França, os comunistas ligam-se ao partido democrata-socialista contra a burguesia conservadora e radical, ao mesmo tempo em que se reservam o direito de criticar as frases e as ilusões legadas pela tradição revolucionária." (Manifesto do Partido Comunista)

revolução foi vitoriosa em Berlim e em Viena, a legião tornou-se mais inútil do que nunca; mas o jogo havia começado e prosseguiu. Fundamos um clube comunista alemão onde dávamos aos operários o conselho de permanecerem afastados da legião, mas de voltarem isoladamente para a Alemanha e de fazer então propaganda a favor do movimento. Nosso velho amigo Flocon, que fazia parte do governo provisório, fez conceder aos operários que enviávamos as mesmas vantagens de viagem que aos legionários. Fizemos assim entrar na Alemanha trezentos a quatrocentos operários, membros da Liga na sua grande maioria." (Engels – Algumas palavras sobre a história da Liga dos Comunistas).

2.2.4.3.6. No "Manifesto do Partido Comunista", a Liga salientava que sua atenção se havia voltado para a Alemanha e que nela se realizaria uma revolução burguesa que, dando-se nas condições do século XIX, isto é, com um forte proletariado, seria o prelúdio imediato de uma revolução proletária. É portanto uma estratégia de "revolução permanente", no sentido em que Marx e Engels empregavam esse termo, e que muito pouco tem a ver com a concepção de Trotski, ela mesma transformada pelos epígonos em um horrível programa de revolução burguesa que mobiliza o proletariado para desenvolver o capital nacional. O que a Liga defendia na Alemanha era portanto aquilo que a Esquerda Comunista da Itália denominaria, para evitar qualquer confusão com o trotskismo, de "revolução dupla". Esse programa da Liga formulava um certo número de reivindicações radicais que não saíam de um quadro burguês radical. O importante assim era estabelecer as condições gerais da segunda revolução a vir, a proletária. Para isso, era preciso levar a revolução burguesa democrática o mais longe possível, levá-la até o fim. Mas, constata-se rapidamente que a burguesia, paralisada pela perspectiva de colocar o proletariado em movimento, não estava nem um pouco à altura de sua tarefa e que as reivindicações colocadas antecipavam amplamente em relação ao próprio movimento.

Na volátil atmosfera da primavera de 1848, o frágil aparelho da Liga não pôde resistir e fundiu-se de certo modo no movimento; mas, assim como em outro lugar, as condições que legitimavam uma organização comunista secreta também desapareciam, na Alemanha igualmente a Liga colocou-se em vigília.

"Como era fácil prever, a Liga, uma vez as massas populares colocadas em movimento, revelou-se demasiadamente frágil como alavanca. Três quartos de seus membros que até então residiam no exterior haviam, após seu regresso, mudado de endereço; em consequência, a maioria das comunas (equivalentes às "células" na Liga – ndr) às quais pertenciam estavam dissolvidas e perdiam qualquer ligação com a Liga. Alguns dos membros mais ambiciosos da Liga não procuraram aliás restabelecer essa ligação, mas começaram a fomentar por conta própria um pequeno movimento separado em sua localidade. Enfim, em cada pequeno Estado secundário, em cada província, em cada cidade, a situação era ademais tão diferente que a Liga encontrou-se na impossibilidade de fornecer outra coisa a não ser diretrizes gerais, que poderiam aliás ser bem melhor divulgadas através da imprensa. Em suma, no instante mesmo em que cessavam as causas que haviam tornado necessário a Liga secreta, esta deixava de ter uma significação enquanto tal. Os que menos deveriam surpreender-se eram os homens que acabavam de retirar

dessa Liga secreta a última aparência de semblante de conspiração". (Engels – Algumas palavras sobre a história da Liga dos Comunistas).

A eclosão de dezenas de associações operárias, que alguns membros da Liga procuravam reagrupar, testemunha a efervescência que havia tomado conta da classe operária alemã. No entanto, naquele momento, não existia nenhuma força capaz de dirigir esse movimento, de cristalizá-lo, de unificá-lo para fundar um verdadeiro partido operário. Através dessas associações, o movimento continuava vítima da dispersão, do fraco desenvolvimento das condições locais, de seus preconceitos, etc...

"Foram organizadas principalmente greves, agrupamentos profissionais, cooperativas de produção, esquecendo-se de que se tratava antes de tudo de conquistar inicialmente, através de vitórias políticas, o terreno no qual tudo isso pudesse ser realizado com o passar do tempo." (Engels – Algumas palavras...)

Um membro da Liga, Stefan Born, escreve a Marx em 11 de maio de 1848 que ele se encontra "presidente de uma espécie de parlamento operário formado por representantes de numerosas corporações e usinas, (mas) no que se refere à própria Liga, ao estado no qual ela está aqui, nada posso dizer. Até agora, ninguém teve tempo de criar uma organização sólida como antigamente. Ela está dispersa. Está em todo lugar e em lugar nenhum."

2.2.4.3.7. No final de março, no quadro da estratégia da revolução dupla descrita anteriormente, a Liga havia redigido um documento específico com relação à situação na Alemanha, intitulado: "Reivindicações do partido comunista na Alemanha" e que constituía um programa de 17 pontos, cujo texto é o seguinte:

1. A Alemanha é declarada república una e indivisível
2. Todo alemão com 21 anos completos pode ser eleitor e elegível, com a única condição de não ter sido condenado por delitos de direito comum.
3. Os representantes do povo serão remunerados, para que o operário também possa ter assento no Parlamento do povo alemão.
4. Armamento geral da nação. Futuramente, o exército também deve ser um exército de trabalho, a fim de que as tropas não se limitem a consumir como o faziam anteriormente, mas que produzam mais do que os custos necessários à sua manutenção. O exército será ao mesmo tempo uma das formas de organização do trabalho.
5. A aplicação da justiça será gratuita.
6. Todos os encargos feudais, trabalhos e tributos, dízimos etc... que até agora pesavam sobre a população camponesa são abolidos sem nenhuma indenização.
7. Os domínios principescos e demais domínios feudais, todas as minas, carreiras etc, são convertidas em propriedades do Estado. Nestes domínios ocorrerá a exploração

agrícola em grande escala, com os preceitos científicos mais modernos, em benefício da coletividade.

8. As hipotecas que oneram os bens dos camponeses são declaradas propriedade do Estado e os juros dessas hipotecas serão pagos pelos camponeses ao Estado.

9. Nas regiões em que o arrendamento de terras é desenvolvido, a renda fundiária ou o arrendamento serão pagos ao Estado sob a forma de imposto. Todas as medidas indicadas nos pontos 6,7,8 e 9 têm por objetivo diminuir os encargos sociais e outros dos camponeses e dos pequenos fazendeiros, sem por isso diminuir os recursos de que necessita o Estado para cobrir seus gastos e sem prejudicar a produção. Enquanto tal, o proprietário fundiário, que não é nem camponês, nem fazendeiro, não faz parte da produção. Seu consumo é portanto mero abuso.

10. Um banco de Estado, cujos títulos terão curso obrigatório, será instituído em substituição aos bancos privados. Esta medida permitirá a regularização do crédito no interesse de todo o povo e abalará por conseguinte o poder dos grandes financistas. A substituição gradual do ouro e do dinheiro por bilhetes de banco reduzirá o preço da moeda, instrumento necessário à circulação burguesa, e permitirá utilizar o ouro e a prata para as relações exteriores. Esta medida também é necessária para ligar à revolução os interesses dos burgueses conservadores.

11. Todos os meios de transporte ferroviário, por canal, barcos a vapor, estradas, correios, etc., são assumidos pelo Estado, convertidos em propriedade do Estado e colocados à disposição da classe indigente.

12. Todos os funcionários do Estado terão a mesma remuneração, a não ser no caso de famílias numerosas, quando ela será aumentada.

13. Separação completa da Igreja em relação ao Estado. O clero de todas as confissões será pago exclusivamente pela respectiva comunidade de crentes.

14. Restrição do direito de sucessão.

15. Estabelecimento de fortes impostos progressivos e supressão dos impostos sobre os artigos de consumo.

16. Criação de oficinas nacionais. O Estado garante a existência para todos os trabalhadores e assegura a manutenção daqueles que estão incapacitados de trabalhar.

17. Ensino geral e gratuito para o povo.

"O proletariado alemão, os pequeno-burgueses e os pequenos produtores têm interesse em trabalhar com toda sua energia na realização das reformas enumeradas acima. Somente essa realização pode permitir aos milhões de alemães, até hoje explorados por alguns indivíduos, que tentarão mantê-los sob essa opressão, obter

justiça e conquista a potência a que lhes cabe como produtores de toda riqueza." (O Comitê: Karl Marx, Karl Schapper, H. Bauer, F. Engels, J. Moll, W. Wolff).

Todas essas medidas, das quais algumas ainda são perfeitamente atuais enquanto medidas imediatas de um Estado proletário, têm como perspectiva forçar a revolução burguesa até o fim e fazer com que a própria marcha da revolução conduza à passagem do poder político das mãos da burguesia para as mãos do proletariado, ainda que isso ocorra exclusivamente em função da realização dessas medidas. Mas se a burguesia alemã, paralisada pelo proletariado, não se mostrava à altura de cumprir sua missão histórica, o proletariado por seu lado também ainda não estava em condições de tornar-se uma classe autônoma, ou seja, de constituir-se em partido e de realizar seu próprio programa.

Ao constatar o incrível atraso da burguesia alemã, Engels escreve a Marx, em 25 de abril de 1848, que:

"Se um único exemplar de nosso programa de 17 pontos fosse aqui divulgado, tudo estaria perdido para nós. A mentalidade dos burgueses é verdadeiramente lamentável. Os operários começam a se agitar um pouco, de uma maneira ainda bastante rudimentar, porém em massa. Eles formam rapidamente coalizões. Mas é precisamente isso que dificulta nossa ação. O clube político de Elberfeld redige apelos aos Italianos, pronuncia-se pelo sufrágio universal direto, mas rejeita energicamente qualquer debate sobre as questões sociais, ainda que esses senhores confessem entre quatro paredes que tais questões vêm agora à ordem do dia e observam que nesse campo não devemos nos antecipar aos acontecimentos.(...) No fundo, eis o que ocorre: mesmo esses burgueses de Colônia vêm em nós seus futuros inimigos não querem dar-nos armas que ergueríamos muito rapidamente contra eles mesmos."

Traição da burguesia, ausência do proletariado. Assumindo que essa era efetivamente a situação, os chefes da Liga - e em primeiro lugar Marx e Engels - decidiram, no final de abril de 1848, ratificar a condição de "vigília" da Liga e renunciar a desenvolvê-la artificialmente, na medida em que o movimento real não oferecia, muito pelo contrário, as condições para tal. Assim, sem modificarem a estratégia da revolução, Marx e Engels reconsideraram seu calendário, assim como a distribuição do papel entre as classes. Sem que o proletariado lograsse autonomizar-se, criar um partido operário teria um significado meramente artificial. O que era portanto necessário, antes de proceder à organização de um partido operário, era ganhar as condições de sua realização. É neste sentido que Marx e Engels consideram prematuras a organização e o reagrupamento das associações operárias. Por outro lado, estas só podem ter uma influência limitada incapazes de situarem-se à altura das tarefas históricas em questão; por outro lado, mesmo assim elas contribuem, erguendo frente à burguesia o espectro da revolução proletária, para alterar todo o curso estratégico da revolução, paralisando até mesmo sua primeira fase, a fase democrática. Ora, ainda trata-se de cumprir a revolução burguesa, de levá-la até suas mais extremas conseqüências. A burguesia sendo incapaz de cumprir sua própria revolução, cabe então ao partido democrático (burguesia avançada, pequena-burguesia) substituí-la. Era necessário pressionar essa pequena burguesia; dado que o proletariado ainda não está em

condições de organizar-se enquanto classe independente, ele agirá portanto como extrema-esquerda do partido democrático.

2.2.4.3.8. – A partir de maio-junho de 1848 essa será a estratégia seguida, implicando para o partido comunista – a Liga – colocar-se em condição de vigília e cumprir um trabalho de propaganda através de um jornal, a "Nova Gazeta Renana", que aparece não enquanto órgão do partido comunista, mas enquanto "órgão da democracia na Alemanha". Esse episódio permite compreender melhor a natureza da Liga e precisar o que expusemos no #5 de C ou C (cap. 2.1.6.) sobre a distinção teórica entre partido comunista e partido operário.

Mostramos que o partido operário se distinguia de todos os demais partidos burgueses aos quais se opõe, pela adoção das seguintes medidas:

- Constituição do proletariado em classe.
- Supressão da dominação burguesa.
- Conquista do poder político pelo proletariado.

Na medida em que não formam um partido distinto e oposto a esse partido operário, os comunistas nele trabalham para fazerem triunfar seu programa e para que a essas determinações essenciais do partido operário acrescentem-se outras que dele farão, a curto prazo, um partido comunista puro. O resultado dessa luta são as condições dadas para que o partido operário se constitua imediatamente sobre as bases do programa comunista, o que foi o caso, por exemplo, da Segunda e da Terceira Internacional, e que não deixará de ser para o futuro partido comunista mundial. A partir desse momento, o partido operário não pode mais existir, a não ser enquanto partido comunista, pois nenhum outro partido a não ser este defende as exigências mínimas que definem de saída o partido operário.

Que lugar ocupa portanto a Liga dos Comunistas nessa dialética?

A Liga é um partido comunista situado em condições históricas tais que não pode absolutamente agir enquanto tal. Por um lado, sua missão teria sido integrar-se ao partido operário para nele defender o programa comunista; esse partido operário, às vésperas de 1848, só existe na Inglaterra, é o cartismo; ele começará apenas a emergir na França (e ainda, em Paris) entre fevereiro e junho de 1848, através dos clubes; quanto à Alemanha, acabamos de ver que a situação não estava nem um pouco madura para constituir um partido operário quando explode a revolução. Por outro lado, as circunstâncias históricas levaram esse partido a dar-se uma forma, a da sociedade secreta, que se torna inadequada assim que começa a revolução.

Durante toda a fase que antecede o início da revolução de 1848, assim como depois da contra-revolução em 1849-50, o proletariado não dispõe, a não ser na Inglaterra, das mais elementares liberdades democráticas para exercer sua atividade: imprensa, reunião, associação, etc. A sociedade secreta é portanto o instrumento natural, nessas condições, para se efetuar uma propaganda revolucionária.

Por ocasião do processo contra a Liga dos Comunistas em Colônia, em 1852, onde o principal motivo de acusação era o de "conspiração", Marx especificou que a Liga nada tinha de uma sociedade de "conspiradores", pois "não se conspira contra o ar dos tempos" e era o próprio movimento histórico que fomentava as condições da revolução. A Liga, prosseguia Marx, não procurava constituir-se em partido de governo, mas no "partido de oposição do futuro". Isso significava que, na perspectiva de revolução dupla que a Liga alimentava, não se procurava tanto lutar contra os governos existentes, pois essa era a tarefa da burguesia, mas contra os futuros governos que essa mesma burguesia formaria, uma vez tendo alcançado o poder. Nessa perspectiva, e enquanto sociedade secreta, a Liga podia e devia portanto pular etapas e fazer propagandear os princípios comunistas.

Por outro lado, uma vez desencadeada a revolução – e vimos de que maneira – por uma burguesia covarde e pouco ciosa de levar sua missão histórica a bom termo, essa propaganda comunista não tinha momentaneamente mais razão de ser, enquanto o movimento histórico não tivesse varrido o terreno de todas as formas pré-burguesas e permitido a emergência de um partido operário frente à burguesia triunfante.

"... ignorando ainda sua própria missão histórica, o proletariado, na sua grande massa, devia inicialmente assumir a incumbência de empurrar a burguesia para a frente, formando sua ala de extrema-esquerda. Antes de mais nada, os operários alemães precisavam conquistar direitos que lhes eram indispensáveis à sua organização de maneira autônoma em partido de classe – liberdade de imprensa, de associação e de reunião – direitos que a burguesia deveria ter conquistado no interesse de sua própria dominação mas que, com todo o seu pavor, ela negava agora aos operários. A pequena centena de membros da Liga foi engolida nas enormes massas subitamente projetadas no movimento. Foi assim que o proletariado alemão surgiu inicialmente no cenário político enquanto o partido democrata mais extremado. Foi isso que nos trouxe de modo absolutamente natural uma bandeira, nós que acabávamos de criar um grande jornal na Alemanha. Só podia ser o jornal da democracia, mas de uma democracia que colocava em tudo, e de modo detalhado, um caráter especificamente proletário que ela ainda não podia inscrever de uma vez por todas na sua bandeira. Se tivéssemos recusado isso, se não tivéssemos apreendido o movimento exatamente na sua extremidade mais avançada, autenticamente proletária, nada nos teria restado a não ser pregar o comunismo num mísero jornaleco local e fundar uma pequena seita, em vez de um grande partido operário. Ora, não podíamos nos limitar a pregar no deserto: havíamos estudado demasiadamente bem os utopistas para fazer isso. De resto, não havíamos concebido nosso programa neste objetivo." (Engels – Der Sozialdemokrat – 13/3/1884)

Historicamente portanto, quando ainda existe a possibilidade de surgimento de partidos operários que não sejam ao mesmo tempo comunistas, o partido comunista não desenvolve todas as tarefas de um partido destinado a assumir o poder e a exercer sua ditadura sobre a sociedade. Seu trabalho essencial é fazer propaganda do programa comunista no seio do partido operário e procurar levá-lo a adotar de maneira cada vez mais franca e decidida o programa comunista (é exatamente a uma tarefa como essa que se dedicam os comunistas no seio da AIT).

Ora, nenhum dos atores da revolução alemã de 1848-49 estava à altura de sua tarefa. Por seu lado, a burguesia renunciava a qualquer tentativa revolucionária. Por outro, na ausência de condições adequadas, o partido operário não podia constituir-se imediatamente sem que o proletariado avançasse mais longe na sua luta pela democracia. Por conseguinte, os comunistas não podiam fazer propaganda de seus princípios no seio de um partido operário que não existia. Como, por outro lado, a sociedade conhecia doravante as elementares liberdades de imprensa, de reunião etc., que permitiam realizar um trabalho de propaganda à luz do dia, a manutenção de uma sociedade secreta (a Liga) não se justificava. Se as condições históricas o tivessem permitido, a Liga, considerando a obtenção dessas novas liberdades, ter-se-ia fundido no partido para nele levar a bom termo a luta pelos princípios. Mas com a revolução precisando cumprir ainda uma etapa preliminar, a Liga dissolve-se momentaneamente para constituir a ala esquerda do partido democrata, com a missão de forçá-lo a levar a revolução até o fim.

No plano da organização, essa tática foi utilizada apenas na Alemanha. Com efeito, na Rússia, onde a tática global da revolução se inspirava naquela adotada na Alemanha em 1848, o partido do proletariado, o partido bolchevique, não se colocou em vigília mas, pelo contrário, preparou-se para constituir a ponta de lança da revolução. Mas, justamente, as lições de 1848 haviam sido incorporadas e sabia-se por antecipação que a burguesia russa seria incapaz de realizar até mesmo sua própria revolução burguesa. Nessas condições, o proletariado devia preparar-se para substituir decididamente a burguesia desfalecente e levar a bom termo uma revolução burguesa, antes de "fazer" sua própria revolução (outubro).

O partido que ressurgirá da luta nos anos vindouros será ao mesmo tempo um partido operário e, de chofre, um partido comunista. Isso significa que as frações do proletariado mundial que serão levadas a se unificarem em partido o farão imediatamente sobre a base dos princípios comunistas restaurados. Esse partido deverá ser imediatamente mundial e integrar na sua estratégia da revolução internacional as defasagens que podem existir entre diferentes zonas do globo e definir as tarefas que esperam o proletariado nas áreas do capitalismo atrasado. O fato de que não mais se coloca hoje a questão de uma "sociedade secreta" separada do partido operário e fazendo propaganda dos princípios do comunismo, não significa, pelo contrário, que esse partido – e isso já era verdadeiro na época – não deverá forjar um aparelho clandestino muito sólido, ele também internacional, capaz notadamente de manter a atividade do partido quando seus ramos legais estiverem impossibilitados de subsistir.

2.2.4.3.9. Outra lição que pode ser tirada do episódio de 1848 refere-se à revolução dupla. Já podemos constatar aqui que o partido comunista jamais professou posições de indiferentismo com relação à revolução burguesa. Jamais pretendeu que se poderia realizar de chofre uma revolução proletária, nem que o proletariado deveria ser indiferente à revolução burguesa como o pretendem o reformismo social-democrata (era a posição do menchevismo na Rússia) e o indiferentismo pequeno-burguês. Não apenas o proletariado não deve permanecer indiferente à revolução burguesa como deve perseguí-la até o fim, levá-la até suas mais extremas conseqüências. Essa é a única estratégia para que ele possa conquistar o poder em uma área na qual ainda não predominam as características puras do capitalismo. Se o indiferentismo pequeno-burguês, na sua condenação da fase burguesa em

nome de uma suposta "pureza" revolucionária que nada mais é do que a marca de sua impotência, comprova assim seu mero infantilismo, mais perigoso e contra-revolucionário ainda é o reformismo que prega a perpetuação de alianças com a burguesia ou a pequena-burguesia quando a revolução burguesa já é uma realidade acabada. Uma estratégia como essa só pode então conduzir o proletariado para o cemitério.

No que se refere à Alemanha de 1848, já vimos que para o Manifesto do Partido Comunista a revolução burguesa só poderia ser o "prelúdio imediato de uma revolução proletária". Esperava-se portanto ver a revolução desenrolar-se segundo o esquema clássico estabelecido para a revolução dupla. Nela, o proletariado luta ao lado da burguesia enquanto esta cumprir suas tarefas revolucionárias, mas ele sabe e anuncia claramente que este combate será erguido por outro combate, frontal, entre ele mesmo e a burguesia tornada (notadamente graças ao apoio do proletariado) classe dominante. Desde o início, trata-se, para o proletariado, de denunciar a burguesia: 1/ quando ela não é suficientemente revolucionária; 2/ quando ela age contra o proletariado; e ele se esforça para destacar sistematicamente as irreduzíveis oposições de interesses entre ele e a burguesia. Como diz Engels, a aliança com a burguesia conclui-se no campo de batalha e não no papel.

2.2.4.3.10. O esquema da revolução dupla, da revolução permanente, supõe portanto, por um lado, senão uma classe burguesa capaz de engajar a luta pela realização de seus interesses históricos, pelo menos uma classe pequeno-burguesa capaz de substituir-se à burguesia para a realização desses objetivos. E, por outro lado, supõe que o proletariado possa, seja no início, seja no decorrer da luta, autonomizar-se e constituir-se em partido político distinto, que enunciará frente às diversas classes das quais é inimigo e eventualmente parceiro ocasional, o futuro da revolução, o transpassamento da revolução burguesa quando esta tiver ido tão longe que a única classe capaz de realizá-la será o proletariado, que herdará então o poder político. Esse proletariado, associado ao proletariado dos outros países, poderá então empreender uma transformação socialista da sociedade.

"Enquanto os pequeno-burgueses democráticos querem encerrar a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido na melhor das hipóteses a realização das reivindicações acima, é nosso interesse e nosso dever tornar a revolução permanente até que todas as classes mais ou menos possuidoras tenham sido expulsas do poder, que o proletariado tenha conquistado o poder público e que, não apenas em um país, mas em todos os principais países do mundo, a associação dos proletários tenha feito progressos suficientes para suprimir nesses países a concorrência dos proletários e concentrar em suas mãos pelo menos as forças produtivas decisivas." (Marx-Engels – Comunicado do Conselho Central à Liga. Março de 1850)

2.2.4.3.11. No caso particular da Alemanha de 1848, a burguesia era demasiadamente covarde para reivindicar o poder para ela mesma, e o proletariado era demasiadamente frágil para poder impor o seu diretamente. Era principalmente em escala internacional que se desenrolava o antagonismo entre poder burguês e poder proletário. Era no proletariado francês que a burguesia alemã descobria o segredo da época moderna pela qual ela deveria ter lutado para derrubar o absolutismo. Por seu lado, o proletariado alemão ainda lutava

para reivindicar seu terreno de ação: a república burguesa, una e indivisível. Esse terreno, arduamente conquistado, teria sido particularmente favorável para constituir um verdadeiro partido operário cujas características, como vimos, são de encarnar os interesses históricos do proletariado, colocando como objetivo imediato a constituição da classe em partido, a derrubada da dominação burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado. No início da revolução alemã, a constituição de um partido como esse era impossível (e, a fortiori, a de um partido comunista puro), pois não existia a mínima base para que ela pudesse surgir sobre esse programa. O segredo da revolução alemã reside na falência absoluta da burguesia e na sua incapacidade de desempenhar seu próprio papel histórico.

"Afirmávamos abertamente que a orientação que representávamos só poderia entrar na luta para conquistar seus verdadeiros objetivos de partido quando estivesse no poder o partido mais extremado dentre os que existiam oficialmente na Alemanha: seria então que constituiríamos a oposição em relação a ele." (Engels – Der Sozialdemokrat – 13/3/1884)

Por seu lado, as tentativas de organização imediata de um partido operário (pela reunião das diversas associações operárias existentes) não lograram sequer situar-se à altura das exigências mínimas de um partido operário. Com relação à tentativa de S. Born, em Berlim, Engels escreve que o programa da associação misturava em um amontoado confuso "as idéias expostas no Manifesto Comunista, reminiscências e desejos que datavam das velhas corporações, detritos de Louis Blanc e de Proudhon, doutrinas protecionistas, etc." (Algumas palavras...)

Eis ao que, por si mesmo e nas circunstâncias de então, na atmosfera petrificada de filistinismo e de espírito pequeno-burguês da Alemanha de 1848, podia chegar o proletariado alemão. Somente a experiência da luta e das traições sucessivas da burguesia alemã iria poder colocar na ordem do dia a constituição de um autêntico partido operário, quando as ilusões do primeiro período se tivessem um pouco dissipado.

Essas condições deveriam estar reunidas no início de 1849. A partir desse momento, Marx e Engels mostram-se favoráveis, como veremos, à criação de um partido operário na Alemanha, mas a atmosfera geral de então é ditada pela contra-revolução e ele não verá a luz do dia. No entanto, esse fenômeno contra-revolucionário não deve ocultar o resultado particularmente importante para a continuação do movimento: desde 1849, o proletariado alemão atingiu a maturidade necessária para organizar-se em classe independente.

2.2.4.3.12. A título de comparação histórica, podemos observar a tática adotada na Rússia às vésperas da revolução de 1917. Aqui também desenha-se a perspectiva de uma revolução dupla, mas as lições da Alemanha de 1848 serão aproveitadas. Por um lado, não se espera doravante nada mais de uma burguesia pusilânime, que pactua com o czarismo e cujos partidos se comprometem com a reação. A burguesia – isso é certo – não irá se aventurar a mobilizar as massas para cumprir sua revolução. Ela abdicou de qualquer espírito revolucionário e tenta fazer prevalecer seus interesses com infinitas precauções, tratos e acomodações com o poder vigente. Do lado proletário existe outra realidade. Ligado há várias gerações ao movimento operário internacional, ele já se constitui em partido político

e fez sua toda a experiência do proletariado mundial: 1848, a AIT, a Comuna de Paris em 1871 e a constituição da Segunda Internacional.

Por conseguinte, não mais existe o principal elemento que havia levado Marx e Engels a agirem enquanto extrema-esquerda do partido democrata. Não apenas o proletariado russo já se constituiu em partido operário, mas até o programa desse partido operário se pretende o programa comunista mais estrito. O partido operário já se tornou um partido comunista formal (partido bolchevique). Pode-se avaliar aqui os passos de gigante realizados pelo proletariado mundial.

É por isso que, ao comentar a experiência de 1848 na Alemanha e a tática adotada por Marx e Engels, Lenine escrevia em 1905:

"Para nós, essa conclusão (a necessidade de dispor de uma organização independente do proletariado – ndr) é a aquisição sólida e já tradicional de meio século de experiência da social-democracia internacional, a aquisição com a qual iniciamos a organização do Partido Operário Social-Democrata da Rússia. Assim é que, por exemplo, não se trataria para nós, na Rússia, de existirem jornais revolucionários do proletariado à margem do Partido Social-Democrata do proletariado, os quais poderiam colocar-se, ainda que por um minuto apenas, como simples "órgãos da democracia". (Lenine – Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. 1905)

Essa transparente alusão à "Nova Gazeta Renana" não deve fazer pensar que Lenine criticava a atitude de Marx. Ao contrário, foi de seu mais minucioso estudo que dela deduziu a tática do partido na revolução democrática burguesa vindoura.

2.2.4.3.13. No que concerne a pequena-burguesia, vimos no decorrer do capítulo anterior que ela se revelava incapaz de substituir a burguesia em suas tarefas revolucionárias e que, definitivamente, em vez de constitui para o proletariado uma aliada, obstinava-se a traí-lo no último momento, deixando-o sozinho contra as tropas da contra-revolução. Marx e Engels deram a seguinte definição dessa classe e de seu papel na revolução alemã de 1848 – na qual ela constitui a ala esquerda do partido democrata – na Convocação do Conselho Central da Liga, de 1850, onde a evolução ulterior da atitude da pequena-burguesia também estava prevista:

"O papel que os burgueses liberais alemães desempenharam, em 1848, em relação ao povo, esse papel de tão plena traição, será, na próxima revolução, assegurado pelos pequeno-burgueses democratas que atualmente ocupam na oposição a mesma situação dos burgueses liberais antes de 1848. Esse partido, o partido democrático, embora mais perigoso para os operários do que o antigo partido liberal, compõe-se de três elementos.

1/ As frações mais avançadas da grande burguesia que se propõem como objetivo a queda imediata e completa do feudalismo e do absolutismo. Essa tendência tem como representantes os homens de Berlin que outrora preconizavam a união, a refutação do imposto.

2/ Os pequeno-burgueses democráticos e constitucionais que sobretudo buscaram, no último movimento, o estabelecimento de um Estado confederado mais ou menos democrático tal qual pretendiam realizar seus representantes, a esquerda do Parlamento de Frankfurt e, mais tarde, o Parlamento de Stuttgart, assim como eles mesmos tentavam na sua campanha a favor de uma constituição de Império.

3/ Os pequeno-burgueses republicanos, cujo ideal é uma república federativa alemã no gênero da Confederação Helvética, e que hoje assumem a etiqueta de vermelhos e social-democratas porque se banham na doce ilusão de suprimir a opressão do pequeno capital pelo capital, do pequeno-burguês pelo grande burguês. Os representantes dessa fração foram os membros dos congressos e dos comitês democráticos, os dirigentes das associações democráticas e os redatores dos jornais democráticos." (Textos sobre a organização)

2.2.4.3.14. Voltando à tática do partido comunista na Alemanha, a primeira fase da revolução burguesa exigia portanto que se renunciasse a constituir artificialmente um partido operário que não teria podido defender seu programa, e que se levasse à radicalização dessa revolução no seio do partido democrático, conglomerado de diversas tendências burguesas, pequeno-burguesas e, no caso, proletária. Mas isso não significa que tal partido constituía o nec plus ultra da oposição democrática e que os comunistas deviam contentar-se em seguir suas diretrizes livrando-se à apologia barata de todos os seus atos e discursos. Ao contrário, a fim de se situar resolutamente à extrema-esquerda desse partido, a Nova Gazeta Renana (NGR) escrevia no editorial de seu primeiro número:

"Exige-se costumeiramente de todo novo órgão de opinião pública que ele se entusiasme pelo partido do qual professa os princípios, que tenha uma confiança absoluta em sua força, que esteja sempre pronto ora para cobrir o princípio com uma potência efetiva, ora para enfeitar a fragilidade com o brilho do princípio. Não responderemos a esse desejo. Não procuraremos adornar com o outro das ilusões enganosas as derrotas sofridas." (NGR – 1/6/1848)

Na seqüência do texto, a NGR salienta que o partido democrático adormeceu sobre os louros da vitória, e que em vez de levar suas vantagens até o fim abandonou a iniciativa ao partido da "burguesia moderada e circunspecta" que, de compromisso em compromisso, reforçou o campo do poder absolutista, isolando o movimento democrático. Por essa razão, é preciso chamar o próprio partido democrata a mobilizar-se para fazer triunfar os interesses revolucionários, e esse triunfo só pode advir da "luta material e prática".

"Tudo isso é indubitável, mas o perigo não seria menor se o partido democrático, em prol ao amargo sentimento da primeira derrota, ainda que dela seja parcialmente responsável, se deixasse voltar a esse idealismo funesto que infelizmente está ligado ao caráter alemão. Em virtude desse idealismo, um princípio que não pode se integrar à vida fica reservado para um futuro longínquo e confiado no presente à elaboração inofensiva dos "pensadores". É preciso colocarmo-nos diretamente em guarda contra esse amigos volúveis que, é verdade, declararam-se de acordo com o princípio, mas que duvidam da possibilidade de aplicá-lo porque, como afirmam, o mundo ainda não está maduro, e preferem pelo contrário, nesta perversa existência terrestre, terem eles mesmos em partilha o destino geral da perversidade. Se são

estes os cripto-republicanos que o conselheiro Gervinus tanto teme, nós o aprovamos de todo coração. Essas pessoas são perigosas." (idem)

2.2.4.3.15. Durante todo esse período, a Liga dos Comunistas deixou portanto de agir na Alemanha enquanto organização formal. A coerência dessa posição é explicada pelo próprio estado do movimento alemão dessa época e pela estratégia europeia da revolução. Se havia um lugar onde pudesse ser travada até a morte a luta entre burguesia e proletariado (dada a perda de fôlego da vaga cartista na Inglaterra) era Paris, o que a NGR não deixou de destacar em junho de 1848 ao glorificar a insurreição do proletariado parisiense. Quanto ao proletariado alemão, devia primeiro conquistar o terreno de luta e, no exterior, forçar a burguesia alemã a adotar uma política externa revolucionária, apoiando as revoluções burguesas da Hungria, Polônia, da Itália e, assim que fosse possível lançando-se numa guerra revolucionária contra a Rússia, guerra na qual a Alemanha resgataria seus erros passados contra os povos revolucionários. Seja a respeito do Schlesvig-Holstein, da Polônia ou dos acontecimentos de Paris, a NGR manteve essa linha tática, tomando sistematicamente partido por qualquer ação que pudesse favorecer a extensão da revolução.

"A política externa da NGR era simples: intervir a favor de todo povo revolucionário, apelo à guerra geral da Europa revolucionária contra o grande bastião da reação europeia, a Rússia. Desde 24 de fevereiro (1849), estava claro para nós que a revolução tinha apenas um único inimigo verdadeiramente temeroso: a Rússia, e que este inimigo seria cada vez mais estrangido a intervir na luta à medida em que o movimento ganhasse a Europa inteira. Os acontecimentos de Viena, de Milão, de Berlin deveria retardar o ataque russo, mas seu desencadeamento final só se tornava mais certo à medida em que a revolução visava a própria Rússia. Ora, se conseguisse arrastar a Alemanha na guerra contra a Rússia, seria o fim do reino dos Habsburgo e dos Hozenzollern e a revolução triunfaria integralmente. Essa política constitui a trama de cada número do jornal até o momento em que os russos invadiram efetivamente a Hungria, confirmando totalmente nossa previsão, porém selando a derrota da revolução." (Engels – Algumas palavras...)

Na grande corrente das revoluções de 1848, a NGR encontrava portanto plenamente seu espaço. Mas apenas a fração que possuía a nítida inteligência de todo o movimento poderia compreendê-lo e defender até o fim essa tática com coerência. Isso implicava situar-se firmemente na estreita linha que separa a pura e simples apologia da democracia burguesa da política imediatista e sectária, radical na aparência, que consistia em querer forçar o curso da história tentando organizar de chofre na Alemanha um partido operário. Esses dois desvios coexistem na revolução alemã, ao lado da posição comunista.

Por um lado, Stefan Born, que havia fundado a Associação operária berlinense, escrevia: "No momento atual, nossos interesses fundem-se com os dos capitalistas. Assim como eles, aspiramos à paz, devemos desejá-la." Isso o levará a abandonar à sua própria sorte a revolução berlinense de 14 de junho de 1848. Por outro lado, Gottschalk lutava para que o programa imediato do proletariado incluísse a instauração de uma "república operária", embora o movimento comunista sempre tivesse afirmado que a reivindicação

imediate no caso da Alemanha era a de uma república una e indivisível (aliás, o mesmo Gottschalk também preconizava o boicote às eleições).

Vemos aqui que o ultra-esquerdismo "purista", o indiferentismo pequeno-burguês que infecta o movimento revolucionário atual não é um fenômeno novo. Ele não é fruto da experiência do movimento proletário que, por si só, jamais defendeu tais posições, mas da impaciência e dialeticamente da impotência pequeno-burguesa que crê assim forçar a capacidade do movimento de "agir", mas que na realidade se revela incapaz de fazer outra coisa a não ser de discutir no boteco da esquina.

Do lado mesmo da Liga dos Comunistas iria surgir uma tentativa de rejeitar a tática adotada e de forçar a reconstituição da Liga. Em fevereiro de 1849, a corrente representada por Moll, Schapper, etc, inicia uma "reorganização" da Liga à qual Marx e Engels se opõem firmemente. Com efeito, a "reorganização" era acompanhada da redação de novos estatutos que se situavam muito aquém daqueles adotados no segundo congresso, em 1847. Notadamente o objetivo da Liga não era mais definido como a derrubada da burguesia, mas como a "república una e indivisível", ou seja, uma reivindicação democrática burguesa que, é verdade, pode ser defendida pelos comunistas em determinado momento (e que eles efetivamente defendiam no seio do partido democrata contra os partidários de uma república federativa de tipo suíço), mas de modo algum fazer parte dos estatutos de uma organização comunista como objetivo último desta. Ademais, no plano organizacional, o projeto Moll-Schapper implicava uma recaída na política das seitas, com a política sistemática do segredo, introdução da pena de morte no seio da organização, etc... A recusa clara e nítida de Marx e Engels de se associarem a tal projeto resume os dois termos da alternativa: ou a situação está madura para que haja constituição de um partido operário, e este deve ostentar orgulhosamente na sua bandeira seus objetivos e seus métodos; ou então o atraso da situação implica que só podem ser defendidas reivindicações de tipo burguês e, neste caso, é melhor renunciar a manter artificialmente (ou a reativar, no caso atual) uma organização comunista que não possa afirmar seu ser.

2.2.4.3.16. No entanto, na primeira metade de 1849, o curso da revolução sofre uma inflexão. Vimos que o final de 1848 havia assistido ao esmagamento da revolução em Viena e em Berlim, confirmando assim o curso contra-revolucionário iniciado na Itália e sobretudo em Paris, no mês de junho. Mas, por um lado, o partido não se tinha dado conta do fato de que os massacres de junho constituíam um golpe que freava a revolução, e acreditava que a retomada do movimento adviria da França; por outro lado, a participação da burguesia na contra-revolução absolutista do final de 1848 havia de certo modo encerrado a fase burguesa da revolução iniciada em março e deveria permitir a emergência do proletariado, agora aguerrido pelo processo revolucionário e livre de suas ilusões.

Assim é que a evolução política do partido comunista na Alemanha em 1848-49 pode ser resumida como segue:

- A burguesia se revela incapaz de assumir suas responsabilidades históricas.
- O proletariado não pode por enquanto organizar-se em partido operário e, a fortiori, em partido comunista (o qual, segundo Engels, teria sido apenas uma seita). Onde

o ingresso no partido democrata, visto como o órgão que deveria levar a luta contra o absolutismo, preparando assim o terreno para a luta de classes proletariado/burguesia.

Mais tarde o curso da revolução confirma:

- O caráter medroso e hesitante da pequena-burguesia, que revela:
- a incapacidade do partido democrata de levar a bom termo suas próprias tarefas, enquanto que:

- a ascensão de uma classe operária ativa, que encarna sozinha a verdadeira democracia e está pronta a levar até o fim a revolução, abre a perspectiva de constituição de um partido operário. É apenas quando todos esses elementos se impõem claramente, durante o primeiro trimestre de 1849, e principalmente quando o movimento operário se reforça, que pode ser colocada na ordem do dia a criação de um partido operário.

É por isso que Marx e Engels rompem, nessa época (março de 1849), suas ligações organizacionais com o partido democrata, deixando os cargos de direção e reaproximando-se das associações operárias.

"Estimamos que a organização atual das organizações democráticas abriga em seu seio demasiados elementos heterogêneos para que seja possível uma atividade proveitosa em relação ao objetivo que a causa se fixou. Ao contrário, somos de opinião que uma ligação mais estreita das associações operárias é preferível porque elas são compostas de elementos homogêneos, e é por isso que a partir de hoje demitimo-nos do comitê regional renano das associações (democráticas – ndr)". (NGR – 15/4/1849)

Após essa providência, a Associação operária adota a seguinte resolução:

"A Assembléia decidiu por unanimidade: 1/ deixar a federação das Assembléias democráticas da Alemanha e, em contrapartida, filiar-se à Federação das Uniões operárias alemãs cujo comitê central tem sede em Leipzig; 2/ encarregar seu comitê de convocar em Colônia um congresso provisório de todas as uniões operárias da Renânia e da Westfália antes da reunião do congresso geral dos trabalhadores em Leipzig, com o objetivo de estreitar os laços do partido autenticamente social; 3/ enviar delegados ao congresso das Uniões operárias da Alemanha, o qual deverá ser realizado dentro em breve, em Leipzig."

Com relação a um tal partido operário que se pretendia formar, os comunistas deviam tentar se colocar, como diz o Manifesto, à frente do movimento. Mas de que forma?

Precisariam para isso de uma sociedade secreta de propaganda como o era a Liga? Ou bastava-lhes um órgão esclarecido, que não hesitasse em tomar posição sobre o movimento (a partir de abril de 1849, a NGR ataca de frente a questão social e publica as exposições de Marx sobre "Trabalho assalariado e capital"), que fosse escutado e respeitado pelos operários e pelos pequeno-burgueses democratas, como o era a NGR?

De duas uma: ou a situação era tal que se podia reativar a Liga dos Comunistas e, neste caso, seria preciso dar-lhe um programa comunista (coisa que os "reorganizadores" da Liga não faziam). Ou a situação permitia a criação de um partido operário e, neste caso, os comunistas deviam agir frente a esse movimento como sua fração mais avançada e mais esclarecida, sem dele se desvincularem, o que teria levado naquela época à reativação da Liga secreta.

Lembremo-nos das palavras do Manifesto segundo as quais os comunistas não formam um partido distinto do movimento operário. Na medida em que este está prestes a se formar, os comunistas procuram assegurar sua direção e fazer prevalecer em seu seio o programa comunista. Quais são os casos em que podem precisar de uma organização distinta, ou seja, a Liga dos Comunistas?

Já vimos essas condições, quando não é mais possível agir facilmente no seio do partido operário, na medida em que não existissem as condições formais de agitação, direito de reunião, de assembléia, liberdade de imprensa, etc... Ora, na época em que Marx e Engels deixam as associações democráticas, essas condições estão reunidas e, por conseguinte, os comunistas não precisam se organizar de maneira distinta para fazerem propaganda de seus princípios. Não cabe portanto reorganizar a Liga.

Por outro lado, se o partido operário consegue crescer, continua tendo como tarefa imediata tarefas democráticas, na medida em que a burguesia não cumpriu-as até o fim. O esquema da revolução permanente está sempre em vigor mas – e essa é uma grande aquisição, definitiva para o resto da história do proletariado alemão – existe doravante a possibilidade material de existência do partido operário.

2.2.4.3.17. Ocorre que a esperança que guiava os comunistas, nessa nova estratégia de formação do partido operário, era a da retomada da revolução inicialmente na França e depois na Alemanha. Toda a estratégia do partido nesse momento estava fundada sobre a perspectiva (que infelizmente, iria revelar-se ilusória) de uma retomada dos combates revolucionários em Paris. Numerosas são as citações como as que seguem ilustrando essa perspectiva:

1/9/1848 :

"... e se a pusilanimidade e a irresolução alemãs fizerem tudo fracassar, então a França nos salvará."

5/11/1848:

"De Paris enfim ouvimos um primeiro estrondo subterrâneo anunciador de um terrível terremoto que sepultará a honesta república sob suas próprias ruínas."

11/11/1848:

"De Paris o canto do galo gaulês despertará uma vez mais a Europa."

Ora, depois da manifestação abortada de 13 de junho de 1849 (cf. CouC #5), nada mais se podia esperar do movimento parisiense, e mesmo mais tarde reconheceu-se no "Dezoito Brumário de Luiz-Napoleão Bonaparte", que desde junho de 1848 os sinos

havia dobrado para o proletariado francês e, por via de consequência, para todo o movimento europeu. Posteriormente, veio toda a série de derrotas militares do movimento democrático na Alemanha, o que adiava a perspectiva da formação de um partido operário e até mesmo o mero e simples cumprimento da revolução burguesa.

O partido operário em gestação – e o resultado teria sido o mesmo se tivesse sido mais desenvolvido – enquanto partido formal não podia sobreviver muito tempo quando a contra-revolução triunfava em todas as frentes. Entretanto, como dissemos, esse resultado não deixava de estar repleto de promessas para o futuro e abria o caminho ao proletariado alemão para vir colocar-se à frente do proletariado internacional.

"Entre a epopéia de ontem e a de hoje transcorreu uma geração. Naquela época (1848 – ndr), a Alemanha era um país de artesanato e de indústria a domicílio fundada no trabalho manual; hoje (1884 – ndr), é um grande país industrial, ainda em estado de contínua transformação. Naquela época, era preciso recensear um por um os operários capazes de compreender sua situação de operários e o antagonismo histórico e econômico que os opõe ao capital, porque esse mesmo antagonismo ainda estava em vias de formação. Hoje, é preciso colocar todo o proletariado alemão sob leis de exceção para retardar, ainda que ligeiramente, a evolução que lhe dará plena consciência de sua situação de classe oprimida. Naquela época, os raros prussianos que haviam penetrado, à força de seu trabalho, até a compreensão do papel histórico do proletariado, deviam se agrupar em segredo e reunir-se às escondidas em pequenas comunas de 3 a 20 homens; hoje, o proletariado alemão não mais precisa de organização oficial pública ou secreta; a simples e natural ligação de companheiros pertencentes à mesma classe social e professando as mesmas idéias basta, sem estatutos, nem comitês diretores, nem resoluções, nem outras formas tangíveis ¹² para abalar todo o Império alemão. Bismarck é o árbitro na Europa, do outro lado e nossas fronteiras, mas dentro delas cresce, cada dia mais ameaçadora, a personalidade atlética do proletariado alemão, o gigante que Marx previa desde 1844, que já se encontra apertado no âmbito do Império talhado de acordo com as medidas do filisteu burguês e que, num futuro próximo, quando sua possante estatura e seus largos ombros se terão mais desenvolvido, precisará apenas erguer-se de seu assento para fazer arrebentar todo o edifício das constituições imperial." (Engels – Algumas palavras...)

Com a vitória da contra-revolução, subia a cortina do último ato de existência da Liga dos Comunistas e dos partidos operários.

2.2.4.3.18. É precisamente a respeito da apreciação da contra-revolução que iria ocorrer o afrontamento final no seio da Liga entre o "partido Marx" e as correntes imediatistas. Do lado de Marx, Engels e seus partidários, sabia-se que a revolução havia momentaneamente fracassado e que todo trabalho de pura e simples agitação tornava-se estéril. O que era

¹² Não se deve imaginar que Engels faz aqui a apologia do "espontaneísmo"; ela mostra apenas que a fase dos partidos operários imediatamente comunistas está encerrada para a Europa e a América e que, doravante, o programa comunista basta por si só para unificar os proletários e constituir a base sobre a qual eles podem formar-se em partido político.

preciso era preparar as condições da retomada, que era vista como próxima, pois a crise que relançaria a revolução era esperada para 1852. Nessa época, no início de 1850, Marx e Engels ainda não pensam que o jogo está perdido e sua atitude é ainda mais interessante de ser estudada. Trata-se de uma pausa na atividade revolucionária, a fim de levantar um balanço da etapa cumprida, a contra-revolução sendo considerada (lição dialética que será aplicada a seguir, não apenas à história imediata de 1848 mas ao conjunto das contra-revoluções que, infelizmente, o proletariado ainda deverá atravessar) como um momento necessário da revolução.

"À exceção de alguns capítulos, cada seção importante dos anais da revolução de 1848 a 1849 leva o título de Derrota da Revolução! Mas, nessas derrotas, não foi a revolução que sucumbiu, foram os tradicionais apêndices pré-revolucionários, resultados das relações sociais que ainda não se haviam organizado até se tornarem violentas contradições de classes: pessoas, ilusões, idéias, projetos, dos quais o partido não estava livre antes da revolução de fevereiro e dos quais não poderia ser liberado pela vitória de fevereiro, mas apenas por uma série de derrotas. Em suma: não é por suas conquistas tragicômicas diretas que o progresso revolucionário abriu seu caminho; ao contrário, foi somente fazendo surgir uma contra-revolução compacta, possante, criando-se um adversário e combatendo-o que o partido da subversão pôde enfim tornar-se um partido revolucionário." (Marx – As lutas de classes na França)

Para Marx e Engels, a crise prevista por volta de 1852 devia relançar a revolução. O ciclo econômico tal qual por eles vislumbrado na época, é de cinco anos. Após a crise de 1847, é lógico prever então uma nova crise para 1852 e considerar que esta terá os mesmos efeitos no que concerne ao desencadeamento de uma revolução em escala europeia, mas que se beneficiará desta vez da experiência de toda a etapa democrática de 1848. O que ambos reconhecerão mais tarde, dada a ausência de realização da previsão, é que desde 1825 superpõem-se as crises próprias à fase moderna do MPC, a fase de submissão real do trabalho ao capital, e as crises ainda inerentes à fase precedente. Ao ciclo de 10 anos, justapõe-se um ciclo de 5 anos, que vai definitivamente desaparecer a partir de 1848. O essencial do método continua todavia válido quando os ciclos da economia burguesa estão bem individualizados, e é portanto na perfeita continuidade da tradição comunista que se coloca Comunismo ou Civilização quando prevê uma nova crise do MPC por volta de 1988, ou seja, aproximadamente 6-7 anos, duração média do ciclo atual, após a crise de 1980-81.

No aguardo da retomada revolucionária, que só poderá advir de uma nova crise, Marx e Engels, na perspectiva que evocamos acima, lançam em Londres (onde praticamente todos os chefes da revolução europeia se haviam refugiado) uma Nova Gazeta Renana – Revista política econômica (NGRR, a NGR primeira versão tendo deixada de ser publicada na Alemanha em maio de 1849), editada de março a novembro de 1850, e que não deveria ser um órgão de agitação como a primeira NGR, mas aprofundar a crítica das relações sociais por meio de artigos detalhados e traçar um balanço do período encerrado (é na NGRR que é publicada a primeira versão das "Lutas de classes na França").

"Um jornal de calma aparente como este deve ser utilizado para esclarecer a etapa atravessada desde a revolução, o caráter dos partidos em luta, as relações sociais que condicionam a existência e a luta desses partidos (...). Diferentemente do jornal diário, a revista permite pesquisas detalhadas e científicas sobre as relações econômicas que constituem a base de todo o movimento político".

2.2.4.3.19. Como podemos constatar, a própria forma da expressão revolucionária não é independente dos objetivos perseguidos e do período no qual se inscrevem. No que se refere à imprensa do partido, cada forma de expressão possui uma utilidade própria: a revista teórica, que se dirige sobretudo à fração revolucionária da classe e na qual são realizadas "pesquisas detalhadas e científicas"; o jornal, cuja periodicidade deve ser pelo menos semanal para merecer esse nome, e que, além de seu papel coletivo de organização dos revolucionários, procura atingir a fração da classe sensibilizada às idéias revolucionárias; enfim, o panfleto ou o cartaz, sem dúvida o exercício mais difícil, que também tenta atingir as frações menos avançadas da classe.

Num período de contra-revolução, as duas últimas atividades são extremamente difíceis de realizar. Quando nenhuma fração da classe tende de maneira sistemática e estável a poder se agrupar em torno do programa comunista, quando as idéias revolucionárias deixaram momentaneamente de exercer qualquer força material sobre a sociedade, a forma mais adequada do recuo em boa ordem é a revista teórica, a qual se dirige à vanguarda revolucionária e onde se defende com intransigência o programa comunista a fim de favorecer a futura retomada da luta de classes.

"Revista de calma aparente" é o subtítulo que poderia ter Comunismo ou Civilização, que se situa nessa perspectiva e luta contra os desvios ativistas e voluntaristas que persistem, através de panfletos, de "jornais mensais (!) nos quais vão homenzinhos tentam derrubar, pelo efeito mágico de sua presença, o curso da história, quando tudo que logram é arrasar o programa comunista. Os apologistas da "intervenção" demonstram assim, ao contrário, que numa fase de contra-revolução como essa em que estamos mergulhados, apenas uma caricatura de intervenção é possível.

Em 1850, Marx e Engels consideram portanto que a revolução faz uma pausa, mesmo se esperam uma retomada para 1852. Na revista que fundam então, vão poder realizar o que haviam iniciado no fim da Nova Gazeta Renana, publicando "Trabalho assalariado e capital".

"De vários lados, recriminaram-nos de não haver exposto as relações econômicas que constituem em nossos dias a base material dos combates de classe e das lutas nacionais. Foi de propósito que apenas tangenciamos essas relações, apenas onde elas explodiam diretamente em colisões políticas. Tratava-se antes de tudo de acompanhar a luta de classes na história de cada dia e de provar, empiricamente, sobre a matéria existente e cotidianamente renovava, que a sujeição da classe operária realizada por fevereiro e março havia trazido simultaneamente a derrota de seus adversários: os republicanos burgueses na França e as classes burguesas e camponesas em luta contra o absolutismo feudal em todo o continente europeu, que a vitória da "república honesta" na França foi ao mesmo tempo a queda das nações

que haviam respondido à revolução de fevereiro por heróicas guerras de independência, que, finalmente, a Europa, pela derrota dos operários revolucionários, havia recaído em sua antiga dupla escravidão, a escravidão anglo-russa. Os combates de junho em Paris, a queda de Viena, a tragi-comédia de novembro em Berlim, os esforços desesperados da Polônia, da Itália e da Hungria, o esgotamento da Irlanda pela fome, tais foram os momentos principais nos quais concentrou-se na Europa a luta de classes entre a burguesia e a classe operária e que nos permitiram demonstrar que todo levante revolucionário, por mais distante que possa parecer seu objetivo em relação à luta de classes, deve necessariamente fracassar até o momento em que a classe operária revolucionária for vitoriosa, que toda reforma social será uma utopia até o momento em que a revolução proletária e a contra-revolução feudal se enfrentarem pelas armas numa guerra mundial (...). Agora que nossos leitores viram desenvolver-se a luta de classes em 1848 sob formas políticas colossais, é tempo de aprofundar as próprias relações econômicas sobre as quais funda-se a existência da sociedade burguesa e sua dominação de classe, assim como a escravidão dos operários ". (NGR – Trabalho Assalariado e Capital)

Uma nova vaga revolucionária só poderá intervir por ocasião da próxima crise.

"Nessa prosperidade geral onde as forças produtivas da sociedade burguesa vivem tão bem quanto é possível fazê-lo no quadro das relações burguesas, não se pode vislumbrar uma verdadeira revolução. Uma tal revolução só pode intervir em períodos onde esses dois fatores – forças produtivas modernas e forças burguesas de produção – entram em contradição. As intermináveis querelas dos representantes das diferentes frações do partido da ordem no continente, ligadas umas às outras, não podem levar a novas revoluções; ao contrário, essas querelas só são possíveis porque os fundamentos das relações sociais estão nesse momento, tão seguros – coisa que a reação ignora – quanto burgueses. Contra esses fundamentos virão romper-se todas as tentativas reacionárias de frear o desenvolvimento burguês e todas as proclamações inflamadas dos democratas. Uma nova revolução só é possível na seqüência de uma nova crise. Mas a primeira é tão certa quanto a segunda." (NGR – As lutas de classes na França)

Ao mesmo tempo, preparava-se para a retomada da revolução em 1852, prevendo-se que esta se cumpriria em um terreno totalmente diferente e com uma amplitude bem maior. Inicialmente, esperava-se que a crise não pouparia a Inglaterra, esse rochedo no qual até agora se haviam arrebatado todas as vagas revolucionárias vindas do continente. Mais ainda, é da Inglaterra, do centro capitalista mais desenvolvido que partiria a crise.¹³

"Mesmo quando as crises engendram revoluções inicialmente no continente, a causa sempre reside na Inglaterra (...). É normal que as violentas explosões que o corpo burguês conhecem produzam-se mais nas extremidades do que no coração, pois a

¹³ Nessa perspectiva, a próxima crise contemporânea, assim como as anteriores, partirá do centro capitalista mais desenvolvido: os Estados Unidos da América.

possibilidade de compensação é maior no primeiro caso do que no segundo." (NGR – idem)

A seguir, esperava-se que na França o combate assumiria de cara a condição radical de um confronto direto entre proletariado e burguesia. Enfim, na Alemanha, onde a instauração da república burguesa continuava na ordem do dia, o proletariado saberia como agir face a seus aliados de ontem, notadamente a pequena-burguesia, a afrontaria por sua vez constituindo-se em partido operário autônomo (cf. Comunicado do Conselho Central à Liga, de março de 1850, tese citada 2.2.4.3.22).

Na fase em que se encontravam então Marx e Engels, período no qual a contra-revolução ganhou o primeiro ato (mais tarde iria se reconhecer que ela havia ganhado o jogo), o importante era reagrupar as forças. As razões que haviam levado a colocar a Liga em vigília não existiam mais e sua reorganização impunha-se então. A união de todos os comunistas nunca seria demais para favorecer a futura revolução. É por isso que, nessa perspectiva, podia-se pensar em unificar os diferentes componentes do meio revolucionário europeu. Foi o sentido da criação, na primavera de 1850, da Associação Universal dos Comunistas, que se dava claramente como objetivo a revolução comunista por meio da derrubada das classes burguesas e da ditadura do proletariado.

"O objetivo da Associação é a derrocada de todas as classes privilegiadas, sua submissão à ditadura dos proletários na qual a revolução será mantida em permanência até a realização do comunismo, que será a última organização da família humana."

Para isso, era preciso criar laços de solidariedade entre "todas as frações do partido revolucionário comunista" além das nações. A Associação integrava no início a Liga dos Comunistas, os blanquistas franceses e a ala esquerda do cartismo (Harney). É evidente que essa associação não deve ser compreendida como uma Internacional comunista ao pé da letra. A III Internacional, partido comunista internacional, é comparável ao partido operário, do qual ela possui aliás as funções. Como já mostramos, em dado momento da evolução do movimento proletário, o conteúdo do partido operário nada mais é do que o programa comunista, partido operário e partido comunista sendo uma coisa só. A Associação Universal dos comunistas assemelhava-se portanto ao mesmo tipo de organização que a Liga dos Comunistas: uma tentativa de unificação dos comunistas a fim de afrontar nas melhores condições possíveis a retomada e a constituição do proletariado em classe pela mediação do partido operário. Mas essa tentativa não resistiu ao aprofundamento da contra-revolução e, logo de início, à cisão na Liga dos Comunistas.

2.2.4.3.20. Com efeito, enquanto o "partido Marx" continuava a analisar a realidade e a guiar sua ação conforme os princípios materialistas, uma outra fração da Liga, dirigida por Willich e Schapper, dava livre curso a suas tendências imediatistas, as quais iriam lançá-la no mais desenfreado ativismo, do mesmo modo que os "grande homens do exílio" chefes democratas refugiados em Londres, que lançavam no vazio vigorosas proclamações revolucionárias. Essa primeira irrupção da "doença da vontade" no seio de um partido comunista prefigura o que ocorrerá praticamente em cada episódio contra-revolucionário. Em vez de reconhecer a situação, de utilizar a trégua assim obtida para tirar um balanço do

período encerrado e afiar suas armas (defesa e restauração do programa comunista) para o futuro combate, lança-se na agitação sem princípio, sob o risco, aliás sempre verificado, de abandonar completamente o terreno do comunismo revolucionário. Marx traçava assim a linha de fronteira entre as duas atitudes defendidas pelas duas frações:

"Às concepções universais do Manifesto, opõe-se a concepção nacional alemã que bajula o sentimento nacionalista dos artesãos alemães. Em lugar da concepção materialista do Manifesto, brada-se a concepção idealista. Em vez das relações reais, o essencial na revolução, prefere-se a vontade. Enquanto nós dizemos aos operários: talvez vos seja necessário passar ainda por quinze, vinte, cinqüenta anos de guerra civil para mudar as condições atuais e vos formarmos vocês mesmos para a dominação, os outros dizem: vocês devem conquistar o poder agora, ou irem para casa. O democrata utiliza a palavra "povo" do mesmo modo que hoje se utiliza o termo "proletário": ... como uma frase oca. Para que essa frase corresponda a uma realidade, seria preciso declarar como proletários todos os pequeno-burgueses, isto é, de fato, imaginarem-se pequeno-burgueses, não proletários. Em vez do desenvolvimento revolucionário real, deveria se utilizar a frase revolucionária (...) Eu sempre afrontei as opiniões passageiras do proletariado. Nós nos dedicamos ao partido que, felizmente para ele, ainda não pode chegar ao poder. Se o proletariado chegasse hoje ao poder, não aplicaria medidas diretamente proletárias, mas medidas pequeno-burguesas.

A lição é clara. Quando o programa comunista não mais adere à realidade, não pode apoderar-se das massas, é preciso bater em retirada sabendo que se permanecerá uma minoria sem influência, a grande massa dos operários estando na melhor das hipóteses indiferente às posições revolucionárias.

"Você pode, dizia Marx a Schapper, ficar com a esmagadora maioria dos membros da Liga. Somos taxados de reacionários, a fim de sermos tornados impopulares, o que, diga-se de passagem, nos é totalmente indiferente porque não aspiramos à popularidade."

Azar daqueles que, ignorando as relações reais gostariam então, apesar de tudo, de se "ligarem às massas": precisam apresentar palavras de ordem, concepções diferentes do comunismo revolucionário. As táticas e as posições "transitórias" que deveriam, no espírito daqueles que as enunciam, servir para estabelecer uma passarela entre o estado real da classe e a classe tal qual ela deveria ser, longe de permitir um retorno do proletariado à cena revolucionária, tem como efeito imediato confortá-lo em seu ponto de vista atual e, como efeito secundário, perder definitivamente o fio vermelho da doutrina comunista no labirinto da contra-revolução. Ora, o fio vermelho do comunismo que percorre o arco histórico não é um fio de Ariane e o proletariado não é um Teseu moderno. Ele exige gravar sempre mais nitidamente as linhas de demarcação entre o ponto de vista burguês e o ponto de vista proletário. Dissimulando-os atrás dos expedientes táticos de circunstância, ou todos os programas transitórios que se quiser, chegar-se-á, porque não se arrevesa o curso real dos acontecimentos apenas sob o efeito da vontade, ao resultado inverso do esperado. E se, por aventura, obtém-se uma real influência sobre as massas, é para fazer uma política contrária aos interesses do proletariado.

O ponto de vista do comunismo se resume então assim:

- Rejeição ao ativismo, voluntarismo, de toda dúvida revisionista sobre a doutrina;
- Defesa da continuidade do programa comunista.

Em seu texto "Revelação sobre o processo dos comunistas de Colônia", Marx retoma as acusações proferidas pelos imediatistas precisando que:

"Assim como os democratas fizeram da palavra povo (demos) uma entidade sagrada, vocês fazem uma entidade sagrada da palavra proletariado. Assim como os democratas, vocês substituem a evolução revolucionária pela fraseologia revolucionária."

Claro que frente a essa atitude de classe erguem-se as tendências pequeno-burguesas ativistas, todos os ancestrais dos atuais apologistas do ativismo que gozavam, ontem como hoje, dos "reacionários", dos "literatos", dos "intelectuais", dos "fundadores de gazetas", da "camarilha literária", etc. A esse primeiro ato de academismos de que nos taxam também os pequeno-burgueses de hoje, opunha-se o restabelecimento de uma sólida organização da Liga, a fim de não se contentar de criar uma oposição e de editar gazetas; julgava-se a revolução proletária iminente e que o proletariado alemão deveria tomar a iniciativa e chegar ao poder.

Ocorre que o proletariado não é esta entidade sagrada, como desejavam Schapper-Eillich. Fazer apelo ao seu ser imediato contra seu ser histórico, contra a essência revolucionária, é renunciar para todo o sempre à transformação revolucionária da realidade. O proletariado é revolucionário ou nada é. Alinhar-se sobre a opinião momentânea do proletariado, quando este reflete o estado de sujeição da classe à sociedade burguesa, é trair a revolução.

À acusação de intelectualismo, junta-se forçosamente a de passividade. Os mesmos argumentos (música de hoje, letras de ontem) servem hoje novamente, embora 60 anos de contra-revolução tenham demonstrado a inanidade do ativismo e como este servia apenas para verbalizar a teoria revolucionária ¹⁴. À acusação de passividade soma-se a de não querer assumir os sacrifícios que a luta de classes exige. Era a esse tipo de acusação que Marx respondia, quando escrevia que:

¹⁴ Para o relativo desafogo dos gurus dos modernos pequeno-burgueses – o que mostra a contrário a força da análise de Marx e Engels – Engels lembra que "essa fria apreciação da situação era considerada por muitos como uma heresia, numa época em que Ledru-Rollin, Louis Blanc, Mazzini, Kossuth, e entre os iluminados alemães de segunda linha, Ruge, Kinkel, Grogg e tutti quanti, constituíam maciçamente em Londres futuros governos provisórios, não apenas para suas respectivas pátrias mas também para toda a Europa, e onde bastava reunir por meio de um empréstimo revolucionário emitido na América o dinheiro necessário para realizar em um piscar de olhos a revolução européia, assim como as diferentes repúblicas que deveriam ser consequência natural. Que um homem como Willich se tenha deixado ludibriar, que o próprio Schapper em razão de suas velhas aspirações revolucionárias tenha metido os pés pelas mãos; quem poderia se espantar que a maior parte dos operários de Londres, na maioria refugiados, os tenham seguido no campo dos democratas burgueses fazedores de revolução? Em suma, a reserva que preconizávamos não agradava a essas pessoas; era precisa tentar desencadear a revolução; nós nos recusamos a isso do modo mais absoluto."

"No que se refere aos sacrifícios pessoais, fiz minha parte, nada menos do que qualquer outra pessoa. Mas para a classe operária, não para suas personalidades. No que se refere ao entusiasmo, não se precisa muito dele para pertencer a um partido que você acredita esteja a ponto de chegar ao poder."

2.2.4.3.21. Apesar de seu quase total isolamento, Marx, Engels e seus partidários tinham um motivo para lutar contra a cisão: evitar que o partido caísse nas mãos dos ativistas e dos imediatistas, que dele teriam feito uma organização burguesa. É por isso que, durante a reunião de 15 de setembro de 1850, Marx propunha as seguintes medidas:

1/ Dissolver o comitê central de Londres, dado que este se encontrava dividido em duas Ligas irredutivelmente opostas, e dar à comuna de Colônia função de Comitê Central.

2/ Abolir os estatutos de outubro de 1848, propostos por Moll por ocasião da "reorganização" da Liga (à qual Marx se havia oposto) e que significavam um retrocesso em relação aos de 1847.

3/ Formar em Londres dois círculos distintos da Liga, que não comunicariam entre si, mas que estariam diretamente ligados ao Conselho Central de Colônia. Cada círculo reagrupa os partidários de uma das duas linhas.

Assim, teria sido possível salvaguardar a unidade da Liga, ao mesmo tempo em que se deixava a cada uma das frações a responsabilidade de suas teses e de seus atos, de seus sucessos e de seus fracassos. Mais uma vez a realidade teria decidido. Ao voluntarismo idealista não deve responder um voluntarismo materialista que decida sobre exclusões, condenações morais, etc. Cada vez que o partido comunista teve de enfrentar lutas de tendências, episódios de cisão, etc... foi nesse espírito que ele agiu. A proposta de Marx foi rejeitada pelo grupo Schapper e o "partido Marx" foi excluído do Comitê Central de Londres. Os blanquistas da Associação Universal dos comunistas revolucionários tendo juntado-se ao grupo Schapper, a Associação é dissolvida em outubro de 1850. Apenas o grupo de Colônia aceitou a proposição de Marx, constituindo-se imediatamente em Comitê Central. Fortalecido com essa autoridade, reintegrou Marx e seus partidários de Londres na Liga e dissolveu a Comuna londrina. Existiam doravante duas Ligas, aquilo que os comunistas haviam tentado evitar.

Como vimos em diversas ocasiões, o partido comunista, ao mesmo tempo em que defende com a mais extrema intransigência o programa comunista, não professa entretanto um sectarismo formal nem um indiferentismo infantil¹⁵, condenado a permanecer no meio do caminho e a fazer proclamações vazias, sem jamais poder organizar nem dirigir o movimento da classe.

Mais perigosa ainda, entretanto, é a política social-democrata que consiste em fazer fusionar não apenas partidos operários, que devem permanecer distintos dos demais

¹⁵ No livro "Marx, Engels, e a revolução de 1848" (ed. Maspero), de F. Claudin, pode-se ler na pág 271 algumas críticas de Gottschalk e de seus partidários. Essas passagens são retomadas de M.I. Mikhailov – *Istoria Soious Kommounistov* (Moscou 1965).

partidos burgueses, mas ainda partidos operários que se tornaram comunistas, com um partido burguês ou pequeno-burguês, como em 1927 com a entrada do Partido Comunista Chinês no Kuo-Min-Tang, ou em 1922, com a entrada do Partido Comunista no Labour Party na Grã-Bretanha; ou ainda, com a política de frente única com os partidos socialistas traidores da revolução.

2.2.4.3.22. No dia 1/12/1850, o novo Comitê Central de Colônia envia um apelo aos grupos locais, no qual é descrita a situação favorável da Liga e é criticada a posição do grupo de Schapper, o qual desejava um partido exclusivamente composto por artesãos e operários, na perspectiva de uma revolução iminente. Ora, essa decisão contribuía para:

"Fazer voltar o partido proletário à antiga concepção de ascetismo e de igualitarismo grosseiro, concepção justificada no início do movimento proletário, quando se tratava de opor a diferentes doutrinas políticas e econômicas da sociedade burguesa o princípio geral da luta proletária de classe. Mas, atualmente, essa posição negativa não está mais dirigida contra uma variante do socialismo burguês: ela significa condenar os autores do Manifesto de 1848 do partido e a primeira circular do Comitê Central deste ano, onde está claramente exposta a política do partido e, portanto, ela condena o próprio Manifesto e a política do partido. O Manifesto e a circular definiram essa política partindo do curso seguido pelo movimento proletário. Eles mostram que o proletariado, uma vez tendo tomado consciência de sua situação de classe, atrai todos os elementos esclarecidos da velha sociedade e chega assim à compreensão teórica das condições da revolução comunista, ao mesmo tempo em que contribui na prática para o amadurecimento dessas condições. Na luta contra os diferentes partidos nacionais, ele conquista seu próprio poder político e econômico. Com seu texto, a minoria espalha novamente a velha idéia de que todo o trabalho teórico já foi realizado, assim como o ponto de vista hostil a toda atividade teórica segundo a qual é possível atingir os objetivos últimos do movimento a partir do atual nível de desenvolvimento e precisamente graças à iminente revolução alemã". (Circular do Conselho Central à Liga – 1/12/1850)

É significativo que, ao mesmo tempo em que voltam a uma concepção totalmente sectária do partido, os elementos de Schapper expressem um ódio violento pela teoria e pelos "literatos" que dela se ocupam. É próprio do imediatismo preferir a aparência imediata da realidade ao estudo das profundas tendências que a compõem ¹⁶. O grupo Schapper não estava armado nem para enfrentar o período previsto de calma relativa, e que iria revelar-se como sendo a abertura de uma fase contra-revolucionária profunda, nem para elaborar uma estratégia e uma tática capazes de colocá-lo à frente do movimento quando este viesse a ressurgir em circunstâncias favoráveis. O arresto, no decorrer de 1851, de um importante número de militantes e de responsáveis da Liga, e seu processo no outono

¹⁶ "Como vemos, não foram razões pessoais que causaram a cisão do Conselho Central. Mas seria igualmente falso falar de divergências de princípios. O partido Schapper-Willich jamais reivindicou a honra de ter idéias próprias. O que lhe pertence efetivamente é a própria incompreensão das idéias dos outros e a pretensão de tê-las fixado em artigos de fé e de se tê-las apropriado enquanto fraseologia. Não seria menos inexato aplicar ao partido Willich-Schapper o epíteto de "partido da ação", a menos que se entenda por ação um ócio oculto sob badernas de boteco, sob conspirações inventadas de toda sorte e semblantes de conjurações ociosas." (Revelações sobre o processo dos comunistas de Colônia)

de 1852, iria acabar de destruir a organização já vítima do curso contra-revolucionário que se precipitava desde 1850.

2.2.4.3.23. O processo dos comunistas de Colônia em outubro de 1852 seria a ocasião de reafirmar a tática adotada pelos comunistas e em que ela os diferenciava dos ativistas do tipo Willich-Schapper. Nas "Revelações sobre o processo dos comunistas de Colônia", publicadas logo após as condenações dos militantes da liga de Colônia, Marx obstina-se essencialmente em destruir a acusação de complô levantada pelo ministério público, argumentando tanto do ponto de vista da simples lógica do direito burguês como do ponto de vista da tática revolucionária da Liga dos Comunistas. O processo dos comunistas de Colônia, antes de mais nada, demonstra os limites do direito burguês. Na medida em que este pretende registrar no plano jurídico relações sociais que são consideradas como tendo realizado os valores universais da igualdade, liberdade, etc., já é uma mistificação, pois na realidade, as relações sociais atuais são relações de exploração onde classes – e não indivíduos, que são os sujeitos no direito burguês – se enfrentam e onde é efetivamente a força que decide. Na medida em que o direito burguês codifica essa força, legitimando-a, ele é a expressão da dominação da classe burguesa, instrumento nas mãos desta para legitimar a exploração e reforçar em todo lugar um arsenal de leis, medidas, etc... a ditadura da classe burguesa sobre o conjunto da sociedade. Mas, mesmo assim, o direito corre o risco de ser constantemente violado por aqueles cujos interesses ele defende, quando estes são ameaçados num terreno que não é mais apenas jurídico, mas também político e social. Todas as constituições democráticas modernas incluem em si mesmas sua negação, reservando a possibilidade de abolir momentaneamente as liberdades democráticas para instaurar estados de sítio, de exceção, de guerra, quando a ordem, isto é, a ordem burguesa está ameaçada. Na falta de uma situação dessas, contentar-se-á de respeitar simplesmente as forças do direito burguês, as aparências, porém soterrando seus princípios, pois o que importam os princípios do direito da sociedade burguesa quando é ela mesma que está ameaçada? Foi por isso que em Colônia a justiça burguesa só pôde livrar-se a falsificações e manobras; condenar com base em um dossiê que não se sustentava, pois o que estava em jogo ultrapassava de longe até a acusação oficial: "complô de alta traição"; o que estava em jogo era fechar o ciclo revolucionário aberto quatro anos atrás, assegurar o triunfo da contra-revolução e derrotar o comunismo que havia sabido mostrar-se, mesmo na revolução burguesa, como uma força real, viva.

"Na pessoa dos acusados, o proletariado revolucionário estava sem defesa frente às classes dirigentes representadas no júri; os acusados estavam portanto condenados por comparecerem perante esse júri." (Revelações...)

2.2.4.3.24. O veredicto de Colônia selava o fim de todos os esforços para manter a Liga dos Comunistas em vida. Esta havia precisado primeiramente lutar contra a doença da vontade e afirmar que ela só subsistia enquanto Liga para preparar lutas futuras, sem bajular um instante sequer os preconceitos do proletariado ou suas veleidades de ação. O processo de Colônia marcava a vitória da contra-revolução. A retomada esperada para 1852 não havia ocorrido, mas Marx e Engels estavam em condições de enfrentar essa perspectiva. Após a condenação de Colônia, após o reconhecimento do fato de que a vitória da contra-revolução era, durante um período, definitiva, a existência de uma Liga dos Comunistas preparando a constituição de um partido formal não tinha mais sentido. A defesa do programa comunista

só poderia ser cumprida através de outras formas de expressão do partido histórico, expressões adaptadas à contra-revolução. Em 19/11/1852, Marx escreve a Engels que:

"Na última quarta-feira, sob minha proposta, a Liga daqui (Londres – ndr) dissolveu-se e decidiu também que não tinha mais razão de continuar a existir no continente onde, de resto, após a prisão de Burgers-Roser, ela já havia de fato deixado de existir."

"Com o processo de Colônia, termina esse primeiro período do movimento operário comunista alemão. Imediatamente após a condenação, procedemos à dissolução de nossa Liga e, alguns meses depois, a federação separatista de Willich-Schapper morria por si mesma." (Engels – Algumas palavras...)

Com a dissolução da Liga, desaparecia a perspectiva de um partido formal, o ciclo estava encerrado, mas a Liga não havia caído nas mãos dos imediatistas que poderiam tê-la transformado em um obstáculo adicional para a emancipação do proletariado. A atividade desenvolvida por Marx, Engels e pelo punhado de comunistas que permaneceram fiéis após 1852 consistiu em reforçar o arsenal teórico da classe operária e, antes de mais nada, em efetuar o balanço do período encerrado a fim de preparar as batalhas futuras.

"E essas causas não devem ser buscadas em meros elementos acidentais: esforços, talentos, enganos, erros, traições de alguns chefes, mas no estado social geral e nas condições de existência de cada uma das nações interessadas na agitação revolucionária. Trata-se de um fato universalmente reconhecido: os súbitos movimentos de fevereiro e março de 1848 não foram obra de indivíduos isolados; foram manifestações mais ou menos nitidamente compreendidas, entretanto muito diferentemente ressentidas por numerosas classes em cada país; mas quando procurarem as causas do sucesso da contra-revolução, de todos os lados virá esta resposta cômoda: foi fulano ou cicrano que "traiu" o povo". (Engels – Revolução e Contra-revolução na Alemanha).

Depois de 1852, temos portanto um recuo para o partido histórico, fora de qualquer ativismo, de qualquer imediatismo e de todo questionamento da doutrina do proletariado.

2.2.5. A REEVOLUÇÃO DE 1848 E O FIM DO CARTISMO NA INGLATERRA

2.2.5.1. De certo modo (cf. CouC # 4, pp. 43-69), o movimento cartista na Inglaterra prefigurava e anunciava toda a evolução do movimento operário europeu tal qual ela pode ser lida através da revolução de 1848. Num primeiro momento, o movimento da classe proletária se constitui no rastro do movimento da classe burguesa e libera-se durante o mesmo, para acabar colocando seus próprios objetivos e reivindicações, os quais estão em contradição com aqueles apresentados pela classe burguesa. Nessa dialética classe burguesa/classe proletária, os interesses entre as duas frações do movimento podem ser encontrados, mas não coincidem: em todos os casos o proletariado possui desde o início, seus próprios interesses históricos, distintos dos da burguesia; mas é preciso toda uma evolução histórica para que esses interesses se liberem e se cristalizem sobre uma base que nada mais deve à agitação burguesa e que seja puramente proletária. Na França e na Alemanha, essa cisão histórica se efetuou no próprio fogo dos acontecimentos revolucionários, e é por isso que ela imediatamente assumiu a forma de um enfrentamento no terreno de luta: com a polarização das duas forças antagônicas: França, em junho de 1848; Alemanha em março de 1849. Na Inglaterra, pelo fato do movimento estar mais avançado do que em qualquer outro lugar e por desenrolar-se com uma boa década de antecedência, a decantação produziu-se fora de uma vaga revolucionária mundial e traduziu-se pelo abafamento da ascensão do partido operário frente a uma burguesia capitalista que ainda possuía à sua frente o espaço necessário para o estabelecimento de sua dominação. Neste sentido, o ano de 1842 marca o apogeu do movimento cartista, seu ponto culminante, consagrando a cisão histórica entre os profundos interesses do campo burguês e os do campo proletário. A partir de 1842, acabou o tempo das alianças e estamos frente a uma situação de enfrentamento puro e simples entre proletariado e burguesia, esta aliada aos proprietários fundiários.

2.2.5.2. Nessas condições, em relação a seus irmãos do continente, o proletariado inglês se encontra numa situação ao mesmo tempo privilegiada e desfavorável. A área inglesa foi a primeira, a partir dos anos 1820-30, a conhecer o pleno desenvolvimento da fase de submissão real do trabalho ao capital, isto é, as modernas condições de dominação do modo de produção capitalista sobre o conjunto da sociedade. Aliás, esse movimento foi acentuado pela própria luta do proletariado sobre o qual a burguesia se apoiou para romper a influência da aristocracia fundiária e varrer os últimos vestígios das formas de produção anteriores. O proletariado inglês beneficia-se portanto do forte desenvolvimento das forças produtivas, que dele fizeram uma massa importante, majoritária na população, concentrada nas cidades etc. e, portanto, apta a travar o combate sob auspícios mais favoráveis do que nos países do continente (França, Alemanha, sem falar do resto) onde o campesinato e a pequena-burguesia permanecem socialmente ainda muito ativos. Mas, ao mesmo tempo, o que está em jogo para o proletariado inglês é extremamente importante: a revolução comunista, e isso lhe coloca uma responsabilidade enorme em relação a seus irmãos do continente: a de vencer e de destruir a burguesia mais possante do mundo, que controla a nação dominadora de todo o planeta. Durante toda a fase de 1842-48, esse duplo caráter afeta a área inglesa: potência do proletariado e importância de suas tarefas vão caracterizar o desenvolvimento da classe operária inglesa e sua constituição em partido político distinto.

2.2.5.3. Como vimos em CouC # 4, o que era preciso entender como "partido cartista" na Inglaterra de 1836 a 1842 era uma organização que parecia unificar os interesses divergentes da burguesia industrial, da pequena-burguesia democrata e do proletariado. No limite, a reivindicação de uma mesma carta do povo (que consistia essencialmente na reivindicação do sufrágio universal) significava conseqüências completamente opostas: colocação de um governo burguês para a burguesia industrial, governo operário para o proletariado.

"A carta é um documento bastante lacônico; ao lado da reivindicação do sufrágio universal, ela contém os cinco pontos seguintes, que são ao mesmo tempo condições para seu exercício: 1/ voto em dois turnos; 2/ nenhuma exigência de propriedade para os membros do Parlamento; 3/ remuneração dos membros do Parlamento; 4/ Parlamntos anuais; 5/ circunscrições eleitorais iguais. Depois das experiências que destruíram a fé no sufrágio universal em 184, na França, os habitantes do continente são levados a subestimar a importância e o significado da Carta inglesa. Eles superestimam o fato de que dois terços da sociedade francesa são camponeses e um terço moram nas cidades, enquanto que na Inglaterra mais de dois terços estão nas cidades e menos de um terço no campo. Na Inglaterra, os resultados do sufrágio universal devem estar exatamente na proporção inversa daqueles da França, assim como o são a cidade e o campo nos dois Impérios. Isso explica o caráter diametralmente oposto que a reivindicação do sufrágio universal assumiu na França e na Inglaterra. Na França, era uma reivindicação feita por ideólogos políticos, da qual qualquer pessoa "educada" poderia compartilhar de uma forma mais ou menos ampla segundo suas convicções. Na Inglaterra, ela forma a fronteira entre a aristocracia e a burguesia de um lado, e as classes do povo de outro. Lá, ela é vista como uma questão política, aqui como uma questão social. Na Inglaterra, a agitação pelo sufrágio universal passou por um período de desenvolvimento histórico antes de tornar-se a palavra de ordem das massas. Na França, ela foi primeiro introduzida e depois iniciou seu percurso histórico. Na França, é a prática do sufrágio universal que fracassou, na Inglaterra foi sua ideologia. (...) Na Inglaterra, a reivindicação do sufrágio universal não assumiu seu verdadeiro caráter antes de 1838. Prova disso é que Hume e O'Connell estavam entre aqueles que assinaram a Carta. Em 1842, as últimas ilusões haviam desaparecido. Nessa época, Lovett fez uma última, porém fútil, tentativa para formular o sufrágio universal como uma reivindicação comum dos supostos radicais e das massas do povo. Daquele dia em diante, não houve mais dúvida quanto ao significado do sufrágio universal. Nem quanto ao seu nome. É a Carta das classes populares e ela implica a tomada do poder político como meio de satisfazer suas reivindicações sociais. É por isso que o sufrágio universal, palavra de ordem de fraternização geral na França de 1848, é tomado como um "slogan" na Inglaterra. Na primeira, o conteúdo imediato da revolução era o sufrágio universal; aqui, o conteúdo imediato do sufrágio universal é a revolução. Aquele que estuda a história do sufrágio universal na Inglaterra verá que ele se despoja de suas características idealistas à medida em que a sociedade se desenvolve, com suas infundáveis contradições nascidas do progresso industrial." (Marx – Neue Oder Zeitung – 8/6/1855)

A partir de 1842, as posições estão delimitadas e não há mais um partido apenas, mas dois: o partido da contra-revolução (burguesia e proprietários fundiários) e o partido da revolução (proletariado). A pequena-burguesia situa-se, como sempre, quando a situação social está polarizada, entre ambos. Ora, a herança do cartismo, mesmo na sua parte democrática, está do lado do proletariado, única classe que ainda pode se reivindicar, depois de 1842, do partido cartista. Primeiro, porque desde o início foi ele que forneceu os contingentes de todas as batalhas políticas; depois, porque para ele a Carta (sufrágio universal) constituía apenas um meio para a satisfação de reivindicações sociais que permanecem, mesmo (e sobretudo) quando a burguesia abandonou o combate uma vez tendo suas reivindicações políticas satisfeitas; e, finalmente, porque o proletariado precisa, para combatê-la, realizar a democracia, e historicamente sempre foi ele que levou às últimas conseqüências as reivindicações democráticas que a burguesia não ousa desenvolver por medo de chegar a questionar a sua própria dominação. Nas teses seguintes, veremos como o proletariado, nas condições particulares daquele época, na Inglaterra, utiliza a forma democrática para satisfazer o conteúdo proletário de suas reivindicações.

2.2.5.4. Uma das conseqüências da cisão de 1842 é que, a partir de então, o movimento proletário aparece como uma força autônoma, portanto mais fraca (já que privada de seus aliados burgueses e de suas caixas de ressonância parlamentares, jornalísticas, políticas financeiras, etc...) do que era anteriormente o partido cartista. Como, ao mesmo tempo, só o campo proletário reivindica a partir desse momento a herança cartista, isso permite aos historiadores burgueses (notadamente para o proudhoniano E. Dollénas, autor de uma história monumental, embora piegas, do movimento cartista) pretender que, a partir de 1842, o movimento cartista está em plena decomposição e não consegue reencontrar seu esplendor de outrora. Ora, o que o cartismo perdeu em extensão a partir de 1842 (devido à defecção de seus aliados burgueses), ganhou em profundidade.

Prova disso é a recomposição, após o fracasso da segunda petição em 1842, do cartismo, de chofre como componente do movimento operário internacional que se restabelece em escala européia nos anos 1844-48. É a partir da componente proletário do movimento cartista inglês que se constitui, em 1844, em Londres, a "Fraternal Democrats", organização que reagrupa os operários revolucionários dos principais países capitalistas (GB, França, Bélgica, Alemanha) sob a iniciativa do cartista Harney, que considera necessário que:

"Os democratas ingleses estejam a par do papel que é desempenhado por seus irmãos de classe nos diferentes cenários do mundo político."

Marx e Engels participam dos "Fraternal Democrats". Em Manchester, Engels escreve na imprensa cartista sobre os movimentos no continente, supondo que os cartistas ingleses não conhecem suficientemente a realidade desses movimentos. Inversamente, ele remete à imprensa revolucionária alemã artigos sobre a Inglaterra, que compõem sua obra: "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra."

Ao mesmo tempo, na medida em que se tornava um partido puramente operário, o partido cartista era obrigado a familiarizar-se com a política externa da burguesia de seu próprio país. (Em 1864, isso será uma das primeiras declarações da AIT, mostrar que o

proletariado deve opor sua própria política externa – internacionalismo, derrotismo revolucionário – à política externa da burguesia). Ora, a Inglaterra, guardiã da ordem capitalista no conjunto do globo, não hesitava em aliar-se com os piores regimes reacionários (absolutismo austríaco, czarismo russo), para fazer triunfar seus interesses e impedir qualquer eclosão de forças concorrentes (ou seja, para ela, revolucionárias burguesas) no continente. Foi assim que o governo inglês denunciou o revolucionário burguês italiano Mazzini ao governo austríaco. Analogamente, o czar era recebido em Londres com todas as honras. Os democratas ingleses, proletariado à frente, precisavam protestar contra tais fatos e, ao mesmo tempo, manifestavam sua solidariedade com os poloneses exilados em Londres e com o povo polonês em geral, que constituía em toda a Europa uma pedra de toque do movimento revolucionário (cf. tese 2.2.4.2.18).

Encontramos, aliás, sobre essa questão internacional, o antagonismo com a corrente reformista de Lovett (cf. teses 2.1.4.24-25 em CouC # 4), que tentou criar uma associação concorrente, os "Democratic Fiends of All Nations" (Os Amigos Democráticos de Todas as Nações), mas que se situava sobre uma base não-revolucionária e não teve nenhum sucesso.

2.2.5.5. Inversamente, Harney e o Northern Star procuravam tecer ligações com as autênticas frações revolucionárias dos diferentes países: a Sociedade Democrática polonesa, a sociedade democrática alemã (1845). Em julho de 1845, recebem a visita de Marx e Engels em Londres e, em agosto, realizam uma série de discussões com os líderes da Liga dos Justos e de sociedade revolucionárias de outros países. É no decorrer de uma dessas discussões que Engels sugere fundar uma sociedade de democratas de todos os países com o objetivo de promover a informação mútua sobre os movimentos revolucionários. Essa proposta foi seguida, em 22/9/1845, de um banquete reunindo representantes ingleses, franceses, alemães, italianos, espanhóis, poloneses, suíços e húngaros, para celebrar o primeiro aniversário da república francesa. Durante essa reunião, Engels precisou as relações entre comunismo e democracia.

"A democracia de nosso tempo é o comunismo. Outro tipo de democracia só pode existir no cérebro de teóricos visionários, que não se ocupam dos acontecimentos reais e segundo os quais não são os homens e as circunstâncias que produzem os princípios, mas são os princípios que se desenvolvem por si mesmos (alusão aos socialistas pequeno-burgueses alemães criticados na "Sagrada Família" – ndr). A democracia tornou-se um princípio proletário, um princípio das massas. As massas podem ter uma consciência mais ou menos clara do que significa a democracia, mas todas têm pelo menos o obscuro sentimento da igualdade dos direitos sociais na democracia. As massas democráticas podem ser tranquilamente incluídas no conjunto das forças que combatem pelo comunismo. E se os partidos proletários de diversas nações se unem, têm todo o direito de inscreverem sobre sua bandeira a palavra "democracia", porque em 1846 todos os democratas europeus, eslavo algumas exceções, são mais ou menos claramente comunistas." (Engels – A festa das nações em Londres)

De resto, as intervenções de Harney e de Weitling no decorrer do banquete exaltavam a fase social da revolução francesa, insistindo sobre as tentativas das massas

plebéias e dos primeiros comunistas como Babeuf de tentar ultrapassar o processo revolucionário burguês num sentido proletário, tarefa ainda amplamente na ordem do dia no continente europeu em 1846.

No ano de 1846, a atividade internacional dos Fraternal Democrats desenvolveu-se sobretudo sobre a Polônia.

A associação democrática de Bruxelas, fundada em setembro de 1847 e que elege Marx como presidente, é um ramo dos Fraternal Democrats. Em fins de dezembro de 1847, Engels é o representante dos F.D. em Paris. Assim, em relação à Liga dos Comunistas, fundada em junho de 1847 e que se reivindica exclusivamente dos princípios comunistas proletários, os F.D. constituem um meio operário mais amplo onde os comunistas intervêm na esperança de assistir a uma recomposição do movimento em escala internacional, antes de nele trabalharem para fazerem triunfar seus princípios.

2.2.5.6. A partir dos anos 1847-48, a renovação do movimento cartista (proletário) na Inglaterra só pode ser compreendida em relação à ascensão das lutas que ocorrem em nível europeu e à situação de crise econômica generalizada que se estende em toda a Europa. Na perspectiva da revolução internacional de 1848, já assinalamos várias vezes que o papel da Inglaterra e do movimento operário inglês era fundamental. No continente, o movimento operário ainda teria de livrar-se inteiramente da influência burguesa e constituir-se sobre suas próprias bases; ao mesmo tempo, ele chocava-se contra uma base econômica e social atrasada, que constituía um possante fator contra-revolucionário. Nessa perspectiva, a manutenção da Inglaterra enquanto rochedo no qual vêm naufragar todas as iniciativas revolucionárias vindas do continente, ou sua derrubada pelo próprio proletariado inglês, tornava-se a pedra de toque de todo o movimento revolucionário de 1848. A Inglaterra burguesa, aliada ao czarismo russo, constituía a mais sólida fortaleza da reação em escala mundial. Donde, como dissemos, a enorme responsabilidade do proletariado inglês. Este mostrava-se absolutamente consciente do caráter universal de sua tarefa, como evidencia esta resolução dos F.D. em apoio à agitação cartista de 1847:

"Considerando que o povo inglês não poderá apoiar com eficácia a luta da democracia em outros países enquanto ele não tiver conquistado para si mesmo o governo da democracia; que é dever de nossa sociedade (os F.D. – ndr) fundada para sustentar a democracia militante de todos os países, unir-se aos esforços dos democratas ingleses para obter uma reforma eleitoral com base na Carta; a sociedade dos Fraternal Democrats engaja-se a apoiar com todas as suas forças a agitação pela carta do povo."

2.2.5.7. Em 1847, as palavras "Carta do povo", "sufrágio universal", "democracia" não significam mais o mesmo do que no início do cartismo nos anos 1830. Doravante, a forma democrática da reivindicação abrigava um conteúdo puramente proletário. O sentido da recomposição do movimento cartista em 1847-48 era doravante o de uma batalha de classes travada diretamente entre o proletariado e a burguesia no poder. É por isso que se apelou, como apoio às reivindicações dos direitos democráticos, para a total mobilização da classe proletária para constituir uma "pressão de fora" visando fazer reconhecer a aspiração da classe operária ao poder político.

"Daqui alguns dias, reunir-se-á uma assembléia que, frente ao povo, ousa proclamar-se como a assembléia dos Comunas da Inglaterra. Daqui alguns dias, essa assembléia, eleita por uma única classe da sociedade, começara seus trabalhos iníquos e odiosos para reforçar, em detrimento do povo, os interesses dessa classe. É preciso que o povo proteste em massa, desde o início, contra o exercício das funções legislativas desempenhadas por essa assembléia. Vocês, cartistas do Reino-Unido, têm os meios de fazê-lo: é seu dever saber utilizá-los. Nós vos submeteremos portanto uma nova petição nacional pela carta do povo: cubram-na com milhões de assinaturas; façam com que possamos apresentá-las como a expressão da vontade nacional, como o solene protesto do povo contra toda lei decretada sem seu consentimento, como um bill pela restituição da soberania nacional arrancada ao povo há séculos. Mas, por si só a petição não pode ser suficiente às exigências do momento. É certo que conquistamos uma cadeira nas legislativas para O'Connor. Os deputados democratas nele encontrarão um chefe vigilante e cheio de vigor. Mas é preciso que O'Connor encontre apoio na pressão de fora, e essa pressão de fora, essa opinião pública forte e possante são vocês que devem criá-la. Que as seções de nossa associação se reorganizem em todo lugar; que todos os antigos membros voltem às nossas fileiras; que se convoque assembléias em todo lugar; que a discussão da carta seja colocada na ordem do dia em todo lugar; que todas as organizações locais se imponham contribuições para aumentar nossos fundos. Sejam ativos, dêem provas da velha energia inglesa, e a campanha que agora começa será a mais gloriosa que jamais tenhamos empreendido para a vitória da democracia." (Comitê executivo da National Charter Association – NCA. Citado por Engels em "O movimento cartista". A Reforma – 22/11/1847)

O que se preparava portanto no final de 1847 era uma prova de força entre o poder burguês, encarnado na Assembléia legislativa, e o proletariado agrupado sob a bandeira do cartismo. Se esse combate podia desenrolar-se de uma forma democrática, e até pacífica (o que não excluía absolutamente, ao contrário, a mobilização e o armamento do proletariado), é que a Inglaterra de então ainda não havia desenvolvido ao máximo as características do capitalismo que se torna cada vez mais totalitário à medida em que se completa sua dominação sobre a sociedade: o militarismo e a burocracia. Isso, somado à supremacia numérica do proletariado na sociedade inglesa, poderia ter permitido ao proletariado vencer sem precisar recorrer à violência cinética, e contentando-se de exibir, através de manifestações, agrupamentos armados, etc., a potência de sua violência potencial. Ocorre que Marx também previa que a burguesia não se deixaria forçosamente despossuir com tanta facilidade de seus privilégios, e que caso ela viesse a se lançar com os proprietários fundiários numa "revolta escravagista" (Marx), o proletariado não poderia economizar uma guerra civil. Como sempre, pacifistas reformistas e revolucionaristas pequeno-burgueses juntam-se para desfigurar a tática defendida pelo partido comunista, uns louvando a ausência de violência, sem ver que o movimento só se apóia na força das massas armadas (tática sobre a qual Lenine meditará para empregá-la em 1917), outros indignando-se, em idealistas que são, do emprego de métodos formalmente pacíficos, sem ver também o que estes contém de violência potencial.

2.2.5.8. Desde o início de 1848, as repercussões da revolução de fevereiro na França se fazem sentir na Inglaterra, acarretando manifestações (no dia 6 de março, em Glasgow, aos

gritos de "pão ou revolução") e acelerando o movimento de recomposição do cartismo. Harney, Jones e a NCA organizam numerosas assembléias pró-franceses (isto é, pró-republicanos). Eles são enviados em delegação a Paris onde encontram-se com o governo provisório, e são portadores de um comunicado do Comitê executivo da NCA ao povo de Paris. É nessa atmosfera de revolução internacional em escala européia (depois de Paris, Viena, Berlim, Polônia e Itália começaram a se agitar) que se prepara a grande convenção cartista de 1848. Todavia, diferentemente do que ocorre no continente, o movimento proletário inglês não pode buscar apoio em um vasto movimento social que coloca em ação todas as classes da sociedade. Essa oportunidade histórica já ocorreu para a Inglaterra nos anos 1836-42 e foi precisamente ela que permitiu a autonomização do proletariado enquanto força histórica própria, assim como sua constituição em partido operário. Temos assim uma situação histórica em que as relações entre as classes estão mais ou menos cristalizadas na Grã-Bretanha, com exceção notória da Irlanda, onde a agitação que se seguiu à terrível fome de 1847 contribuiu para relançar o movimento de 1848. É provável que, nessas condições, para abordar a luta em 1848 na nova situação que encontrava à sua frente, o partido cartista devesse ter modificado a tática empregada em 1839 e em 1842. Salientamos que, nos fatos, não se tratava mais do mesmo partido e que as reivindicações que ele apresentava não tinham mais o mesmo significado. Mas, ao mesmo tempo, essa ruptura reconhecida pelos próprios líderes cartistas e por Engels não foi sancionada, oficializada. Assim é que, embora sendo operário, republicano e colocando como reivindicação a emancipação do proletariado por ele mesmo, o partido conserva seu antigo nome de "cartista", isto é, o emblema da carta e coloca-se assim sob a bandeira única do sufrágio universal. Do mesmo modo, desde o início de 1848, o partido prepara-se para renovar pela terceira vez a tática da petição.

Apoiados pela reunião de uma Convenção operária, os cartistas prevêm enviar ao Parlamento uma petição exigindo a aplicação da Carta, cuja obtenção foi recolocada na ordem do dia pelo movimento que se desenvolve na maioria das cidades inglesas. Claro que a "solicitação" ao Parlamento é mais uma vez compreendida como uma gigantesca "pressão de fora", a qual deve demonstrar a potência do proletariado e obrigar a burguesia a remeter-lhe os instrumentos de seu próprio destino.

"Acredito conscientemente que o povo está pronto para reivindicar a Carta; então, eu digo: tomem-na. Nós respeitaremos as leis se os fazedores de lei nos respeitarem. Senão, a França está em República!" (Declaração de Jones).

2.2.5.9. A Convenção reúne-se em Londres no dia 4 de abril de 1848. Dentre os líderes cartistas estão apenas O'Connor e Harney que fazem parte da geração de 1839. O resto é formado por novas gerações revolucionárias. Sob aparências revolucionárias, Feargus O'Connor toma uma atitude praticamente conciliadora, mostrando que a tática adotada pelos cartistas não soube abrir espaço para a ofensiva, uma vez que ele recua por antecipação.

"Caso a petição seja rejeitada, recomendo assembléias simultâneas nas diferentes partes do país, um comunicado à Rainha para solicitar a demissão de seus ministros e a entrada no seu conselho de homens que farão da carta uma questão de gabinete. (Discurso de F. O'Connor. Grifado or CouC)

Do mesmo modo, o comitê executivo da NCA propõe que em caso de rejeição da petição, haja um pedido à rainha para dissolver o Parlamento e compor um ministério apto a discutir a Carta. Somente a ala esquerda estima que uma rejeição da petição seria uma declaração de guerra e que, neste caso, o proletariado deveria colocar-se em condições de assumir o poder.

"Caso a petição seja rejeitada, a Convenção se declarará permanente e proclamará a carta como a lei do país". (Moção de Reynolds, apoiada por Cuffay)

Finalmente, uma posição intermediária é adotada sob pressão de Jones e de Harney, cheia de ilusão de que possa ser possível "colocar como erradas" a monarquia e a burguesia, forçando-as a recusar uma petição que, mais tarde, seria adotada por uma Convenção popular reunida permanentemente.

"Caso a petição seja rejeitada, as assembléias simultâneas do povo adotarão um memorial para pedir à rainha a dissolução do Parlamento e a demissão de seus ministros. Essas assembléias simultâneas elegerão delegados para uma nova Convenção, tendo como instruções permanecerem presentes enquanto a carta não for a lei do país. A presente Convenção continuará até a reunião da Assembléia Nacional. Penso que é necessário enviar um memorial à Rainha, não porque espere seu consentimento, mas porque a história não deve jamais ter pretexto para dizer que os cartistas tomaram com sangue aquilo que poderiam ter obtido pacificamente. Esse memorial nos dará tempo para nos organizarmos melhor, ele provará nossa moderação e a terceira etapa provará que somos bravos. Enquanto agirmos na capital, as províncias realizarão eleições." (Discurso de Jones)

Ora, não apenas a burguesia inglesa não tinha nenhuma intenção de suicidar-se, dando assim o direito de voto (isto é, a Carta) aos operários, mas ela possuía inclusive uma firme vontade de matar no embrião qualquer ressurreição do movimento cartista sob sua forma operária. A manifestação prevista para 10 de abril de 1848, que deveria acompanhar os peticionários até o parlamento, foi declarada ilegal e meios excepcionais de proteção militar foram organizados, o que mostra, contrariamente ao que alegam alguns historiadores burgueses, os temores que o proletariado suscitava, sobretudo no contexto revolucionário internacional.

"A revolução francesa de 1848 salva a burguesia inglesa. As proclamações socialistas dos operários franceses vitoriosos assustaram a pequena-burguesia inglesa e desorganizaram o movimento dos operários ingleses que se desenvolvia num quadro mais estreito, porém mais diretamente prático. No mesmo momento em que o cartismo devia mostrar todo seu vigor, naufragou internamente, antes de naufragar externamente em 10 de abril de 1848. A atividade política da classe operária foi relegada a segundo plano. A classe capitalista havia vencido integralmente." (Engels – Prefácio à edição alemã de 1892 da Situação da classe trabalhadora na Inglaterra)

A direção das operações de repressão foi atribuída ao velho herói nacional, o duque de Wellington, regimentos de cavalaria e de infantaria foram enviados a Londres.. A

Yeomanry (espécie de guarda nacional, de origem rural) foi mobilizada. Baterias de canhões foram posicionadas para proteger Londres, as docas foram militarizadas. Oito mil "constables" especiais foram armados e todo tipo de arma foi distribuído – até facas – aos funcionários para proteger os edifícios do Banco da Inglaterra, da Casa da Moeda e do escritório da Alfândega. Segundo o "Times" da época, havia no mínimo 200.000 homens em armas mobilizados para defender o Estado.

Frente a todos esses preparativos, a Convenção só soube adotar medidas puramente defensivas, como por exemplo prever a substituição dos delegados que seriam presos; e quando o cortejo foi bloqueado pela tropa, nada restava a não ser dissolver a manifestação.

2.2.5.10. – O movimento cartista que, em 1848, possui um caráter puramente proletário, não soube erigir uma tática adequada a essa nova realidade. Ele perseguiu do mesmo modo a antiga atividade cartista (petição pela Carta, convenções, discursos, etc...), sem colocá-la em acordo com o conteúdo proletário do movimento. É provável que o movimento devesse ter acentuado sua propaganda social e traçar as grandes linhas de um programa a partir do qual teria mobilizado as massas proletárias. O cartismo foi incapaz de ligar-se com os sindicatos (Trade-Unions) que, por seu lado, jamais procuraram francamente ligar-se à ação política dos cartistas. É provável que o movimento devesse ter procurado ligar-se bem mais firmemente ao movimento revolucionário no continente e esperar ser reforçado antes de se lançar na ação de 10 de abril, "intempestiva e mal preparada" – segundo Engels – e que tinha o defeito de tudo fazer para a obtenção de um programa político na falta de ter colocado um programa revolucionário social e econômico.

Por outro lado, enquanto – conforme previa o partido comunista na época – a generalização do fenômeno revolucionário em escala internacional e seu eventual desdobramento em uma guerra revolucionária opondo os operários europeus à Inglaterra e à Rússia aliadas deveria ter colocado o cartismo no primeiro plano do movimento revolucionário europeu, sua derrota prematura reforçava ainda mais a burguesia inglesa, fortaleza da contra-revolução mundial.

2.2.5.11. Após a derrota de 1848, produziu-se uma evolução no seio do cartismo, acentuando ainda mais seu caráter operário e favorecendo sua inserção no seio do movimento operário internacional. Durante o verão de 1848, Feargus O'Connoor traiu definitivamente o movimento, juntando-se à fileiras da burguesia.

Por outro lado, um chefe cartista como Jones procurava reorganizar o cartismo a partir de uma nova base, ligando a questão do poder político à da revolução social. Infelizmente, Jones foi preso junto com outros líderes que procuravam organizar uma conspiração armada para criar uma confederação com a Irlanda.

De 1848 a 1850, foi sobretudo Harney que manteve uma política mais conseqüente para tirar as lições do movimento cartista, voltando-se abertamente para o comunismo e pregando a revolução social. Junto com Jones, liberado em 1850, editam um jornal – "O republicano vermelho" (Red Republican, entre junho e novembro de 1850) – no qual será publicada uma tradução inglesa do Manifesto do Partido Comunista, sem todavia abandonar a etiqueta cartista.

"O cartismo em 1850 é a causa do verdadeiro povo da Inglaterra; é a causa dos produtores, e a batalha dessa classe escrava é a que conduzimos, mas ela deve ser conduzida sob a bandeira vermelha, pois é o símbolo de uma nova época, "o estandarte do futuro". A tarefa que nos cabe atualmente é juntar nossos irmãos proletários em massa em torno dessa bandeira, por meio de uma propaganda democrática e social e da agitação pela "carta e por algo mais" (the chart and something more...)"

2.2.5.12. Com o episódio do cartismo inglês, coloca-se a questão das relações entre o comunismo e a democracia. Citamos acima essa frase de Engels: "A democracia de nossa época é o comunismo". Isso não significa que a democracia é idêntica ao comunismo ou que este seja de essência democrática, mas que, no limite, no movimento de instalação da sociedade burguesa e das formas políticas que ela coloca, o partido comunista é o que leva às suas mais extremas conseqüências a reivindicação da democracia. A classe burguesa, para qual a democracia é essencial e cuja ideologia não pode ultrapassar os limites da democracia, hesita ao mesmo tempo em instaurá-la plenamente, porque, o livre jogo do enfrentamento de classes e libera forças que dobram os sinos da dominação burguesa. Isso é particularmente claro na revolução dupla, quando o proletariado deve levar até o fim o processo revolucionário (revolução em permanência), até preparar o terreno para o enfrentamento histórico decisivo entre classe proletária e classe burguesa.

A democracia é inerente em seu princípio às sociedades de classe e, particularmente à sociedade burguesa, pois nesta o reino da troca é generalizado; ao mesmo tempo, quanto mais estabelecidas são as relações entre as classes, mais a realização da democracia sob certos aspectos é entravada. Neste sentido, é com o comunismo que ela recebe sua realização completa, que é ao mesmo tempo o prelúdio de sua negação. Com efeito, quando a democracia está realizada, isto é, quando cada indivíduo trabalhando produtivamente recebe pelo pró-rata do tempo de trabalho fornecido o necessário para satisfazer seu consumo, a sociedade ainda está justamente submetida ao direito burguês, como o assinalava a crítica do programa de Gotha. Neste sentido, a "conquista da democracia" de que fala o Manifesto não constitui para o comunismo uma realização, mas ela é necessária na primeira fase da sociedade comunista para poder ser abolida na fase superior.

O momento histórico da revolução dupla pode ser assimilado ao da passagem da fase de submissão formal à fase de submissão real do trabalho ao capital. Todavia, as formas políticas adequadas à fase de submissão real não são dadas de chofre pelo simples jogo das forças materiais da sociedade ; é freqüentemente necessário um ato voluntário de uma parte desta (da burguesia, ou de uma fração desta, ou quando esta inexistente, da pequena-burguesia) para completar a dominação do Estado e permitir simultaneamente que a metamorfose do capital se realize na sua totalidade.

Em todas as nações européias capitalistas desenvolvidas, a curva de vida do MPC desenvolveu-se mais ou menos da mesma maneira: impulsos anti-feudais, revolução burguesa que colocou no poder pelo menos uma parte da burguesia, desenvolvimento do capital apoiando-se no Estado, reivindicação das frações ou classes frustradas do poder, nova agitação ou revolução até o estabelecimento do Estado capitalista moderno.

Nessa perspectiva, o direito de voto constituiu por muito tempo para o proletariado um tema de agitação e um meio de ação política. Na Inglaterra, onde mesmo nos anos 1830 a questão não se coloca mais em termos de "revolução dupla" (estamos no início da fase de submissão real e é efetivamente a burguesia que possui o poder, ainda que sob a máscara da aristocracia pois este é o compromisso acertado entre as duas classes), o Estado ainda não atingiu sua forma definitiva, a burguesia depara-se com o seguinte dilema: a realização da democracia política, a outorga do sufrágio universal significa simultaneamente a perda de sua dominação enquanto classe, pois o proletariado poderá apoderar-se desse direito democrático para fazer prevalecer seus interesses revolucionários. (Não se trata para ele de reivindicar o direito de voto como objetivo, mas como meio para tomar o poder e satisfazer sua reivindicações sociais). É significativo que o direito ao sufrágio universal irá ampliando-se pouco a pouco durante o século XIX, à medida em que a evolução do MPC permitirá acorrentar uma massa maior de proletários e atarraxá-los com correntes douradas, fazendo-os momentaneamente perder de vista seus interesses revolucionários. Assim, se no início a reivindicação da democracia política faz a burguesia temer a concessão da democracia social, é quando o MPC é capaz de satisfazer esta última (com o desenvolvimento da fase real) que ele concede plenamente a democracia política. Em todos os países europeus – sem falar dos Estados Unidos onde o proletariado negro ficou em grande parte privado do direito de voto até os anos 1960¹⁷ - o direito de voto só foi concedido quando se teve certeza de que o proletariado não faria dele um uso revolucionário. É por isso que o fenômeno reformista e revisionista no seio do movimento proletário, se ele se alimentou do eleitoralismo e do parlamentarismo, também foi sua condição. Jamais a burguesia concedeu o direito de voto em condições onde sua obtenção ameaçava realmente seu poder.

2.2.5.13. A democracia burguesa é o único regime político na história que implica e exige a "representação" de todas as classes da sociedade, inclusive da classe explorada. O termo "representação", na medida em que também implica uma delegação de poder, é perfeitamente característico do funcionamento democrático. Neste sentido, a expressão política que se dá o proletariado através do seu partido comunista não é um mecanismo de "representação". O partido exprime o ser revolucionário do proletariado. Por outro lado, podemos dizer dos falsos partidos operários atuais (os PC, PS, etc...) que eles constituem a "representação" atual (burguesa) da classe operária no seio do sistema democrático vigente. A democracia antiga excluía deliberadamente a classe produtiva, os escravos do funcionamento político; era uma "democracia de proprietários". A democracia burguesa viveu do mesmo modo, numa primeira fase, até compreender (após inúmeras lutas da classe explorada) que era de seu interesse transferir o local de expressão política do proletariado da rua para o parlamento e que era tempo de até mesmo os operários terem seus "representantes". É o sentido da extensão progressiva do direito de voto do século

¹⁷ Se a burguesia da África do Sul de hoje – mesmo nos seus componentes anglófilos supostamente "esclarecidos" – não concede o direito de voto aos negros, é que ela sabe que, dadas as relações demográficas, ela seria varrida. Neste sentido, erguendo o véu racista que oculta atualmente a luta das classes na África do Sul e deixando frente a frente proletários e capitalistas negros e brancos, a obtenção do direito de voto para as massas negras teria um reflexo revolucionário certo. Assim, aplica-se novamente, no outro extremo do planeta, a frase que Marx dedicava aos escravos negros americanos do século passado: "O trabalho sob pela branca só pode emancipar-se onde o trabalho sob pele negra é estigmatizado e massacrado". (O Capital, I,3)

XIX, e é na Inglaterra que o debate entre frações avançadas e frações tradicionais da burguesia desenrolou-se do modo mais nítido. O político conservador burguês Disraeli fez adotar em 1867 uma lei que concedia o direito de voto aos operários, argumentando que estes não saberiam dela tirar proveito para ir contra os interesses de seu país e que sua integração crescente à sociedade afastava-os das perspectivas revolucionárias. Assim, dialeticamente, o comunismo obrigou a burguesia a tender a realizar a democracia. Para derrotá-lo, realizou-se uma democracia social apoiada na super-exploração do proletariado e na tentativa de negar os antagonismos de classes, procedendo-se a uma "redistribuição" do produto social e a uma "harmonização" das condições de vida.

Não é, portanto, indiferente para os comunistas estudar como evoluem e se comportam os partidos que se dizem operários (cf. Introdução ao presente número), na medida em que estes têm como tarefa na sociedade "representar, nos sentido que enunciamos, a classe operária.

2.2.5.14. A "apologia" que Marx e Engels fazem aqui da democracia burguesa deriva da mesma lógica que o elogio à burguesia em geral que abre o "Manifesto do Partido Comunista". A dialética histórica exige que, para poder ser negado, o capital e suas formas políticas sejam primeiro desenvolvidas, realizadas e, se necessário, o proletariado deve atrelar-se à tarefa de forçá-lo a isso. Mas, ao mesmo tempo, nos anos 1840, o comunismo livra-se à mais severa crítica da democracia:

"A democracia é uma contradição em termos, uma mentira e, no fundo, uma mera hipocrisia (uma teologia, como diriam os alemães). E isso vale, a meu ver, para todas as formas de governo. A liberdade política é um simulacro e a pior escravidão possível; essa liberdade fictícia é a pior servidão. O mesmo ocorre com a igualdade política: é por isso que é preciso reduzir a democracia a migalhas, assim como qualquer outra forma de governo. Essa forma hipócrita não deve subsistir. A contradição que ela contém deve aparecer à luz do dia: ou uma verdadeira escravidão, e isso significa um despotismo não dissimulado, ou uma autêntica liberdade e uma autêntica igualdade, e isso significa o comunismo". (Engels – Progresso da reforma social no continente – 1847)

É por isso que, para forçar a realização dessa contradição, os comunistas defenderam a obtenção da democracia completa e dos direitos políticos que a acompanham, Mas, para imediatamente clamar pela destruição dessa democracia, que é um engana-trouxa. Nessa perspectiva, a questão do direito de voto é em si mesma uma questão tática¹⁸: trata-se de saber se se pode utilizar o parlamento burguês numa perspectiva

¹⁸ Diferentemente dos anarquistas para quem a recusa do voto deriva de uma questão de princípios e não leva absolutamente em conta os diferentes momentos da dialética histórica. No gênero, o GCI realiza proezas para, no seu último trabalho sobre a decadência (cf. O Comunista, # 23, nov. 1985) negar qualquer evolução histórica ao capital e torná-la completamente linear. É um bom meio para lucrar-se às avessas, das muito incômodas posições históricas do movimento o GCI quer provar que é e sempre foi ultra-revolucionário, precisa ipso facto demonstrar que o capital, seu grande inimigo, sempre foi reacionário, contra-revolucionário, etc... Sem sermos nós mesmos muito versados em teologia, acreditamos poder assinalar ao GCI que um ser que é de chofre e em qualquer época universal, total, idêntico no tempo e no espaço, tem infelizmente todas as

revolucionária proletária. Se essa perspectiva de parlamentarismo revolucionária era válida precisamente enquanto a democracia ainda não estava assentada e a palavra de ordem do sufrágio universal podia acompanhar ou apoiar grandes lutas sociais, o mesmo não ocorre a partir do momento em que a democracia burguesa, apoiando-se no reformismo, soube fazer do direito de voto e do parlamentarismo instrumentos de conservação social, esvaziando-os de seu conteúdo revolucionário (no sentido burguês). Desde o final do século XIX e o início do século XX – e esta é uma lição que apenas a Segunda Internacional – a tática parlamentar merecia ser reconsiderada pelo menos no que se refere à Europa Ocidental. Aqui, graças a golpes de repressão contra a classe operária, golpes de burocracia, de militarismo, golpes de liberdade outorgada sob a condição de não ser utilizada, a democracia burguesa havia demonstrado há muito tempo seu caráter ignominioso e que, depois dela, deveria vir, segundo as palavras de Engels, ou o verdadeiro despotismo (que adveio sob a forma de fascismo na Itália e na Alemanha), ou então o comunismo.

0o0

"O comunismo é a VERDADEIRA solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a verdadeira solução do conflito entre a objetivação e a afirmação de si, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie. Ele é o enigma resolvido da história e tem consciência disto" (Marx 1844)

“A civilização e a justiça da ordem burguesa mostram-se sob sua face sinistra cada vez que os escravos desta ordem levantam-se contra seus mestres. Então, esta civilização e esta justiça desmascaram-se como a selvageria sem máscara e a violência sem lei. Cada nova crise na luta de classe entre o apropriador e o produtor faz ressaltar este fato com maior impacto. As atrocidades dos burgueses em junho de 1848 desaparecem por si mesmas diante da indizível infâmia de 1871. O heróico espírito de sacrifício, com o qual a população de Paris – homens, mulheres e crianças – combateu durante dias após a entrada dos Versalheses, reflete tanto a grandeza de sua causa, quanto as glórias infernais da soldadesca refletem o espírito inato desta civilização de que são os mercenários e os defensores. Gloriosa civilização, certamente, cujo grande problema é saber como livrar-se das pilhas de cadáveres que ela produziu, uma vez encerrada a batalha”. (Marx, “A guerra civil na França”)

CORRESPONDÊNCIA DOS LEITORES

Os leitores podem escrever para:

COMMUNISME OU CIVILIZATION (ou simplesmente CouC)

BP 88

75733 PARIS Cedex 15

FRANCE

COMUNISMO

PELA ABOLIÇÃO DO SISTEMA DE TRABALHO ASSALARIADO

O GRUPO COMUNISMO

I. Reivindica-se da tradição do Comunismo, desde a Liga dos Comunistas (Manifesto do Partido Comunista de 1848), a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Segunda Internacional, a Terceira Internacional até as diferentes frações da Esquerda Comunista que surgiram frente à sua degenerescência, assim como das frações da Esquerda Comunista Mexicana dos anos 30.

II. De modo específico, reivindica-se da tradição e da escola comunista oriunda da esquerda comunista da Itália, que começa com a fundação do Partido Comunista da Itália (Livorno 1921).

III. Afirma que desde 1848 a luta de classes proletária expressa a necessidade de subverter o mundo capitalista da alienação e, neste sentido, reitera a unidade orgânica do movimento operário e a vigência absoluta do Programa Comunista desde essa data.

IV. Reitera a unidade orgânica e a Invariância da teoria comunista.

V. Considera como necessária a reconstrução do Partido Político do Proletariado que, tanto por sua forma como por seu conteúdo, será internacional.

VI. Considera que, enquanto existir o poder burguês, o órgão universal da revolução é o Partido Político do Proletariado.

VII. Considera que a figura estatal da ditadura do proletariado, "período político de transição" (Marx), é, por sua forma, a rede universal e mundial dos conselhos operários e por seu conteúdo a organização dos proletários (antes oprimidos) na repressão violenta contra a resistência dos exploradores.

VIII. Considera que os sindicatos são os pilares do sistema capitalista, já que através destes afirma-se o sistema de exploração capitalista.

IX. Afirma-se como anti-parlamentar, por considerar o parlamentarismo como contrário e oposto à atividade revolucionária do proletariado.

X. Assinala como ponto programático essencial da revolução comunista a abolição do sistema de trabalho assalariado.

O grupo COMUNISMO (anteriormente Colectivo Comunista Alptraum) reivindica-se da tradição do comunismo que provém da constituição da Liga dos Comunistas, Associação Internacional dos Trabalhadores, II Internacional, III Internacional, até as diferentes frações da esquerda comunista que surgiram contra sua degenerescência política e organizacional; assim como da fração comunista da esquerda (Grupo de Trabalhadores Marxistas e Liga dos Comunistas) que, na década dos 30 no México, lutaram contra a traição trotskista e a contra-revolução estalinista.

O Grupo COMUNISMO é pela reconstrução do Partido Comunista em escala mundial. E considera que a base de sua reconstituição encontra-se na reapropriação integral da teoria e/ou Programa Comunista que é por natureza invariante; considera que o órgão universal e indispensável da luta revolucionária do proletariado é o partido de classe, Partido Comunista, que reúne em seu seio a força mais avançada e decidida do proletariado. Neste sentido, considera que a ascensão do proletariado à sua auto-consciência se realizará com o nascimento da forma-partido, órgão dirigente do proletariado.

O grupo COMUNISMO considera que é na perspectiva da crise catastrófica do modo de produção capitalista que se encontra o fundamento da previsão marxista da Revolução Comunista.

O grupo COMUNISMO considera superada tanto a tática sindical como a parlamentar, em qualquer lugar do mundo. E, neste sentido, considera ambas as táticas como opostas e contrárias à realização do Programa Comunista e antinômicas à atividade revolucionária do proletariado.

OS SINDICATOS E A TERCEIRA INTERNACIONAL

I

Embora tenham nascido dos esforços da classe operária na sua luta contra a usurpação incessante do capital contra o valor da força de trabalho, e, em dado momento histórico do desenvolvimento capitalista tenham sido centros da organização inicial da classe operária, os sindicatos são hoje pilares do sistema capitalista, através dos quais verifica-se e afirma-se o sistema de exploração capitalista. Já não são mais "escolas do comunismo", ou seja, o campo de uma primeira experiência proletária, mas instituições que impedem o desenvolvimento da luta proletária reivindicativa até a luta política, assim como a derrubada do Estado burguês e a instauração de sua ditadura. A experiência histórica da primeira guerra mundial, da vaga internacional que a sucedeu e as lutas recentes do proletariado ao longo de mais de 15 anos, ilustram claramente seu caráter contra-revolucionário.

Não basta, todavia, constatar essa verdade. É uma tarefa de fundamental importância para as organizações, grupos e coletivos comunistas como o nosso, descobrir a passagem dessa forma de organização e de luta do proletariado à forma de dominação capitalista. Nesse artigo, que é o início de uma série dedicada a dar os primeiros passos que nos permitam esclarecer o papel dos sindicatos na luta revolucionária, ontem e hoje, decidimos começar pela Terceira Internacional como ponto de referência.

O problema sindical, entre outras questões tão importantes como o partido, a ditadura do proletariado, etc, esteve no centro das discussões entre os revolucionários no início do século, essencialmente na raiz do surgimento da primeira vaga revolucionária deste século e dos novos problemas colocados pelo desenvolvimento da luta de classes.

Para uma parte dos revolucionários, os sindicatos continuavam sendo centros de luta reivindicativa e organização inicial do proletariado. Em conseqüência, a tática que tiravam dessa conclusão política era a de participarem dos sindicatos para levar mais a frente o proletariado neles organizado, ou seja, até o conceito e "a prática da luta política". Essa era a conclusão geral da Esquerda Comunista da Itália que, nesse campo, apresentara diferenças substanciais em relação à Internacional Comunista. A diferença de entendimento na análise dos sindicatos entre a esquerda italiana e a Internacional Comunista foi mais clara desde 1924, quando o Comitê Executivo da I.C. lança a palavra de ordem de "Frente única Proletária".

Para outra parte dos revolucionários – aquela que se agrupava em torno das esquerdas alemã e holandesa – os sindicatos se haviam transformado em órgãos da contra-revolução, e outras formas de luta proletária (os conselhos revolucionários de fábrica), que haviam surgido no calor da própria luta – basicamente na Alemanha – enquanto "organizações de luta proletária pura", eram chamadas a destruir os sindicatos e a edificar a sociedade comunista. A idéia essencial para as esquerdas holandesa e alemã é que os sindicatos haviam deixado de ser "organizações naturais destinadas à unificação do proletariado", dado que haviam sofrido um acelerado processo de

decomposição/burocratização, integrando-se ao capitalismo. Fora dessa concepção de forte sabor anarquista sobre as organizações "unitárias" ¹⁹ de "luta proletária pura" (sic), onde o proletariado enquanto "massa" se dirige "por si mesmo" e onde o papel do partido político tende a ser nelas diluído, um dos resultados das esquerdas alemã e holandesa foi terem logrado instintivamente – diferentemente de outras correntes revolucionárias – visualizar que os sindicatos já não eram formas que expressavam o movimento da classe. Neste sentido, souberam recolher a experiência viva do que ocorria na Alemanha, embora consideremos que sua crítica ao sindicato é insuficiente.

Por outro lado, à Terceira Internacional e, particularmente, aos bolcheviques, devemos as errôneas interpretações sobre a "aristocracia operária" e o papel dos sindicatos no período de transição, interpretações sustentadas na teoria do imperialismo e na teoria que vê nos sindicatos organizações primordiais/indispensáveis da classe operária.

A Conferência Comunista Internacional, reunida em março de 1919 e que se transforma em Internacional Comunista, discutiu a situação internacional imediata posterior à primeira guerra mundial, uma vez que esta última provocou o agravamento das condições de vida do proletariado, e que surgiu um forte impulso revolucionário, que logrou inaugurar um período revolucionário.

O primeiro congresso da Internacional Comunista discute fundamentalmente a situação internacional, constata que praticamente em todos os países europeus existem mobilizações importantes da classe operária, que poderiam transformar-se em movimentos revolucionários para a conquista do poder político e a instauração da ditadura proletária, e se propõe a determinar as características desse período – as tarefas dos comunistas e a tática correspondente. Um ponto fundamental é fixar a posição dos jovens partidos comunistas frente à social-democracia e denunciar sua passagem para o terreno burguês.

Além da firme denúncia da social-democracia como instrumento do capital para impedir o desenvolvimento revolucionário da classe operária, o primeiro congresso não toma nenhuma resolução específica sobre o problema sindical, apesar de tratar-se de uma questão de primeira importância.

As conclusões políticas que os delegados dos diferentes países tiravam sobre a questão sindical já estavam, desde então, inicialmente diferenciadas: de um lado, aqueles que sustentavam a existência dos sindicatos como instrumentos de luta do proletariado; de outro, aqueles que, de acordo com a experiência de uma luta muito mais desenvolvida do proletariado (como na Alemanha) ²⁰, sustentavam que já era impossível que os sindicatos

¹⁹ Na Alemanha, após o desencadeamento da revolução, as lutas econômicas dos operários foram realizadas sem os sindicatos, quando não contra eles. Ao contrário, os conselhos de fábrica, desde o início da revolução, se encarregaram do conjunto da atividade e os sindicatos são praticamente apenas organizações de apoio. "Terceira Seção do Primeiro Congresso da I.C. Informe do delegado alemão. Grifo nosso. Na Finlândia, segundo declarações do delegado desse país, "era impossível utilizar os sindicatos para a revolução".

²⁰ A razão pela qual na Plataforma só se menciona que, onde seja possível, é preciso utilizar os sindicatos para a luta, é exposta por Albert, o delegado alemão que, junto com Bukarin, esteve encarregado da elaboração da mesma.

cumprissem um papel ativo na revolução e, mais ainda, que estes desempenhavam uma função contra-revolucionária (embora tais conclusão não tivessem como substrato uma análise profunda e detalhada sobre a transformação dos sindicatos em órgãos contra-revolucionários).

A comissão redatora da Plataforma Política da I.C. declarou-se incapaz de tomar uma resolução a respeito e deixou momentaneamente a decisão de participar ou não nos sindicatos a cada delegação nacional ²¹.

Entretanto, os informes dos delegados deixavam transparecer uma realidade incontrovertível, ou seja, que pouco antes, durante e depois da guerra, os sindicatos colaboraram infatigavelmente com as diversas burguesias para, primeiramente, arrastar o proletariado à voragem patriótica e belicista; em segundo lugar, para manter em geral salários baixos, prolongar a jornada de trabalho e intensificar a exploração; e, finalmente, para impedir que a explosão de protestos iniciais do proletariado se desenvolvesse em formas mais orgânicas de luta, sabotando abertamente os Conselhos Operários e colocando-se assim totalmente ao lado do capital.

No primeiro Congresso, começa a manifestar-se a interpretação desse papel dos sindicatos em termos de uma suposta "aristocracia" operária. Assim, referendo-se às contradições mais importantes do capitalismo, Bukarin afirmava:

"O capitalismo procurou superar a anarquia da produção através da política imperialista (...) o capitalismo dos demais países mais avançados tentou isso por meio da bandidagem nos demais países e pela acumulação de superlucros às custas dos povos coloniais explorados. O capital aceitou dar uma pequena parte desse superlucro aos operários das metrópoles para garantir a paz permanente. Agora, todos nós sabemos como foi criado o patriotismo dos operários com base na exploração e na bandidagem contra os povos coloniais, em particular o patriotismo dos operários qualificados que em sua maioria beneficiaram-se desses superlucros." (Informe de Bukarin sobre o segundo ponto da ordem do dia. Grifo nosso).

A intervenção do delegado holandês (Rutgers) orientava-se no mesmo sentido:

"Agora, abordo uma questão capital que não é tratada na Plataforma, ou seja, a do movimento sindical. Trabalhamos amplamente nessa questão. Ouvimos os delegados de diferentes países a respeito do movimento sindical e tivemos que comprovar que, agora, não era possível tomar uma posição internacional sobre essa questão, pois a situação do proletariado varia consideravelmente de um país para outro. Para essa questão sindical, não existe resposta de princípio válida para todos (...) as circunstâncias são muito diferentes segundo os distintos países, tanto que nos parece impossível dar linhas de conduta claras aos operários. Dado que isso não é possível, não podemos resolver a questão e devemos deixar às diversas organizações nacionais o cuidado de definirem sua posição". (ibidem)

²¹ A experiência da recente revolução russa parecia confirmar que os sindicatos desempenharam um papel destacado na construção da nova sociedade: "se tivéssemos escrito aos russos, teríamos tratado o papel dos sindicatos no processo de transformação revolucionária... Entre nós, os sindicatos representam o papel principal no processo do trabalho positivo. O poder soviético apóia-se precisamente neles. Na Alemanha, é o contrário." (Ibidem. Informe de Bukarin)

"(a plataforma) não indica o fato de que em particular os funcionários, os intelectuais e a aristocracia operária detém uma posição privilegiada que se apóia sobre os ombros da grande massa operária, o que é o caso principalmente nos Estados Unidos." (Grifo nosso)

No Segundo Congresso, a I.C. adota uma Resolução sobre "O movimento sindical, os comitês de fábrica e de empresa".

No início, a Resolução parte da consideração do papel que desempenharam os sindicatos antes, durante e depois da guerra. Parte da consideração geral de que os sindicatos são organizações criadas pela classe operária durante "o período pacífico do capitalismo". Nesse período pacífico "eram organizações destinadas a lutar pela elevação dos salários e pela melhoria das condições do trabalho assalariado." Durante a guerra, os sindicatos ajudaram a burguesia a explorar a classe operária com maior intensidade e a levar adiante a guerra de modo mais enérgico. A Revolução afirma que "abandonaram a luta pela melhoria das condições de vida enquanto luta histórica do proletariado", fato mais evidente e, ademais, esse primeiro passo adiante na explicação do "novo caráter" dos sindicatos viu-se reforçado pela interpretação errônea da necessidade objetiva do proletariado de lutar em defesa de suas condições de vida – levadas a níveis miseráveis durante a guerra – supondo que essa necessidade implicava um "fluxo das massas" até eles. Assim, segundo a I.C., para garantir o êxito da luta econômica, "as amplas massas que permaneciam até agora à margem dos sindicatos afluem até eles" e, mais ainda, acreditava ela ver "um prodigioso crescimento dos sindicatos", que já não representariam – por esse simples fato – os "elementos progressistas do proletariado", mas "toda sua massa".

Segundo esta Resolução, os sindicatos, que durante a guerra haviam englobado os operários especializados melhor remunerados, atuando assim em limites corporativos muito estreitos, se converteriam em "órgãos da destruição do capitalismo" quando a "massa" proletária neles adentrasse. Como se nota, esse raciocínio é bastante linear: ao entrarem as massas nos sindicatos, estes perderiam seu caráter "elitista"; por outro lado, esta massa poderia ser eventualmente ganha para a revolução toda vez que os comunistas dirigissem os sindicatos. Neste sentido, a I.C. via o problema dos sindicatos unicamente na burocracia sindical "reformista". Deste ponto de vista, as "antigas formas de organização sindical" (ou seja, corporativas, de ofício) e a "velha burocracia profissional" são os obstáculos para a transformação revolucionária dos sindicatos. Conseqüentemente, se os sindicatos continuavam sendo os instrumentos de luta do proletariado e apenas a burocracia era o obstáculo à sua "transformação revolucionária", a presença dos comunistas nos sindicatos tornava-se uma tarefa de primeira ordem. E não apenas com agitação e propaganda, mas também com a condição da luta reivindicativa através da conquista das direções sindicais. Foi assim que a I.C. adotou essa Resolução.

"Dada a pronunciada tendência de amplas massas de incorporarem-se aos sindicatos, e considerando o caráter objetivo revolucionário das lutas que essas massas sustentam apesar da burocracia profissional, é importante que os comunistas de todos os países façam parte dos sindicatos e trabalhem para convertê-los em órgãos conscientes de luta para a liquidação do regime capitalista e o triunfo do

comunismo. Eles devem tomar a iniciativa da criação dos sindicatos em todos os lugares onde estes não existem".

Para reforçar essas idéias, o item 9 das "Condições para Admissão dos Partidos na I.C." assinalava que os partidos desejosos de pertencer à I.C. deviam levar a cabo uma propaganda perseverante e sistemática nos sindicatos, assim como formar grupos comunistas que conquistariam as direções dos mesmos ²².

Em suma, apesar da Internacional Comunista ter observado uma decomposição dos sindicatos, acreditava que era possível "deter a decomposição" pela ação dos comunistas dentro deles e assim "conquistar as massas".

Outra interpretação errônea que se desenvolveu no Segundo Congresso foi a da "aristocracia operária".

Segundo a I.C., a "pequena aristocracia operária" estava composta "pelos líderes do movimento sindical e corporativo, corrompidos pelo capitalismo" (ver a "Resolução sobre as tarefas fundamentais da I.C. , item 1").

De acordo com essa Resolução, as condições materiais que possibilitaram o surgimento dessa "aristocracia operária" (ou de "operários capitalistas") deviam ser buscadas no imperialismo.

"Um dos obstáculos mais graves para o movimento operário revolucionário nos países capitalistas desenvolvidos deriva do fato de que, graças às possessões coloniais e à mais-valia do capital financeiro, etc, o capital logrou criar uma pequena aristocracia operária relativamente importante e estável. Esse grupo beneficiou-se das melhores retribuições e, acima de tudo, está impregnado de um espírito de corporativismo estreito, pequeno burguês e de prejulgamentos capitalistas. Ele constitui a verdadeira base de apoio social da Segunda Internacional dos reformistas e dos centristas e hoje está muito próximo de converter-se no ponto de apoio da burguesia. Nenhuma preparação , nem sequer prévia, do proletariado para a derrota da burguesia, é possível sem uma luta direta, sistemática, ampla, declarada com essa pequena minoria que, indubitavelmente (como já provou a experiência), proverá numerosos homens para a guarda branca da burguesia logo após a vitória do proletariado."

Assim, segundo a I.C., o capitalismo criou uma camada operária minoritária melhor remunerada que o resto da "massa", graças às concessões voluntárias do capital, a fim de isolá-la de sua missão histórica. A I.C. interpretava o fato de que existem membros da classe operária cujos salários são quantitativamente maiores do que o mínimo indispensável

²² Essa falsa apreciação adquire hoje tons completamente caricaturais nos libelos esquerdistas. Assim, por exemplo, ao comentar a "afluência das massas aos sindicatos" naqueles anos, um sindicalista stalinista argumenta que "a necessidade de lutar por suas reivindicações econômicas impulsionou os trabalhadores a afluir aos sindicatos, os quais começaram a crescer com rapidez..." E duas linhas adiante continua: "em 1920, os sindicatos contavam com 25 milhões de membros, número que caiu para 18 milhões em 1922." (Rubens Iscaro, História do Movimento Sindical Internacional. Cartago, México)

como a condição fundamental que os distingue, e inclusive os separa, da classe vista em sua totalidade.²³

Conseqüentemente, pensavam, a tarefa dos comunistas dirigia-se às massas que constituem, segundo a I.C., o setor "mais explorado" do proletariado.²⁴

Depois disso, o Segundo Congresso fixou uma posição sobre os sindicatos, que seria crucial para a orientação política dos futuros Congressos. Cristalizava uma posição dos revolucionários sobre a questão sindical. Outra posição, minoritária, que não estava plenamente integrada à I.C. sustentava pontos de vista diferentes em relação a essa questão. Tratava-se do Partido Comunista Operário Alemão (KAPD) e dos "tribunistas" holandeses.

II

No Terceiro Congresso, prevaleceu o espírito das Teses do Segundo. Basicamente, nele estabeleceu-se que "a base da ação de massas" aceita por toda a I.DC. como tática a seguir nas lutas futuras estava nos núcleos, grupos e seções comunistas nos sindicatos e nas fábricas.²⁵

Não se adotou nenhuma resolução específica sobre os sindicatos, com o que, implicitamente, continuava-se a considerar correta a interpretação já efetuada no Congresso anterior. Assim é que, a partir daquela base, continuou-se a desenvolver aprofundamentos sobre a tese da "aristocracia" e a "massa operária".

As "Teses sobre a situação mundial e a missão da I.C.", no item 35, desenvolvem a idéia de que a guerra modificou tanto o estado de ânimo como a composição da mesma do proletariado. Segundo essas teses, a guerra deixou claramente estabelecida a estratificação do proletariado em camadas, diversas em sua origem e caráter e que, depois da guerra, não foram arrastadas para o movimento nem simultaneamente, nem da mesma maneira. Isso explicava, segundo as teses, as oscilações da luta revolucionária.

²³ O salário mínimo é apenas um valor em torno do qual oscilam os valores das diversas forças de trabalho. Mas isso não quer dizer que os salários de todos os operários devam ser iguais. Respondendo à absurda reivindicação de uma suposta "igualdade" dos salários, Marx pôde sentenciar que: "dentro do sistema de trabalho assalariado, o valor da força de trabalho é fixado da mesma maneira que qualquer outra mercadoria; e como diferentes tipos de força de trabalho têm valores distintos, ou exigem diferentes quantidades de trabalho para sua produção, têm que ter diferentes preços no mercado de trabalho." (K. Marx, "Salário, preço e lucro", item 7, Grifo nosso).

²⁴ "...assim como o fato de que alguns escravos andavam melhor vestidos e melhor alimentados, de que desfrutavam de um trato melhor e de um pecúlio mais abundante não destruía o regime de escravidão nem fazia desaparecer a exploração do escravo, da mesma maneira, o fato de que alguns operários vivam individualmente melhor não suprime tampouco a exploração do operário assalariado. O fato de que o trabalho aumente de preço por efeito da acumulação do capital só quer dizer que o volume e o peso das correntes douradas que o operário assalariado se tem forjado para si mesmo podem mantê-lo submetido sem estarem tão tensas." (K. Marx. O Capital, Cap. XXIII)

²⁵ "A palavra de ordem era: guerra aos chefes (da Internacional Sindical de Amsterdam), desmascará-los, marcá-los com ferro em brasa, expulsá-los de seus postos e substituí-los por comunistas..." (E. Torralva Beci, Terceiro Congresso da I.C., 1921)

De acordo com as teses que comentamos, o proletariado está estratificado na forma de uma pirâmide, em cujo vértice se encontra a "burocracia operária" e onde os sucessivos – e cada vez maiores, à medida em que nos aproximamos da base – estratos estão constituídos por: camadas operárias qualificadas, não qualificadas e, finalmente, na base, um gigantesco exército de desempregados, na maioria desclassificados ou semi-desclassificados.

A "base social" da burocracia sindical e da social democracia encontra-se nos operários "melhor colocados" na produção – qualificados, ou que ocupam cargos administrativos. Devido à sua recente incorporação, o grupo de novos operários absorvidos pela indústria durante a própria guerra contém vícios pequeno-burgueses herdados de sua condição anterior de não-assalariados (camponeses e artesãos).

Apenas aqueles setores do proletariado – os mais numerosos – que sofreram diretamente nos campos de batalha a devastação da guerra, os jovens operários educados nos combates revolucionários e o enorme exército de desempregados representavam, segundo as mesmas teses, as camadas suscetíveis de se incorporarem plenamente à ação revolucionária. As "Teses sobre a Tática" assinalam como tarefa mais importante nesse momento "a conquista da influência sobre a maior parte da classe operária, a introdução no combate de frações determinantes (da classe operária)..." (Parte III: "A Tarefa Mais Importante do Momento").

Na realidade, não se fazia mais que reafirmar a opinião de que era necessário participar dos sindicatos "amarelos" (à frente dos quais estavam os social-democratas e os centristas), para vencer a burocracia a partir de dentro desses mesmos sindicatos, conquista a direção e transformá-los em organizações de combate.

Por outro lado, o Terceiro Congresso rechaçou abertamente "todas as tendências sectaristas" como o KAPD, que defendiam uma opinião oposta a respeito dessa questão (saída dos sindicatos, instauração de organismos unitários de fábrica).

No informe intitulado "A Internacional Comunista e a Internacional Sindical Vermelha", são explicitadas as relações entre os sindicatos e o Partido. Segundo o Informe, o Partido Comunista é a vanguarda do proletariado que sustenta o programa comunista. Os sindicatos são uma "organização mais maciça" do proletariado, tendendo a agrupar todos os operários de cada ramo industrial. Ou seja, os sindicatos são uma organização mais vasta, mais geral que o Partido "e, no que se refere a este último, desempenham, até certo ponto, o papel da circunferência em relação ao centro."

Antes da conquista do poder, os "sindicatos revolucionários" organizam os operários no terreno econômico (para a conquista de melhorias), para melhor derrotarem o capitalismo. Durante a revolução proletária, junto com o partido "organizam as massas" para ir ao assalto das fortalezas do capital e encarregam-se dos primeiros trabalhos de organização da produção socialista. Depois da conquista e da consolidação do poder proletário, a ação dos sindicatos volta-se fundamentalmente para o campo da organização econômica, a construção do "edifício econômico" em bases socialistas.

No Informe, indicava-se que a Internacional Sindical Vermelha ²⁶ se organizaria com base numa união autônoma de "sindicatos vermelhos" que aceitavam o programa da I.C., mas de maneira mais livre que os partidos políticos pertencentes à I.C. Neste sentido, o III Congresso propôs ao Primeiro Congresso Mundial dos Sindicatos Vermelhos – reunido naquele momento em Moscou – um Programa de Ação no qual a "base de ação de massas" era imediatamente o sindicato.

III

Entre o terceiro e o quarto Congresso, o Executivo da I.C. formula a tática da "Frente única Proletária", que prontamente mostraria seus equívocos.

Na "Resolução sobre a Frente única Proletária e sobre as relações com os operários pertencentes à Internacional 2 1/2, à Internacional Sindical de Amsterdam e às organizações anarco-sindicalistas", o Executivo da I.C. lançou a seguinte fórmula genérica: "A frente única nada mais é do que a união de todos os operários decididos a lutar contra o capitalismo". Posteriormente, essa fórmula conduziria a interpretações cada vez mais próximas de tentativas de "acordos" políticos com a social-democracia.

Junto com essa tática, desenvolvia-se um debate impulsionado pelas delegações italiana e francesa na Seção do Executivo Ampliado, em fevereiro de 1922. Os italianos declararam-se partidários da unidade sindical, porém contrários à unidade política com a social-democracia, considerando que o único campo no qual a "Frente única" seria possível era os sindicatos.

Para nós, há uma distinção importante entre os fundamentos adotados pela esquerda italiana e a fração bolchevique frente à questão sindical.

Nas "Teses da Fração Abstensionista do Partido Socialista Italiano" (1920), os sindicatos servem "para neutralizar a concorrência entre operários do mesmo ramo e impedem a queda dos salários a um nível baixíssimo; mas, do mesmo modo que não conseguem chegar à eliminação do lucro capitalista, tampouco podem realizar sequer a união dos trabalhadores de todas as profissões contra o privilégio do poder burguês."

Embora "sejam o campo de uma primeira experiência proletária" a caminho da revolução, não são, sem dúvida, nem órgãos suficientes para a luta revolucionária, nem órgãos fundamentais da economia comunista. Para Lenin, ao contrário, "os sindicatos estão

²⁶ Com base nas Resoluções do II Congresso, organizou-se um Bureau Sindical da I.C. no qual, em colaboração com um grupo de sindicatos e federações que se haviam reunido em junho de 1920 (um mês antes do II Congresso) promoveu-se um Congresso Constituinte de unificação de sindicatos revolucionários, em junho de 1921. Essa organização adotou o nome de Internacional Sindical Vermelha (ISR). Segundo os estatutos aprovados por esse congresso constituinte, só podiam ser membros os sindicatos que aceitassem a necessidade da ditadura do proletariado e se obrigasse a marchar de acordo com os respectivos partidos comunistas. Veja-se também os "Estatutos da I.C.", artigo 14.

se convertendo e devem converter-se em organizações estatais, que têm a principal responsabilidade na organização de toda a vida econômica em bases socialistas.²⁷

As mesmas "Teses da Fração Abstensionista..." afirmam que, na medida em que expressa uma ação particular da luta do proletariado contra a exploração capitalista, o sindicato é apenas uma forma de organização que o proletariado se dá no caminho até sua confrontação com o Estado burguês.

Para Lenin, o sindicato é a "forma mais elementar e inferior" de organização do proletariado no capitalismo, enquanto o partido é a "forma superior de união de classe dos proletários" (cf. "A doença infantil do comunismo", abril/maio de 1920). As "Teses de Roma" (1922), que retomam o sentido das "Teses da Fração Abstensionista", afirmam que o partido comunista participa de todas as formas de organização econômica do proletariado (cooperativas, sindicatos, conselhos de fábrica, etc), na medida em que esses organismos proletários surgem naturalmente pela pressão de interesses econômicos reais; os movimentos espontâneos parciais fazem parte do movimento proletário até a luta revolucionária final; o partido deve estar estreitamente relacionado com o resto da classe.

A esquerda italiana via ainda nos sindicatos formas particulares que expressavam a luta reivindicativa contra o capital. Donde a necessidade dos comunistas deles participarem, com um trabalho de agitação, de propaganda e de direção da luta.

Mais ainda, considerava que as Centrais Sindicais Nacionais revelavam-se "o instrumento mais seguro de direção dos movimentos do proletariado não enquadrado nas

²⁷ Variante inicial do artigo "As tarefas imediatas do poder soviético", 23-28/3/1918, Obras Completas, t. 36. Em geral, os bolcheviques, além de suas considerações sobre os sindicatos como formas elementares de organização do proletariado, atribuíam a estes um papel fundamental na fase de transição ao comunismo. Tampouco é correta a apreciação de Gorter (cf. "Carta Aberta a Lenin", 1920), no sentido de que, na Rússia, os sindicatos participavam da luta proletária e na Europa Ocidental não. Isto é, Gorter está dizendo implicitamente que os sindicatos ainda poderiam existir nas zonas menos desenvolvidas do capitalismo. É certo que o problema se apresentava bastante complexo para os revolucionários naquela época. Recorde-se as intervenções no Primeiro Congresso da I.C.: em muitos países, parecia que os sindicatos eram capazes de expressar ainda a luta da classe operária, em outros definitivamente não, em outros essa situação não era de todo clara. Hoje, podemos dizer com certeza que os sindicatos deixaram de ser – universalmente – formas onde se expressa a vida da classe e que aquilo que os revolucionários presenciaram no início do século não eram mais do que as convulsões de morte de um organismo que já era incapaz de expressar a vida da classe. E foi precisamente nos centros do capitalismo, onde essa tendência irreversível se afirmou plenamente, particularmente onde a luta de classes alcançou uma de suas expressões mais desenvolvidas (Alemanha). É nos centros capitalistas que as tendências gerais do capitalismo adquirem sua expressão mais acabada. Marx escrevia então que "os países industrialmente mais desenvolvidos não fazem mais do que colocar frente aos países menos desenvolvidos o espelho do seu futuro" (Prólogo à primeira edição do Capital). Esquecer essa questão fundamental – entre outras razões – levou o Partido Mexicano do Proletariado (PMP) a afirmar em seu Programa que os sindicatos nas nações capitalistas avançadas já não desempenham um papel no desenvolvimento da luta de classes; mas, nos países "capitalistas incipientes", "infracapitalistas" ou "intermediários", podem contribuir todavia ao desenvolvimento ascendente da luta da classe proletária." Com isso, deixou a porta aberta a tendências sindicalistas de base que se desenvolveram em seu seio. Com base numa série de modificações no processo produtivo, como ocorre com a afirmação das formas que produzem mais-valia relativa, nas quais se desenvolve a subordinação real do trabalho ao capital, existem possibilidades de que os sindicatos sejam transformados em mecanismos diretos do processo de acumulação do capital.

fileiras do partido", sem negar, porém, o papel de outros organismos econômicos, colocando a possibilidade de surgimento de "novos organismos de luta econômica" e sustentando que os comunistas participariam nas lutas dos organismos econômicos proletários dirigidos pelos socialistas, sindicalistas ou anarquistas, "a não ser que a massa se rebelde espontaneamente", e sempre desenvolvendo dentro desses organismos a crítica incessante dos programas desses partidos e correntes.

Na base de todas essas considerações, a esquerda italiana pôde sustentar que a "Frente única Proletária" significava a participação dos comunistas nas lutas dos organismos econômicos proletários.

O Comitê Executivo Ampliado decide aceitar o convite da Internacional 2 1/2 para participar de uma Conferência Internacional "das tr~es Internacionais" (Berlim, abril de 1922), com a idéia de que "ao negar-se a dar uma luta em comum, em uma época as massas operárias assim o deseja, os comunistas dão aos social-traidores a possibilidade de apresentá-los como sabotadores da unidade do proletariado" e de que, participando na "luta comum (...), as massas prontamente saberão distinguir os que propugnam verdadeiramente a luta contra a burguesia daqueles que não a querem".²⁸

Depois do fracasso dessa Conferência, o IV Congresso ratificou que, apesar disso, os postulados da tática da "Frente única" deviam permanecer e convidou a apoiar "governos de trabalhadores", expressão completamente ambígua, que induzia a equívocos, sobretudo quando na Inglaterra os trabalhistas – em coalizão com os liberais – assumiram o governo nos primeiros meses de 1924.

Os debates no V Congresso são ricos em ensinamentos sobre o começo da degenerescência política da Internacional Comunista. Bordiga interveio no V Congresso para assinalar que o IV havia cometido erros sérios na questão da "Frente única" e dos "governos operários", rechaçando a resolução sobre a "Frente única" tal qual a interpretavam certas correntes da I.C., proclamando a "Frente única" com base nos sindicatos, porém jamais no terreno político; e defendendo que a proposta de unidade sindical com a Internacional Sindical de Amsterdam revelava uma guinada à direita no seio da I.C. A intervenção de Bordiga foi clara ao pedir um enterro de terceira classe tanto para a tática como para a expressão "governo operário", dado que tal aberração nada tinha a ver com a ditadura do proletariado.

IV

Resumindo, como vimos, para a Terceira Internacional em seu conjunto, dado que nos sindicatos "agrupam-se as massas", estes podiam ser instrumentos para a luta revolucionária do proletariado e transformarem-se em "órgãos conscientes da luta pelo aniquilamento do capitalismo", através da ligação que os núcleos e frações comunistas dentro deles estabeleceriam com o partido.

²⁸ Mathias Rakosi, "Notícia histórica sobre os quatro primeiros congressos da I.C.", em Os quatro primeiros congressos da I.C., PgP, México, 1981, p.17.

Uma limitação fundamental dessa colocação é ver o sindicato como a forma elementar da união e organização de classe. Desse ponto de vista, os sindicatos sempre serão – uma vez que a luta da classe operária os fez surgir na história – uma forma necessária e única da luta reivindicativa da classe operária. Entretanto, a experiência histórica nos indica que, embora o sindicato tenha surgido da luta de resistência da classe operária contra o capital, é um organismo limitado enquanto forma particular da luta da classe operária contra o poder do Estado burguês. Na óptica da esquerda italiana, a forma sindical não se eterniza em todo o ciclo de desenvolvimento do capitalismo, mas é analisada como uma figura particular concatenada em um desdobramento sucessivo e, neste sentido, é perecível e superável. Nessa óptica, podem existir outras formas nas quais se expresse a luta do proletariado, como de fato começava a manifestar-se naquela época nos conselhos de empresa (sem que isso queira dizer que tais conselhos sejam a expressão mais acabada da luta da classe operária). O que é fundamental nas "Teses da Fração Abstensionista do PSI" e nas "Teses de Roma" é o papel do partido como forma universal da luta proletária.

Outra diferença notável da esquerda italiana em relação aos bolcheviques refere-se ao papel dos sindicatos na ditadura proletária.

Apesar da I.C. ter denunciado claramente o papel de traição da classe operária cumprido pelos sindicatos durante a guerra e no período imediatamente posterior a esta, nos Primeiros Congressos sua análise não foi além de enxergar na burocracia sindical "o obstáculo para a transformação revolucionária" dos sindicatos.

Nos Congressos seguintes, a I.C. deixa de insistir sobre o papel contra-revolucionário que já desempenham os sindicatos, para centrar sua atenção no papel da burocracia sindical como elemento fundamental que explica o caráter "conservador" dos mesmos. Uma vez feita a colocação de que os sindicatos são "formas elementares" de organização da classe operária, que têm um papel fundamental no período de transição para o comunismo, a I.C. deixou de lado a análise da "decomposição dos sindicatos", que havia chegado a apresentar no II Congresso, e orientou-se mais ainda no sentido de "deter a decomposição" deles.²⁹

A dificuldade de não enxergar o caráter contra-revolucionário dos sindicatos além da burocracia sindical era compartilhada pelo conjunto dos revolucionários. Assim, por exemplo, para as esquerdas alemã e holandesa, a existência polarizada de "chefes" e "massas" era o motivo que explicava em grande parte o caráter contra-revolucionário dos sindicatos. Para esses revolucionários, toda forma de organização que não permite às massas "dirigirem-se por si mesmas" só pode ser uma organização contra-revolucionária. Eles acreditavam ver nos conselhos revolucionários de fábrica "organizações de luta proletária puras", afirmação perigosa, pois tende a negar o papel do partido como forma universal, mais acabada, da luta proletária.³⁰ Entretanto, diferentemente dos demais

²⁹ Veja-se a parte final da resolução sobre o "O movimento sindical, os comitês de fábrica e de empresa" do Segundo Congresso.

³⁰ Pannekoek escrevia que o poder contra-revolucionário dos sindicatos "não pode ser aniquilado, nem atenuado mediante uma simples troca de pessoas... é a mesma estrutura organizativa sindical que leva as

revolucionários, chegam a notar que os sindicatos já não expressam a luta proletária revolucionária.

Por seu lado, a I.C. tentou explicar o "novo caráter" assumido pelos sindicatos durante a guerra basicamente a partir do surgimento de uma burocracia sindical reformista e conservadora, cuja "base social" estaria composta pela "aristocracia operária" e cujo surgimento estaria explicado pelos "superlucros imperialistas", que o capital financeiro extrai da exploração das colônias. Baseado no esquema do imperialismo e na idéia da aristocracia operária, tem-se desenvolvido nas últimas décadas uma série de colocações teóricas esquerdistas (como é o caso do cepalino Marini), segundo as quais nos "países dependentes" existe um proletariado "super-explorado".

Sem aprofundar as questões da "aristocracia operária" e do "imperialismo", insistiremos unicamente no fato de que, ao tomarmos como base a análise marxista das determinantes fundamentais do desenvolvimento capitalista, é arriscado sustentar que os operários nos países centrais beneficiam-se da mais-valia extraída da população das zonas periféricas. Em primeiro lugar, porque as relações de exploração não se verificam entre países, mas entre duas classes específicas. Se levarmos essa tese ao extremo, temos de afirmar categoricamente que não existem "países burgueses" e "países proletários", ou "países mais burgueses" que exploram outros "menos burgueses", ou países capitalistas, países socialistas e, entre ambos, "países do terceiro mundo", etc.

Por outro lado, como já dissemos, não são as "melhores remunerações" ou as "piores" que explicam o fundamento da exploração capitalista. O rendimento de um trabalhador ou grupo de trabalhadores não define sua pertinência à classe operária e tampouco determina sua "conduta" política. No mais, o proletariado não se define como a mera soma estatística de indivíduos que têm uma condição econômica comum, mas por seu caminho e por sua tarefa histórica.

massas , pouco menos que impotentes, a não poderem fazer do sindicato um instrumento de sua vontade". (Citado em Gorter, op. cit.) E o programa do KAPD – maio de 1920 – afirmava: "A transformação revolucionária dos sindicatos não é questão de pessoas, o caráter contra-revolucionário dessas organizações encontra-se em sua própria estrutura e em seu sistema específico.

De um lado "chefes", de outro "massas", é o motivo que explica segundo as esquerdas alemã e holandesa, o caráter contra-revolucionário dos sindicatos. Para eles, o conteúdo essencial da revolução consiste "no que as massas podem fazer por si mesmas." Portanto, toda forma de organização que não permita às massas "dirigirem-se por si mesmas" nada mais é do que contra-revolucionária.

L' UNION
PROLÉTARIENNE

UNIÃO PROLETÁRIA
PELA FORMAÇÃO DO PARTIDO MUNDIAL
DO PROLETARIADO:
O PARTIDO COMUNISTA.

Para atingir esse objetivo, a União Proletária fixa-se as seguintes tarefas.

- A reapropriação da teoria revolucionária do proletariado, do Manifesto de 1848 às Esquerdas comunistas que, entre outras, lutaram contra a degenerescência da Terceira Internacional, partido internacional da classe operária;

- Trabalhar na constituição de uma rede orgânica internacional tendendo a reagrupar os elementos comunistas e a formar os futuros revolucionários necessários para a revolução comunista de amanhã.

Conteúdo de nossa ação:

- O capital, que reina como senhor absoluto na totalidade do planeta, indica-nos que não há mais tarefas burguesas que o proletariado possa cumprir: **A REVOLUÇÃO COMUNISTA ESTÁ NA ORDEM DO DIA EM QUALQUER LUGAR.**

Assim, a União Proletária não teria como participar ou caucionar sob qualquer forma toda política visando seja reformar, seja gerir o capital.

- A União Proletária opõe-se ao parlamentarismo e ao eleitoralismo, apóia os proletários que se organizam fora e contra os sindicatos vendidos ao capital, assim como qualquer luta que se coloca resolutamente num terreno de classe.

- A União Proletária opõe-se a toda repressão exercida pelo Estado burguês.

- Fascismo e democracia são dois modos de gestão do capital; não mais do que o fascismo, a democracia por meio da qual o capital reina em numerosos países não recebe apoio: **CONTRA TODAS AS FRENTES ÚNICAS OU BLOCOS POPULARES QUAISQUER QUE SEJAM.**

- No que se refere à guerra imperialista, a alternativa revolucionária não pode ser reduzida a sua mais simples expressão, a saber: revolução ou guerra; convém preparar-se à transformação da guerra imperialista, na hipótese desta explodir, **EM GUERRA CIVIL REVOLUCIONÁRIA PELA LIBERAÇÃO DO PROLETARIADO. CONTRA OS PREPARATIVOS DE GUERRA: DERROTISMO REVOLUCIONÁRIO.**

- O capital tendo entrado há muito tempo na totalidade do globo na sua fase de dominação real, as lutas de liberação nacional que ocorrem atualmente poderiam apenas integrar-se a um dos momentos da guerra imperialista e, portanto, participar do esmagamento do proletariado; **CONTRA AS LUTAS DE LIBERAÇÃO NACIONAL: DERROTISMO REVOLUCIONÁRIO.**

A UNIÃO PROLETÁRIA REAFIRMA CLARAMENTE QUE O SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL SÓ PODE SER DERRUBADO DE MODO VIOLENTO.

PELA ABOLIÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO.

PELA DITADURA DO PROLETARIADO.

PELA INSTAURAÇÃO DO COMUNISMO, COMUNIDADE HUMANA MUNDIAL.

UNIÃO PROLETÁRIA COM O L'HERBE ROUGE

1, bis Rue d'Alesia 75014 Paris França

DA CRISE DO CAPITAL À GUERRA IMPERIALISTA

Advertência: Este texto não pretende, em hipótese alguma, apresentar de modo completo a crise do capital; quisemos simplesmente lembrar algumas posições de princípio inerentes à análise comunista das crises que, hoje, encontra-se cada vez mais desnaturada pela ação de grupos e organizações pretensamente comunistas. Quisemos também nesta ocasião, lembrar o quanto é necessária e urgente a reapropriação global da teoria comunista da crise do capital e chamar assim a atenção dos comunistas de todo o planeta.

Limitamo-nos voluntariamente, na parte que aborda a guerra imperialista, à única opção burguesa para a crise; está implícito que a alternativa guerra imperialista ou revolução, mas também um de seus resultados possíveis, a transformação da guerra imperialista em revolução, precisarão ser examinados.

ALGUNS LEMBRETES GERAIS

Como qualquer mercadoria, a força de trabalho dos operários é adquirida pelos capitalistas num mercado, o mercado do trabalho. Esta força de trabalho é adquirida por seu valor, isto é, a quantidade de trabalho equivalente à soma dos bens necessários ao operário para sobreviver e reproduzir-se enquanto simples força de trabalho. Pois o proletário, por definição, está desprovido de qualquer meio de existência e de instrumento de trabalho, não possui nada além de sua força de trabalho para vender; ele é constrangido, para viver, a vendê-la continuamente à classe que, ao contrário, detém todos os instrumentos de produção e apropria-se de toda a produção social.

Para o capitalista, aumentar seus lucros significa prolongar ao máximo o tempo de trabalho que o operário é constrangido a fornecer gratuitamente, pois o capitalista lhe paga sob forma de salário apenas o que é necessário para a reprodução de sua existência (alimentação, habitação, vestuário...); todo o resto do trabalho não é pago, é obtido gratuitamente pelo capitalista. O proletário cria, efetivamente, por seu trabalho um valor que é de longe superior ao que o capitalista lhe paga em troca na forma de salário. É essa exploração que é mascarada pela forma monetário do salário, pois este nada mais é do que o preço da força de trabalho tal qual determinado simultaneamente por seu valor, pela necessidade da reprodução de uma força de trabalho para o capital, pelas condições de maior ou menor abundância da mão-de-obra no mercado de trabalho, pela relação entre oferta e procura, pela existência de reservatórios de mão-de-obra aos quais o capital pode recorrer para as necessidades de sua acumulação. Na melhor das hipóteses o salário não irá além do valor da força de trabalho e, mesmo assim, serão necessárias lutas intensas até para obter-se condições decentes, humanamente suportáveis.

O capitalista embolsa portanto todo o acréscimo de valor criado pelo proletário. A produção capitalista é primordialmente produção e reprodução do capital; as necessidades sociais só lhe interessam, em última análise, no âmbito das condições indispensáveis à reprodução do capital. Os capitalistas consideram apenas o valor necessário à realização de seus lucros, a mais-valia extorquida aos proletários, vencendo no mercado o produto do trabalho proletário do qual se apropriaram. Assim, para reforçar incessantemente a taxa de

exploração a burguesia dispõe e se serve de vários mecanismos como a produção de uma superpopulação relativa e manutenção de um exército de reserva.

A manutenção constante de um exército de reserva, de trabalhadores desempregados e de camadas operárias particularmente oprimidas e submetidas às piores condições de existência, de miséria, balançadas entre uma situação de desemprego e de superexploração do trabalho, e obrigadas a aceitar as piores condições de trabalho e de salário não morrer de fome; isso permite impor baixos salários à classe operária, pois a existência desse exército industrial de reserva permite reforçar diretamente a concorrência entre os proletários.

Se a burguesia pode assim, durante os períodos de prosperidade, preservar os fundamentos da exploração capitalista, é, entre outros aspectos, graças à exclusão de grandes massas de proletários que são jogadas na miséria ou simplesmente nela mantidas, e onde o capital vem buscar, ao sabor das necessidades de sua acumulação, novas forças baratas de trabalho para prosseguí-la e acelerá-la; é por esta razão que qualquer sociedade capitalista, por mais rica e desenvolvida que seja, não terá como dispensar a miséria. Nos Estados Unidos, enquanto a crise não atingia plenamente a economia americana, havia 30 milhões de pessoas vivendo abaixo do piso de pobreza; e quando se sabe que na França este situa-se atualmente em 2000 francos por mês...³¹ Essa superpopulação relativa assume proporções gigantescas quando examinada nas áreas ditas periféricas. Com efeito, o sistema capitalista mundial só tem funcionado para favorecer cada vez mais a acumulação em alguns países ricos que dominam o mercado mundial, criando em outros uma enorme superpopulação, constrangida a aceitar qualquer destino para não morrer de fome. As grandes metrópoles capitalistas nelas buscam incessantemente as novas forças de trabalho de que necessitam e estão na origem das enormes migrações de mão-de-obra atraídas por essas metrópoles. Na França, por exemplo, há três milhões de proletários dos países pobres que fazem parte da classe operária.

O capital destruiu há muito tempo as estruturas próprias dessas áreas geográficas e subordina-se totalmente pelos mecanismos de dominação econômica e financeira, quaisquer que sejam as estruturas políticas vigentes; ele extrai desses países todos os recursos baratos de que necessita: energia, matérias primas, etc., etc.

A retomada a que assistimos após 1945, tendo os Estados Unidos como ator principal e em seguida as outras grandes metrópoles imperialistas, permitiu implantações diretas de usinas e empréstimos de capitais para financiar instalações de equipamentos industriais (sendo que uma grande parte dessa produção servirá posteriormente para reembolsar a dívida); na maior parte dos casos, foram indústrias que exigiram mão-de-obra pouco qualificada (linhas de montagem automobilística, eletrônica, eletrodomésticos...).

Assim, os grandes centros capitalistas continuam a obter grandes lucros de uma situação de empobrecimento sem precedentes, que nada mais é do que a contrapartida da acumulação muito forte nas metrópoles: beneficiam-se da miséria crescente devida à

³¹ 1 US\$ = 5,5 francos franceses aproximadamente. É preciso lembrar também que se há empregos recentemente criados nos Estados Unidos estes são remunerados de modo irrisório: nenhum vai além de 1800 FF.

destruição das economias locais e ao afastamento destas zonas em relação ao mercado mundial. As burguesias locais desempenham um papel extremamente ativo na concorrência a que se dedicam para atrair os capitais oferecendo-lhes as condições mais vantajosas possíveis: vantagens fiscais, salários muito baixos... Essas frações do capital não têm outra escolha se pretendem assegurar sua parceria de lucro, serem rentáveis para integrarem-se no mercado mundial, exportarem ao máximo para obter por um lado as divisas necessárias às suas importações e, por outro lado, à manutenção de seus aparelhos de estado.

Reservatórios inesgotáveis de mão-de-obra nessas zonas e sua industrialização não significa qualquer anacronismo; a elevação da taxa de exploração dos proletários do mundo inteiro também foi determinada pelo fato de que a acumulação nas grandes metrópoles capitalistas possa passar por uma divisão do trabalho entre zonas nas quais o papel produtivo dos países periféricos não esteja mais orientado exclusivamente apenas para o fornecimento de matérias primas para os países ricos, mas que haja neles ilhas muito industrializadas, centros importantes de criação do valor, atraindo a mão-de-obra excedente destas zonas empobrecidas.

CRISE, DIVISÃO DO TRABALHO E CRESCIMENTO DA CONCORRÊNCIA ENTRE PROLETÁRIOS

A extensão dos capitais deu evidentemente aos capitalistas meios cada vez maiores, inclusive na situação de guerra econômica que se conhece. Esta guerra, da qual todos os proletários ouviram falar, é obviamente motivada pelo lucro máximo. Para poder vencer um adversário, um capitalista ou um grupo de capitalista precisa vender mais barato que seu concorrente sem obviamente ir à falência. Ele deve portanto produzir ao melhor preço, isto é, aumentar a produtividade do trabalho. Ora a produtividade do trabalho depende antes de mais nada da divisão do trabalho e de uma divisão do trabalho cada vez mais avançada. É nisto que residem atualmente todos os discursos sobre a "modernização necessária", sobre a "terceira revolução industrial" etc. etc. À divisão do trabalho cada vez mais aprofundada corresponde o crescimento da técnica e da modernização de modo a serem cada vez mais competitivos e venderem mais barato. Esta ou aquela fração do capital mundial pode desenvolver em proporções enormes seu aparelho de produção que isto não mudará em nada a própria concorrência; mas, em contrapartida, acentuará a contradição de fundos do capital. Esta também terá incidências sobre as relações que os proletários mantêm entre si.

"Uma divisão mais avançada do trabalho permite a um trabalhador realizar a tarefa de 5, 10 ou 20. Ela torna portanto a concorrência entre os trabalhadores entre si, 5, 10 ou 20 vezes mais intensa. Não é apenas vendendo-se mais barato que os trabalhadores se fazem concorrência: também o fazem quando um deles cumpre o trabalho de outros 5, 10 ou 20. E a DIVISÃO DO TRABALHO introduzida pelo capital é aprofundada, constrange-os a esse tipo de concorrência.

E mais: à medida em que o trabalho se divide, torna-se mais simples. A HABILIDADE PARTICULAR de um trabalhador perde seu valor. Ele se vê transformado em uma mera força produtiva monocórdia, que não precisa mais fazer operar suas energias físicas ou intelectuais. Qualquer pessoa poderia realizar seu trabalho. Ei-lo portanto cercado por concorrentes cada vez mais numerosos. Recordemos que quanto mais simples e fácil de ser aprendido for o trabalho,

menores são os custos de produção para seu aprendizado e mais seu salário baixa, pois ele é determinado, como o preço de qualquer outra mercadoria, pelos custos de produção. VEMOS QUE À MEDIDA EM QUE O TRABALHO SE TORNA MAIS INSATISFATÓRIO E REPUGNANTE, A CONCORRÊNCIA AUMENTA E O SALÁRIO DIMINUI. O trabalhador procura salvar sua massa de salário trabalhando ainda mais: ou trabalha mais horas, ou rende mais em uma hora. A miséria leva-o portanto a agravar as consequências nefastas da divisão do trabalho. O resultado é este: QUANTO MAIS TRABALHA, MENOS RECEBER EM SALÁRIO. A razão é simples. Ele faz concorrência a seus companheiros de trabalho e outros tantos concorrentes surgem e submetem-se a condições tão piores quanto aquelas. Em última análise, ELE CONCORRE CONTRA ELE MESMO ENQUANTO MEMBRO DA CLASSE TRABALHADORA.

O MAQUINISMO produz os mesmos efeitos sobre a divisão do trabalho, mas em escala muito maior. Os operários hábeis são substituídos por operários não qualificados, os homens pelas mulheres, os adultos pelas crianças. Quando surge, o maquinismo coloca no olha da rua massas de trabalhadores manuais; onde ele se desenvolveu, se aperfeiçoou, onde as máquinas são mais produtivas, expulsa os trabalhadores pouco a pouco. Desenhamos em rápidas pinceladas a guerra industrial a que se dedicam os capitalistas. ESSA GUERRA POSSUI UM TRAÇO PARTICULAR; ELA NÃO É GANHA RECRUTANDO, MAS DESEMPREGANDO OS EXÉRCITOS DE TRABALHADORES. ENTRE OS GENERAIS DA INDÚSTRIA, OS CAPITALISTAS, VENCERÁ QUEM DESEMPREGAR MAIS SOLDADOS.

Os economistas dizem, é verdade, que os trabalhadores tornados supérfluos pelas máquinas encontrarão emprego em NOVOS setores. Não ousam dizer abertamente que os trabalhadores que encontram emprego em novos setores são os mesmos que foram desempregados. Seria uma mentira e os fatos são gritantes. Os economistas contentam-se em afirmar que novas possibilidades de trabalho estão à disposição de OUTRAS PARTE DA CLASSE TRABALHADORA, por exemplo, a geração de jovens trabalhadores que estavam prestes a entrar no ramo da indústria que pereceu. Naturalmente, é uma grande satisfação para os operários que estão desempregados: os capitalistas não terão escassez de carne fresca a ser explorada e deixar-se-á que os mortos enterrem seus mortos. Esse consolo, o burguês o guarda para si próprio; prefere não proporcioná-lo aos operários. Pode-se imaginar uma situação mais horrível do que esta para o capital? Pois, sem trabalho assalariado, ele deixa de ser capital. O que ocorreria se o maquinismo viesse a aniquilar toda a classe dos assalariados?

Suponhamos todavia que os trabalhadores encontrem novo emprego, seja aqueles que foram afastados pelas máquinas, seja os jovens à espera de oportunidades. Pode-se acreditar que serão pagos tanto quanto os que foram desempregados? ISSO CONTRARIA TODAS AS LEIS DA ECONOMIA. Vimos que a indústria moderna tende incessantemente a substituir tarefas complexas e superiores por outras simplificadas e subalternas.

Como a massa de trabalhadores expulsa de um ramo da indústria pela máquina poderia encontrar refúgio em outro ramo, a não ser COM MENOR SALÁRIO, EM PIORES CONDIÇÕES?

Afirma-se que os trabalhadores empregados na produção de máquinas seriam uma exceção. A partir do momento em que a indústria exige e consome cada vez mais máquinas, é preciso que estas se multipliquem, ou seja, que aumentem sua fabricação e o número de trabalhadores nela empregado. Ora, afirmava-se, os trabalhadores nessa indústria são hábeis, e até mesmo instruídos e qualificados.

Essa opinião, que sempre conteve apenas meias verdades, perdeu desde 1848 qualquer aparência de verdade: o emprego de máquinas na fabricação de máquinas expandiu-se do mesmo modo que na produção de tecidos; e os trabalhadores empregados nas fábricas de máquinas foram subitamente reduzidos ao nível de máquinas grosseiras frente a máquina absolutamente engenhosas.

Mas, no lugar do homem desempregado pela máquina, a fábrica talvez empregue três crianças e uma mulher! Ora, o salário do homem não deveria ser suficiente para todos? O mínimo de salário não deveria permitir o sustento e a reprodução da raça? O que prova essa retórica tão apreciada pelos burgueses a não ser que hoje é necessário que QUATRO VEZES mais trabalhadores gastem sua existência para ganhar o salário necessário à sua família?

Resumindo: QUANTO MAIS CRESCE O CAPITAL PRODUTIVO, MAIS SE ESTENDEM A DIVISÃO DO TRABALHO E O MAQUINISMO. E QUANTO MAIS SE ESTENDEM A DIVISÃO DO TRABALHO E O MAQUINISMO, MAIS SE INTENSIFICA A CONCORRÊNCIA ENTRE OS TRABALHADORES E MAIS SE RESTRINGE SEU SALÁRIO.

Enfim, à medida em que esse movimento irresistível constrange os capitalistas a explorar os enormes meios de produção já existentes em escala ainda maior, utilizando para isso todos os recursos do crédito, multiplicam-se os cismas que abalam o mundo comercial, deixando-lhe apenas uma saída: sacrificar aos deuses do inferno uma parte da riqueza, dos produtos e até mesmo das forças produtivas. Em suma: aumentar as CRISES. Elas crescem em frequência e em violência. Isso porque a massa dos produtos e portanto a necessidade de mercados cresce, enquanto o mercado mundial se encolhe; é porque cada crise submete ao mundo comercial um mercado ainda não conquistado ou pouco explorado, restringindo assim esses mercados Mas o capital não se contenta de viver do trabalho. Senhor ao mesmo tempo nobre e bárbaro, ele arrasta atrás de si rumo à cova os cadáveres de seus escravos, hecatombes inteiras de trabalhadores, vítimas da crise. Em suma: QUANDO O CAPITAL CRESCE RAPIDAMENTE, A CONCORRÊNCIA ENTRE OS TRABALHADORES CRESCE INCOMPARAVELMENTE MAIS DEPRESSA; AS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, OS MEIOS DE EXISTÊNCIA DA CLASSE LABORIOSA DIMINUEM PROPORCIONALMENTE AINDA MAIS; E NO ENTANTO, O CRESCIMENTO ACELERADO DO CAPITAL É A CONDIÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO TRABALHO ASSALARIADO.³²

Tudo isso resume perfeitamente a evolução do capital. Este não mudou em relação à época em que estas linhas foram escritas; não apenas não mudou no plano de seu conteúdo, mas permanece o mesmo no que se refere às formas políticas que assume para assegurar

³² Karl Marx, Trabalho Assalariado e Capital, pp., 225-229, in Oeuvres, Economie, vol 1. Pléiade – Paris – 1963.

sua gestão. Assim, todos os discursos feitos pela burguesia defendendo as ilhas de que falávamos acima no texto, tentando demonstrar que se trata de um sucesso exemplar, não deixarão de voltar-se contra seus autores face à realidade implacável que visa o conjunto da produção capitalista. Aliás, a própria burguesia começa a apreender os limites e chega até a comentá-los na sua imprensa. Assim, a crise leva cada vez mais a uma revolução das antigas técnicas de produção e também, mas principalmente, a uma revolução que não é das menores das funções dos proletários e das relações sociais que os acompanhavam até agora. A acentuação do desemprego, da miséria, um questionamento crescente e que concerne as "conquistas" sociais, uma inflação galopante, uma grave escassez de gêneros de primeira necessidade, tudo isso não deixará de provocar amplos movimentos proletários.

EXPLICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS CRISES POR MEIO DE UM EXEMPLO CONCRETO

A este respeito, o caso da Polônia é significativo: desde 1970, cada divulgação de aumento de preços era o sinal para o desencadeamento de greves, de manifestações, de motins que obrigavam a burguesia, a cada ocasião, a recuar o momento de aplicá-lo, mas também a buscar reforços da ajuda internacional, o que provoca evidentemente um endividamento crescente.

Imediatamente após o movimento proletário de 1970, a expansão industrial recrudesciu (o mesmo verificou-se na França, em 1969, ano em que ocorreram os maiores lucros desde 1963). Assim como em qualquer lugar, a crise era o meio próprio do capital de resolver os antagonismos que explodiam: então, a desvalorização dos capitais através de falências e da realização de novas concentrações permitiam ao capital retomar sua acumulação. Assim, de 1971 a 1975, os investimentos aumentaram consideravelmente graças aos créditos concedidos pela URSS e pelos países ocidentais, que encontravam assim mercados muito vantajosos para seus capitais.

Assim, com relação ao período 1966/1970, durante o período 1970/1975 os investimentos cresceram 90%, a produção industrial 70% e os salários 30%. Isso mostra claramente que os salários diminuíram em proporção muito acentuada; a burguesia vê seus lucros aumentarem 40% em relação ao período anterior (o que não nos indica, obviamente, a parte exata da qual ela se beneficia mas mostra o crescimento dos lucros).

Em 1975, por ocasião de um congresso, o POUP afirma claramente que um dos objetivos é criar um desemprego maciço a fim de provocar a queda dos salários e de acelerar o crescimento da exploração. Em 1978, os salários cairão 3% em termos absolutos. Quando se sabe que o número de desempregados chegava aproximadamente a 1 milhão em 1970, pode-se imaginar a taxa atual de desemprego quando se sabe que estava prevista, neste mesmo congresso, a chegada de 3 milhões de novos operários no mercado de trabalho, embora a geração de empregos fosse de 1 300 000 para o período 1976/1980 e de apenas 500 000 para 1980-1985 e que, ademais, com relação a esta última previsão, as estatísticas oficiais revelam apenas a metade dos empregos efetivamente criados.

A crise que afeta os países do leste nada tem a ver com as supostas recaídas da crise "ocidental"; muito pelo contrário, ela se manifesta com os mesmos fenômenos que em outros lugares, para o desagrado dos incondicionais adeptos do "modelo socialistas":

SUPERPRODUÇÃO DOS CAPITAIS E DAS MERCADORIAS DEVIDO AOS LIMITES IMPOSTOS PELAS RELAÇÕES DE CLASSE CAPITALISTAS E AO SEU MODO DE PRODUÇÃO. Essa crise manifesta claramente o fato de que o que decide da extensão ou da limitação da produção É UNICAMENTE A TAXA DE LUCRO. O desenvolvimento da produtividade do trabalho engendra, na queda da taxa de lucro, uma lei que, a um dado momento, voltar-se brutalmente contra esse desenvolvimento e precisa ser constantemente superado através de crises.

A esse respeito, o caso da Polônia não poderia ser mais exemplar; além disso, ele tem a vantagem incontestada de poder nos fornecer todos os elementos de apreciação úteis à reapropriação da teoria comunista das crises. A superprodução dos capitais na Polônia manifestou-se em primeiro lugar pela desvalorização das ações que, posteriormente, permitiram uma centralização dos capitais em uma escala ainda maior: em 1974, as ações registraram uma queda total de 600 bilhões de zlotys, cifra ainda jamais atingida desde 1930. Desvalorização da moeda e inflação são meios de desvalorizar o capital (na Polônia, a desvalorização da moeda é particularmente forte). Títulos e ações são os primeiros valores que naufragam pois representam a parte futura na mais-valia: a queda da taxa de lucro acarreta uma luta concorrencial de morte entre os capitais, pois a existência de um grande capital novo ou excedente reduz a taxa de lucro, repartindo a mais-valia sobre uma quantidade maior de capital. Assim, a depreciação efetiva do capital antigo (aquele já investido em meios de produção) não ocorre sem luta: o capital adicional (nova mais-valia extorquida) deve permanecer mais ou menos ocioso ou ser destruído em primeiro lugar, pois seu investimento só pode agravar a queda da taxa de lucro. Assim, antes dos grandes movimentos de 1980, são as novas usinas, os novos canteiros em andamento que foram paralisados em primeiro lugar, nenhum investimento sendo mais realizado (pode-se citar como exemplo a paralisação da construção de uma central elétrica em Kozienic, que deveria assegurar sozinha 1/4 do abastecimento de eletricidade do país). A Polônia que ainda era auto-suficiente em eletricidade em 1976, não dispõe mais do que os 2/3 necessários em 1980 e, hoje, aproxima-se de 1/3, sendo que as tarifas devem sofrer uma alta de 100% no início de abril.

Obviamente, as produções que conhecem o maior desinvestimento são aquelas que se referem ao consumo considerado corrente, como transportes, habitação e principalmente agricultura e pecuária. Claro que a imprensa polonesa apresenta as causas da situação catastrófica da agricultura como sendo as condições climáticas (chuvas, por exemplo), quando todo mundo sabe perfeitamente que o que está em jogo é obviamente a lamentável organização capitalista pois, de fato, isso advém essencialmente da não manutenção dos diques, assim como da ausência de proteção e de regularização do curso d'água dos rios. Para agravar tudo isso, o POUP decidia, a partir de 1976, reduzir certas importações, principalmente alimentares para pagar a dívida externa, já que novos empréstimos poderiam ser concedidos apenas sob a condição de que dívidas antigas fossem liquidadas. Assim, quando ainda não tinha certeza da evolução do movimento de 1980, o capital mundial apressou-se em desbloquear novos créditos, sem impor, é claro, requisitos desse

gênero; o que não queria dizer que o proletariado não deveria mais tarde apertar os cintos: depois do movimento de 1980, o proletariado enfrenta hoje a terceira alta dos preços, que é de longe a mais forte de todas.

A superacumulação de capital sempre significa superprodução dos meios de produção que podem funcionar como capital, ou seja, servir à exploração do trabalho a uma determinada taxa de exploração. Essa condição é ainda mais estreita pelo fato de que o que interessa ao capitalista é a taxa de lucro, isto é, a relação entre o trabalho gratuito extorquido a massa operária e o total do capital investido, e não apenas o salário (capital variável). Assim que esta relação faz diminuir a taxa de lucro, há crise, destruição de capital.

Assim é que se explicam os desinvestimentos maciços, a brutal queda de produção em todos os países em 1974/75 e, desta vez, sem retomada durável, porém com estagnação ou queda prolongada da produção em alguns países, pois a máquina econômica não mais arranca como outrora devido à amplitude da luta concorrencial entre frações do capital mundial, lutas concorrenciais que só se explicam pelo fato de que há destruição de capitais, mas também ofensiva generalizada contra o proletariado para aumentar as taxas de exploração que ainda não foram suficientes para reerguer a taxa de lucro. Numa situação como esta, a burguesia não consegue absolutamente sair de sua crise a não ser através da guerra imperialista que lhe permitirá, graças a uma destruição sem precedentes de capitais e principalmente da força de trabalho retomar sua acumulação com uma taxa de lucro infinitamente mais interessante.

Por mais paradoxal que possa parecer, essa superacumulação de capital implica uma superprodução de mercadorias; há mercadorias demais para que os capitalistas possam realizar e reconverter em capital novo o valor e a mais-valia nelas embutidos. Trata-se evidentemente de uma superprodução totalmente relativa, ligada à realização da mais-valia, mas que nada tem a ver com as necessidades da classe trabalhadora, pois é uma superprodução baseada no empobrecimento relativo constante e por vezes absoluto do proletariado. Mencionamos acima esse empobrecimento do qual são vítimas os proletários dos países ditos da "periferia"; mas o exemplo serve para países industrializados como a Polônia: se os açougues estão vazios na Polônia, isso certamente não se deve à falta de carne, mas porque as lojas destinadas aos operários³³ são um paliativo para mascarar um sistema no qual a busca do lucro é o único motor da produção e das trocas. Esses produtos não desaparecem de repente, na realidade são vendidos nos "Pewex", lojas ditas "comerciais" cuja taxa de lucro antes do movimento de 80 chegava a 78%, segundo as cifras do próprio POUP. Em março de 1979, Warsaw Polityka #9 fornecia as seguintes cifras sobre os lucros desses "Pewex": em 1976, US\$ 104 milhões; em 1977, US\$ 117 milhões; em 1978, US\$ 150 milhões; em 1979, US\$ 200 milhões. Desde 1980, é preciso multiplicar esta última taxa por 20 para se ter uma aproximação mais ou menos fiel da realidade. Vemos que à medida em que a crise se agrava, a escassez de carne torna-se cada vez mais insuportável para o proletariado, mas os lucros não deixam de aumentar graças a esta mesma "escassez". O crescimento muito forte dos lucros de 77 a 78 deriva do fato de

³³ Existem na Polônia dois tipos de lojas: os "Pewex", lojas ditas "comerciais" que registram as altas fenomenais que conhecemos, e as lojas "ordinárias", estas vazias.

que a carne começa a ser comercializada nesses famosos "Pewex". A medida de ampliar e de aumentar ainda mais a venda de carne nos Pewex, tratando-se do aumento de 15% em 1980, é a mesma de 1988 e que corresponde de fato a uma alta de 100 a 150% senão mais, já que se trata de uma alta aplicada aos Pewex. Para os operários, isso significa não apenas um crescimento vertiginoso dos preços, mas ainda enormes dificuldades ou a quase impossibilidade de adquirir carne, pois essas lojas só vendem-na em troca de divisas estrangeiras. Por que existem lojas onde é necessário pagar em divisas estrangeiras? O endividamento global da Polônia é de US\$ 36,2 bilhões, com um "serviço" anual de aproximadamente US\$ 9 bilhões. Os haveres em divisas "privadas" elevam-se a cerca de 2/3 do "serviço" anual, os depósitos no banco "PKOSA" chegam a US\$ 6 bilhões³⁴, resta portanto dinheiro a ser recuperado pelo Estado. O governo tem portanto interesse em fazer os consumidores pagarem em divisas estrangeiras através do sistema destas "exportações" internas que são os Pewex, Polmo (venda de carros), Agroma (máquinas agrícolas), Locum (habitação). As principais fontes de divisas são: rendimentos dos poloneses que trabalham no exterior; remessas de famílias polonesas estabelecidas no Exterior (USA, Canadá, RFA, França, Bélgica...); turismo; rendimentos dos poloneses empregados em companhias ocidentais implantadas na Polônia. Falta especificar que o sistema dos Pewex tende a espalhar-se apesar das resistências que ocasiona, principalmente em algumas regiões. Em 1979, mais precisamente em 17/9/1979, o jornal de informações econômicas denominado "Rink: Zagraniczne" assinalava a implantação de novos pontos de venda, inclusive nos portos e nos canteiros de obra, ao mesmo tempo em que exaltava a alta rentabilidade nas ditas exportações internas: "os produtos nacionais vendidos pelos Pewex rendem mais divisas do que se forem exportados pelos organismos do comércio exterior". Este argumento por si só tem o mérito de demonstrar a absurdidade das supostas teorias sobre "a demanda excessiva causada por uma elevação dos salários" (que, ademais, no caso apresentado aqui, caíram em 78).

Existem, porém nem são mais citadas em nossos países, trinta e seis mil teorias sobre a inflação que permitem, todas elas, mascarar seu mecanismo essencial, ou seja, de que se trata essencialmente de uma relação de classe; pois a inflação nada mais é do que o meio de que dispõe o Estado burguês de emitir uma quantidade cada vez maior de dinheiro em circulação para desvalorizar a moeda e os salários nominais, reforçando assim a queda dos salários reais. Assim, observações do tipo: "se os salários aumentam, haverá uma alta demasiadamente forte da procura sem que haja produtos, enquanto a inflação se tornará galopante", foram feitas em 74 por Giscard D'Estaing, em 79/80 por Gierek e no final de 80, início de 81 por Walesa para justificar o abandono das reivindicações salariais. Em 1964, a justificação empregava termos totalmente opostos: "um excesso de investimentos provocou uma forte pressão inflacionária"; e então: excesso de produtos ou de demanda? Pode-se também assinalar que, em 74, os jornais ocidentais falavam apenas da necessidade de desacelerar o crescimento como único meio de luta para contrarrestar a inflação galopante. A inflação na crise atual constitui um fenômeno que a diferencia, por enquanto, das demais crises. As crises anteriores, por exemplo a de 1929, caracterizavam-se por uma importante queda de preços (menos nos anos 20, quando se tratava principalmente de uma característica que dizia respeito aos países mais afetados pela crise e endividados até a

³⁴ In "Tribuna Ludu" (16/02/88). 13 000 000 de poloneses vivem e trabalham no exterior; a população total da Polônia chega a 37 290 000 habitantes.

morte: Alemanha, China, etc...). Na França, por exemplo, de 29 a 34, os preços caíram 35%.

Na crise atual, os industriais não reduzem seus preços para tentarem aumentar seus mercados domésticos. Hoje a inflação é utilizada pelo conjunto das frações mundiais do capital em graus diversos. Uma das manifestações da crise de 74 foi a aceleração sem precedentes da inflação, "inflação de crise", cujas taxas situavam-se entre 8% e 25% (não existe aqui nenhuma possibilidade de comparação com a Alemanha de 1923, onde era preciso um carrinho de dinheiro para se comprar um pedaço de pão). A inflação, de fato, não deixou de crescer desde 1945. Os economistas burgueses falam de "inflação do crescimento" com relação à inflação que acompanhou o período de reconstrução pós 45, e de "estagflação" para aquelas que acompanham os períodos de recessão. Na França, a taxa habitual oscilava entre 4 e 6%, aumentando a partir de 1968 para atingir níveis recordistas em 1974, voltando a uma taxa relativamente menor hoje em dia ³⁵.

É preciso especificar que a inflação permite aos capitalistas abrirem mercados no exterior graças à desvalorização da moeda, que permite reduzir de fato os preços das mercadorias vendidas além fronteiras. Assim, a alta dos preços, isto é, do custo de produção, e a inflação são dois fenômenos diferentes.

Pode ocorrer (e este é geralmente o caso num período ascendente da acumulação) um aumento dos salários e uma queda dos preços, pois o aumento dos salários é provocado na maioria das vezes pela expansão industrial, e isso sempre significa um crescimento da produtividade do trabalho devido às concentrações, do desenvolvimento técnico e científico, aplicando ao capital e portanto uma queda dos preços das mercadorias que entram na categoria dos meios de subsistência do proletariado.

é evidente que esse ataque pela inflação é uma arma utilizada essencialmente em tempo de crise e pelas burguesias dos países cuja indústria está mais em crise, arma permitida entre outros por um desemprego acentuado, enquanto que os países onde a crise industrial é bem menor conhecem uma taxa de inflação nitidamente inferior: REA, Japão, Suíça. É uma das razões pelas quais as moedas desses países são muito fortes em relação às demais: sua produtividade lhes permite enfrentar a concorrência, mas é evidente que a utilização em grande escala da inflação e da desvalorização da moeda está na raiz das desordens e da crise monetária que agora assolam o sistema mundial.

DA CRISE DE SUPERPRODUÇÃO PARA SUA SOLUÇÃO BURGUESA

Em lugar nenhum a burguesia ousa profetizar uma saída da crise atual a curto prazo, principalmente quando países relativamente poupados até agora começam a sentir cada vez mais suas conseqüências, através de uma taxa crescente de desemprego, uma queda dos investimentos de um número ascendente de falências de empresas.

³⁵ O que, logicamente, não significa em absoluto que os preços ao consumidor não irão conhecer uma queda durante o aprofundamento da crise.

Em todo lugar o proletariado é afetado pelo desemprego, pela queda dos salários, pela intensificação do trabalho. Pode-se constatar facilmente a cada dia que o número de desempregados não deixa de crescer, apesar de todos os artifícios ou suposições de que podem lançar mão os Estados burgueses.

Esse número crescente de desempregados permite, por si só, caracterizar como definitivamente encerrado o período de prosperidade do capital nascida dos escombros da última carnificina mundial. O período de elevada acumulação do capital após a última guerra mundial marcou seu fim por ocasião da crise simultânea em todos os países em 1973-74, crise cuja origem remonta ao final dos anos 60. A partir dessa data, praticamente todos os países foram afetados por uma diminuição da ordem de metade da taxa de crescimento, inclusive nas zonas em que o capital apresentava até então uma forte taxa de crescimento do PNB, como no Japão ou na RFA. Esse fenômeno marca não apenas uma profunda crise do aparelho de produção devida a uma queda da taxa de lucro e portanto dos investimentos, como ainda uma incapacidade de recuperar essa queda de investimentos produtivos através de uma intervenção financeira do Estado (a esse respeito a França constitui um ótimo exemplo).

Cada crise econômica, por seus próprios mecanismos, traz uma nova retomada da acumulação do capital, mecanismo cuja essência se resume a uma reestruturação do aparelho de produção, uma nova concentração e centralização da produção derivadas de milhares de falências de empresas com lucros demasiadamente reduzidos, e principalmente da reconstituição de um mercado de trabalho com menores salários operários ainda mais submetidos à nova organização do trabalho através de um desemprego maciço³⁶.

A crise atual possui exatamente essas características. Desemprego, ataque aos salários e às condições de vida do proletariado constituem um meio para resolver a crise, ao mesmo tempo em que são sua expressão.

Mas a amplitude alcançada pela crise de hoje não permite, no quadro das relações de classes estabelecidas durante o período dito de prosperidade do capital, uma resolução apenas através de demissões e da manutenção do desemprego em seu nível atual. A taxa de mais-valia hoje exigida pelo capital implica uma miséria maior, um nível de consumo ainda muito mais restrito para as massas operárias. Com a crise do lucro, a concorrência torna-se tamanha que apenas as empresas mais competitivas podem sobreviver, e isso se traduz por inúmeras falências, mesmo entre os mais importantes grupos industriais.

Esses capitais assim destruídos e não aproveitados só podem ser reinvestidos com a condição de reencontrarem uma produtividade e uma taxa de mais-valia acrescida, donde uma nova moldagem do aparelho de produção, implicando uma reorganização do trabalho no processo de produção. O capital só pode lançar-se em tais investimentos garantindo a segurança das condições de produção, isto é, a subordinação do trabalho, a completa submissão dos operários às novas condições de trabalho e de produção, o que significa uma

³⁶ é este fenômeno que explica o surgimento de "pequenos Japões" como a Coreia do Sul, Taiwan... onde um mercado de trabalho com salários muito baixos havia-se constituído, assim como uma nova concentração do capital.

queda brutal do salário relativo e do salário real ³⁷. Assim, o objetivo da burguesia é hoje o mesmo em qualquer lugar, seja ela dotada de um governo de direita ou de esquerda: atacar a classe operária, reduzir o conjunto dos salários para aumentar a taxa de mais-valia e enquadrar os proletários. Reprimir e impedir a emergência de grandes movimentos de massa do proletariado, condição indispensável para garantir a valorização do capital, este é o objetivo comum a todas as burguesias do mundo.

A força essencial da crise do capital é a superprodução de capitais sob todas as suas formas: capital industrial, capital mercadoria, capital dinheiro, capital variável e capital constante ³⁸.

Essa superprodução de capitais e de mercadorias existe não enquanto superprodução absoluta desses capitais e mercadorias, mas devido a uma queda da taxa de lucro que os capitalistas não conseguiram mais contrarrestar. O movimento do capital, cuja essência é a acumulação de mais-valia e cujo objetivo único é a busca de uma taxa de lucro máxima, encontra-se paralisado na ausência de uma taxa de lucro suficientemente elevada, fazendo com que uma massa de capitais passe a ser excedente.

Essa superprodução de capitais sempre se faz acompanhar de uma superprodução de mercadorias, superprodução não em relação às necessidades reais, mas em relação à estreiteza do nível de consumo das massas proletárias, nível que cai cada vez mais relativamente ao crescimento da produção total ou, na melhor das hipóteses, estagna nos períodos de restrição.

Com a crise, encolhem-se mais os mercados para as mercadorias e a concorrência entre os capitalistas torna-se ainda mais desenfreada, pois a produção de mercadorias desenvolve-se sempre mais rapidamente do que o consumo. Com efeito, a produção não conhece outros limites do que os da taxa de lucro, enquanto que os do consumo privado são bem maiores, na medida em que a produtividade do trabalho não deixa de crescer, enquanto que, simultaneamente, a parte do salário relativo diminui ³⁹. Essa queda do salário relativo, ou, em outros termos, o aumento da mais-valia relativa, é igualmente acompanhada de um crescimento da mais-valia absoluta – portanto, uma queda dos salários reais, evidentemente em período de crise, mas também nos períodos em que as taxas de crescimento são elevadas: foi o que ocorreu no Japão durante seu primeiro período de elevado crescimento, o mais espetacular do ponto de vista do crescimento da produtividade do trabalho; na

³⁷ Falamos de salário relativo pois o salário só existe enquanto relacionado à taxa de mais-valia extorquida pelo processo de produção. Se o salário expressa o preço da força de trabalho, ele cobre apenas a parte paga do trabalho e sua taxa refere-se ao trabalho gratuito fornecido pelo trabalhador. Assim, o poder de compra condicionado pelo salário do operário pode conhecer um aumento enquanto seu salário relativo continua a cair, porque ele fornece um tempo de trabalho maior proporcionalmente em relação a seu salário anterior.

³⁸ O capital variável designa os salários; ele é assim denominado porque é unicamente essa parte do capital que é a fonte da mais-valia, portanto do lucro. O capital constante designa a outra parte do capital, isto é, máquinas, matérias primas, edifícios...

³⁹ O aumento da produtividade significa que o trabalhador produz em um lapso de tempo idêntico uma maior quantidade de mercadorias. Estas inundam o mercado cada vez mais, mas os salários operários, estes, não aumentam nem um pouco nas mesmas proporções: eles tendem a diminuir. Assim, os salários representam uma capacidade menor de consumo; esse fenômeno, inerente ao capitalismo, representa um dos fatores essenciais da crise.

França dos anos 60 até maior de 68; em países como a Coréia do Sul, Brasil, México, etc... que conheceram elevadas taxas de crescimento nos anos 70, a Polônia de 70 a 75...

Todos esses exemplos confirmam o fato de que é a taxa de exploração que constitui o fator decisivo das taxas de investimento do capital industrial, pois sua acumulação nada mais é do que a mais-valia extorquida à classe operária. Mas o crescimento da taxa de mais-valia realizada essencialmente pelo desenvolvimento das forças produtivas, o investimento em novos equipamentos para tornar o trabalho mais produtivo não traz um aumento correlato da taxa de lucro, pois este último se realiza em relação ao capital variável, isto é, os salários.

O capital choca-se novamente contra seu antagonismo fundamental e surge uma nova crise de superprodução.

A concorrência na qual baseia-se o movimento do capital exaspera-se neste momento. A destruição dos capitais em excesso realiza-se essencialmente pela concorrência entre capitais, falências de empresas que não são competitivas, número crescente de empresas que fecham, particularmente aquelas que não são competitivas, pequenas e médias empresas, mas ainda faixas inteiras de certos setores industriais etc, etc... Tudo isso acarreta o desemprego maciço, a queda dos salários assim como a reorganização do trabalho. Esses períodos de crise são acompanhados por diversas medidas tomadas pela burguesia para uma melhor defesa de seus interesses frente aos concorrentes e contra o proletariado: aumentar a parte das exportações, intervenções financeiras do Estado para reduzir os salários e aumentar os lucros, medidas orçamentárias para reduzir todas as despesas sociais, outro meio para reduzir na prática a parte dos salários pela inflação, reforço da poupança popular, militarização da economia para criar mercados apetitosos para capitais com carência de lucros.

Todas essas diferentes medidas já foram tomadas várias vezes durante as últimas crises e estarão ainda muito proximamente na ordem do dia, porém com um rigor ainda amplamente insuspeito até agora.

Mas tal objetivo, com o desenvolvimento quase forçado dos antagonismos de classe que acompanha necessariamente uma crise econômica tão profunda, e isso em escala mundial, leva o capital para a solução da guerra. Quando a burguesia não consegue mais por seus meios apenas econômicos e políticos reduzir o proletariado a uma massa amorfa que aceita as mais execradas e agravadas condições de exploração, a guerra torna-se então para o capital o meio mais eficaz para reduzir seus problemas econômicos e para afrontar o proletariado com vistas ao seu esmagamento.

A guerra, pela maciça destruição das forças produtivas, permite resolver o que os próprios mecanismos da crise econômica não bastam mais para realizar.

A partir de um certo grau de agravamento dessas crises, a guerra é e continua sendo um meio para o capital destruir seus capitais excedentes e para sancionar a relação de forças entre os diferentes capitais concorrentes, ao mesmo tempo em que ela permite aos capitais remanescentes, não destruídos pela guerra, frutificarem ao máximo, servindo assim

positivamente se salvaguarda e de retomada da economia capitalista mundial. Abundam os exemplos de destruição das forças produtivas que permitem resolver a superprodução do capital neste ou naquele setor industrial. Assim, os últimos exemplos de destruição de importantes centros econômicos, como as grandes refinarias e instalações portuárias de petróleo em Abadan, no Iran, Bassorah, no Iraque permitiram, num primeiro momento, aos países produtores de petróleo e às companhias petrolíferas aumentarem seus preços. Isso pode parecer paradoxal quando se sabe que o capitalismo tem interesse em produzir suas matérias ao menor preço: produzir mercadorias ao menor preço, reduzindo a parte incorporada ao capital constante.

A crise de superprodução acarreta um agravamento da concorrência entre os capitalistas para que as perdas sejam sofridas pelos concorrentes. É o caso, neste momento, da guerra do golfo. Assim, as destruições de guerra são tanto objetivos militares quanto econômicos para enfraquecer o adversário, e isso para uma melhor valorização do capital global.

Ao lado das destruições maciças, seja, elas industriais ou civis, cada guerra conhece um desenvolvimento frutífero de uma outra parte do capital, seja pelo desenvolvimento do setor pesado e químico destinado à indústria de guerra, ou ainda pela criação de novos mercados para categorias de mercadorias graças ao afluxo de divisas ligadas aos gastos militares no local e também às especulações financeiras e monetárias...

Meio de sobrevivência do capital e de seu sistema, por ser expressão e desenvolvimento de todos os seus antagonismos, a guerra é conduzida antes de tudo contra o proletariado, qualquer que seja a burguesia que a faça, é uma guerra contra-revolucionária desencadeada para e pelo esmagamento do proletariado.

O esmagamento político do proletariado na guerra é o primeiro objetivo da burguesia. Através da concorrência e das divisões nacionais das diferentes frações da burguesia mundial, esta recorre às destruições maciças das forças produtivas, dos proletários e particularmente do exército de desempregados. Essa destruição física do proletariado ocorre porque, para a burguesia, a classe operária é apenas capital variável, produtivo de mais-valia, e que fora dessa função estritamente produtiva o proletariado torna-se um inimigo a ser abatido se ele se constitui enquanto classe, ou mesmo desde o momento em que ele se constitui como uma força revolucionária potencial, como é o caso em todo lugar onde uma miséria crescente e insuportável se concentra e onde a burguesia recorre aos mais bárbaros massacres.

Essa destruição física ocorre graças ao esmagamento político do proletariado. É apenas com essa condição que a burguesia pode mandar os proletários se matarem entre si. O nacionalismo, a integração do proletariado aos interesses de "sua" burguesia, portanto ao jogo da concorrência capitalista. Essa integração encontra sua expressão mais avançada na participação dos proletários nas diferentes guerras, nacionais e imperialistas. Seja esposando o ideal de uma causa nacional – necessariamente burguesa – seja transformando-se em carrascos que executam os mais intoleráveis massacres, como no Líbano, para citar apenas os mais conhecidos dentro os recentes massacres, freqüentemente condenados a posteriori pela "opinião internacional" e, é claro, por todos aqueles que os fizeram executar.

Na guerra, os operários são reduzidos a buchas de canhão e piões, assim como a carrascos manipuláveis à mercê pelo capital. As burguesias dos diferentes países têm todo interesse em mascarar conjuntamente as causas reais das guerras para fazerem delas participar aqueles que não têm nenhum interesse real a defender.

Para os comunistas, o problema essencial reside não apenas no combate contra as diferentes frações do capital em conflito – essas guerras são inerentes ao capitalismo e não podem desaparecer enquanto este sobreviver – mas principalmente no trabalho de diferenciação e de constituição em classe para si do proletariado contra todas as frações da burguesia reunidas ou desunidas.